

ANTONIO MIGUEL GARCIA (MATRIZ)

A Orientação Sexual na Escola: Como os professores, alunos e pais percebem a sexualidade e o papel da escola na orientação sexual.

BAURU – SP

2 0 0 3

ANTONIO MIGUEL GARCIA

A Orientação Sexual na Escola: Como os professores, alunos e pais percebem a sexualidade e o papel da escola na orientação sexual.

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de Bauru, para obtenção do título de Mestre em Educação para Ciência (Área de concentração: Ensino de Ciências).

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Mara Alice Fernandes de Abreu

BAURU – SP

2 0 0 3

ANTONIO MIGUEL GARCIA

**A Orientação Sexual na Escola: Como os professores,
alunos e pais percebem a sexualidade e o papel da escola
na orientação sexual.**

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Prof^a. Dr^a. Mara Alice Fernandes de Abreu
Presidente e Orientadora

Prof. Dr. Renato Eugênio da Silva Diniz

Prof. Dr. Celso Ivan Conegero

Prof^a. Dr^a. Aída Vitória Garcia Montrone

Prof^a. Dr^a. Ana Maria Lombardi Daibém

Dedico este trabalho :

A Deus, por ter-me feito seu filho e dado-me inteligência e sabedoria em poder encontrar este caminho, no qual pude realizar-me, tanto no campo pessoal, quanto pedagógico.

A minha amada, Veralice, mulher que não mediu esforços para a realização deste trabalho e esposa compreensiva, que nos momentos mais difíceis, porém, sempre acreditando em mim, soube-me dar apoio e incentivo tão necessários para a sua elaboração e término.

Aos meus queridos filhos: Lara Christina, Lorena Christina e, Antonio Miguel que certeza tenho, compreenderam as várias horas que renunciei suas presenças, no objetivo poder realizar esta dissertação.

Aos meus pais, Anna e Manoel, que desde o começo de minha vida, inicialmente, como aluno e posteriormente como professor, incentivaram-me sempre e jamais mediram esforços para que os meus objetivos fossem atingidos.

Agradecimentos

A minha querida orientadora, Professora Doutora MARA ALICE FERNANDES DE ABREU, do Departamento de Ciências Biológicas da Faculdade de Ciências, UNESP, Campus de Bauru, que não mediu esforços e dedicação, sem os quais, jamais este trabalho teria sido realizado, incentivando e mostrando-me os árduos, porém necessários caminhos para a elaboração desta pesquisa.

Aos Professores do Curso de PÓS-GRADUAÇÃO em Educação para a Ciência – Área de Concentração: Ensino de Ciência da Faculdade de Ciências, UNESP, Campus de Bauru, que, com suas disciplinas e indispensáveis orientações, enriqueceram grandemente este trabalho.

Aos Professores, Dr^a MARIA WALDENEZ DE OLIVEIRA e Dr. RENATO EUGÊNIO DA SILVA DINIZ, pelas importantes discussões acadêmicas, por ocasião do exame de qualificação.

Aos colegas de turma de Pós-Graduação pelos inesquecíveis e enriquecedores momentos de amizade, convivência, ajuda e principalmente aquisição de conhecimentos, os quais jamais irei esquecer-los.

Aos professores, alunos e genitores dos alunos das escolas estaduais pesquisadas, "ADA CARIANI AVALONE" e "ERNESTO MONTE", que de maneira tão solidária, colaboraram na realização desta pesquisa, oferecendo-me os dados e informações necessários.

A Direção, Coordenação e demais funcionários da EE "ADA CARIANI AVALONE" pelo apoio e incentivo, tão necessários, para que este trabalho de pesquisa pudesse ser elaborado.

Aos meus enteados, DANILO LEWTVILER GABAS e GUILHERME LEWTVILER GABAS, pelos tão necessários incentivos, apoio e ensinamentos, bem como a indispensável compreensão pela minha priorização no uso do computador.

Aos meus irmãos (ZELO, ZEFINHA E CARMEM), cunhaços (ZÉ CARLOS e ZÉ GENOVÊS), cunhaças (REGINA e LÚCIA HELENA), queridos sobrinhos e demais parentes pela solidariedade e apoio demonstrados nestes árduos anos de estudos e pesquisas.

Ao Sr. NÉLSON LEWTVILER, homem de fé e coragem, que soube ouvir-me sempre, oferecendo-me, aos domingos, palavras de apoio e eterna confiança.

A Sra. GENI MOÇO LEWTVILER, pelas palavras e gestos de carinho e amizade, imprescindíveis para quem os busca.

Ao meu grande amigo e professor, EDSON JOSÉ BENETTI ("ESPETÁCULO"), que por não medir esforços, foi peça fundamental na confecção e elaboração deste trabalho, tanto no momento de minha qualificação, quanto defesa.

Ao meu professor, LUIZ CARLOS BERNARDES, amigo extremamente solidário que sempre me ajudou, quando dele precisei.

A LÚCIA MARIA e a sua filha GLICINHA, colaboradoras e grandes amigas, que tanto me apoiaram nas horas, alegres e tristes, desta longa caminhada.

Ao competente universitário, RUBENS SPIN NETO ("BATATINHA"), pelo apoio, incentivo e suporte técnico, tão necessários para o surgimento deste trabalho de pesquisa.

Ao professor, JÚLIO CÉSAR RASEIRA, pelo incentivo, apoio e preciosas orientações, que tão benéficos foram no desenrolar deste trabalho.

Aos todos os funcionários pertencentes à Secretaria da Pós- Graduação da Faculdade de Ciências – UNESP, Campus de Bauru, especialmente à ANA LÚCIA GRIJO CRIVELLARI, que sempre tão prestativa e educadamente, nos atendeu.

A CHIQUINHA, que sempre recebeu-me com sorriso nos lábios, desejando-me sempre um bom trabalho de orientação.

À Comissão Examinadora composta pelo Prof. Dr^a MARA ALICE FERNANDES DE ABREU (DCB/FC/PG/UNESP/Bauru), Prof. Dr. RENATO EUGÊNIO DA SILVA DINIZ (IBB/DE/UNESP/Botucatu), Prof. Dr. CELSO IVAN CONEGERO (DCMF/UEM/ Maringá) e aos membros suplentes Prof^a Dr^a AÍDA VITÓRIA GARCIA MONTRONE (DME/ UFSCAR/ São Carlos) e Prof^a Dr^a ANA MARIA LOMBARID DAIBÉM (FC/ DE/ UNESP/Bauru) por suas valiosas sugestões dispensadas ao nosso trabalho de dissertação de mestrado

A todos aqueles que efetivamente participaram de minha formação, aperfeiçoamento, meu crescimento intelectual, cultural e principalmente pedagógico e, que direta ou indiretamente, me ajudaram chegar até aqui, meu eterno

MUITO OBRIGADO!

A criança é o pai do homem.

Sigmund Freud (1856-1939)

RESUMO

A sexualidade tem sido considerada um atributo do ser humano, que se desenvolve dentro de seus aspectos biológicos, psicológicos e socioculturais. Com o propósito de se investigar como pensam os professores, alunos e genitores sobre a sexualidade humana e sobre o papel da escola na orientação sexual de seus alunos, foram aplicados e realizadas entrevistas estruturadas com esses 3 segmentos, junto ao ensino fundamental de duas escolas públicas estaduais, uma no centro e outra da periferia pertencentes ao município de Bauru. Considerando-se o envolvimento da família no ambiente escolar, foram apontados aspectos, expressos pelos 3 segmentos investigados e pela literatura consultada, os quais devem ser considerados na elaboração de uma proposta de orientação sexual. Os resultados ressaltam, quando da elaboração de um programa de orientação sexual na escola, a necessidade de se proporcionar momentos de reflexão dos 3 segmentos envolvidos, em relação aos aspectos biológicos, psicológicos e socioculturais da sexualidade humana, no sentido de proporcionar aos professores, a reconstrução de sua sexualidade colaborando em sua atuação como elemento de formação; aos jovens, as concepções e informações necessárias ao desenvolvimento sociocultural de sua sexualidade, possibilitando que os mesmos sejam capazes de elaborar sua própria conduta e descobrir suas capacidade e proporcionando aos pais a ampliação dos conhecimentos em direção à diversidade de valores existentes na sociedade, constituindo-os elementos colaboradores para com a escola.

ABSTRACT

Sexuality has been considered an attribute of human beings which develops within their biological, psychological and social/cultural aspects. The purpose of our essay was to investigate what teachers, students and fathers think about human sexuality and about the role that schools play in the students' sexual orientation. Those three people segments were interviewed and quizzed completely in two public elementary schools, one of them located in the suburbs and the other one in Bauru city's downtown. Also, the family's involvement in all school's activities was considered. Some relevant aspects were found in those 3 investigated segments, and in the literature used and read to help this work. All those aspects have been considered in the development of a sexual orientation study. Results assure the need of reflexing moments in the 3 segments, involving biological, psychological and social/cultural aspects in human sexuality. The results help teachers on the improvement of their sexuality; they can also act as a formation element, helping teens with new information and concepts which teenagers need to develop their sexuality; therefore, students can elaborate and have their own way of life. Also they can discover their capacity and show the parents how they increase their knowledgement. Then they will be able to identify and separate all the different concepts and thoughts that the society has. Finally, teenagers will act as helping elements to the school.

SUMÁRIO

I – INTRODUÇÃO	12
1 – ASPECTOS CONCEITUAIS DA SEXUALIDADE HUMANA.....	17
1.1 – Aspectos biopsicossociais.....	19
1.2 – A orientação sexual e a educação sexual.....	21
1.2.1 – Educação Sexual.....	21
1.2.2 – Orientação Sexual.....	24
1.3 - A Sexualidade e a mídia.....	27
2 – ASPECTOS HISTÓRICOS DA SEXUALIDADE HUMANA.....	30
2.1 - Pré- História.....	30
2.2 – Antigüidade.....	31
2.3 – Idade Medieval.....	33
2.4 – Idade Moderna.....	37
2-5 – No século XX.....	40
3 – A ORIENTAÇÃO SEXUAL E A ESCOLA.....	42
3.1 O papel da escola na orientação sexual.....	42
3.2. A relação professor/aluno no desenvolvimento da sexualidade humana.....	48
3.3.A Sexualidade e o aluno – adolescente.....	54
4 – A ORIENTAÇÃO SEXUAL E A FAMÍLIA.....	59
4.1 – A família como elemento fundamental na construção da sexualidade humana.....	59
II – METODOLOGIA.....	66
III – RESULTADOS E COMENTÁRIOS.....	72
IV – CONCLUSÕES.....	112
V – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	114
VI – ANEXOS.....	121

I – INTRODUÇÃO

Quando se fala de sexualidade, pressupõe-se falar de intimidade, uma vez que ela está estreitamente ligada às relações afetivas. A sexualidade é atributo de qualquer ser humano, no entanto para ser compreendida, não pode ser separada do indivíduo com um todo (PCNs, BRASIL, 1997a).

A sexualidade mostra-se parte integrante e intercomunicante de uma pessoa consigo mesma e com as outras, demonstrada a partir de expressões diferenciadas, conforme cada momento de sua existência (STRECK, 1989). Portanto, inclui muito mais do que simplesmente um corpo desenvolvido ou em desenvolvimento, apto para procriar e apresentar desejos sexuais, mas se caracteriza por ser uma forma peculiar que cada indivíduo estabelece, para viver relações pessoais e interpessoais, a partir de seu papel sexual. Desse modo, pode se entender a sexualidade como um instrumento relacional importante, embora não seja o único (TELAROLLI JÚNIOR, 1997).

Na história da sexualidade humana podem ser evidenciadas concepções sobre a adequação do comportamento sexual e o papel sexual do homem e da mulher que têm refletido características próprias da cultura, política, economia e religião das civilizações, expressadas por valores sociais, através de elementos tais como o celibato e a virgindade, o prazer e a procriação dentro e fora do casamento, anteriormente considerados como pecaminosos e demoníacos e atualmente, ligados às necessidades vitais e ao plano psíquico. Tais concepções ainda levam em conta as escolhas pessoais, baseados no amor (GIDDENS, 1993), de modo a ultrapassar o aspecto biológico e considerar o processo vivencial e educacional dos indivíduos, ao longo do tempo (MELO, 1997).

A interferência da sociedade na sexualidade foi apontada por vários autores, entre eles Martinez (1998) que a descreve como uma manifestação social de atitudes e procedimentos, socialmente construídos, podendo existir para o autor, várias sexualidades em decorrência das várias sociedades. Encontra-se também, marcada pela cultura, assim como pelos afetos e sentimentos, expressando-se com singularidade em cada sujeito, de modo a falar ao mesmo tempo do indivíduo e de sua cultura. Para Vitiello (1995) a sexualidade também tem a ver com desejo, busca de prazer inerente a todo ser humano, expressando-se a todo momento em cada

gesto, atitude e comportamento. Esse mesmo autor ressalta que na medida em que se toma consciência de nosso "eu" e se julga com satisfação ou não o exercício de nosso papel sexual, adquire-se uma "identidade" masculina ou feminina, que em última análise, representa o fator psicológico do tripé sobre o qual se assenta a sexualidade. Completa ainda, o autor que se é a biologia quem faz os homens machos ou fêmeas e a sociedade (cultura) quem os molda como homens ou mulheres, é principalmente o psiquismo de cada um que dirige sua atuação no sentido de torná-los masculinos ou femininos.

Segundo Egypto et al. (1991), a família influi de forma determinante nos papéis sexuais dos filhos, pois nossa sociedade, ainda demarca esses papéis de forma rígida e estereotipada: "O tabu que pesa sobre a iniciativa sexual das mulheres, por exemplo, tem muito a ver com o papel de subordinação que a sociedade estabelece para o sexo feminino".

De acordo com Conceição (1988), o preparo para o exercício da sexualidade começa na infância e que este depende largamente, do envolvimento dos pais. Essa perspectiva foi também compartilhada por Knobel (1992) quando afirma que a partir do nascimento de uma criança em nossa sociedade, a família começa a diferenciá-la sexualmente através de roupas, cores, brinquedos e objetos. Desse modo, os pais sutilmente, se encarregam de ir impondo durante a infância, as diferenças entre meninos e meninas e a sociedade trata de acentuá-las, mediante elementos meramente externos. Porém, para o autor, a definição da identidade sexual só ocorrerá ao longo de um complexo processo bio-psicológico e social, no qual as atitudes da família influem de maneira determinante.

Em seus comentários, Okawara (1995) afirma que possivelmente, a influência mais poderosa sobre os efeitos psicosexuais pós natais, imediatos e a longo prazo, em crianças nos seus primeiros 5 anos de vida, é aquela exercida diretamente pelos pais ou seus substitutos, mesmo que ainda, de forma inconsciente. Esses efeitos precoces constituem a base sobre a qual irá se desenvolver ou não, uma sexualidade adulta sadia. Se os fundamentos sexuais forem positivos em sua natureza, programas de educação sexual ministrados em épocas adequadas por instituições como a escola, servirão provavelmente para reforçá-los e assim, facilitar o desenvolvimento de uma personalidade sexualmente madura. Porém, nos casos em que tais fundamentos forem negativos, desde o

nascimento até os cinco anos de idade, não importa quando fornecida, a informação sexual pouco contribuirá para corrigir essa deficiência (DORIN, 1978).

A partir de todos esses componentes, somados às vivências, experiências e aspirações, cada um compõe um quadro de como será sua orientação sexual e como ela será exercida. Assim, fica patente na literatura (DORIN, 1978), a diferença entre "sexo", que é essencialmente biológico, e "sexualidade", que envolve a maneira como cada indivíduo exerce seus componentes biopsicossociais. Desse modo, ela é constituída a partir de três elementos primordiais: o potencial biológico, a capacidade psicoemocional e o processo de socialização, sendo fruto da somatória desses três elementos: o biológico, o emocional e o social.

Desde 1993, Okawara conceitua a educação sexual como o processo de promoção do aprendizado sexual incluindo programas, sobre as três dimensões referidas por Dorin (1978) e acrescenta ainda, as dimensões intelectuais, espirituais e culturais.

Dentro das abordagens encontradas na literatura, passa-se a refletir sobre o papel da escola na orientação sexual, uma vez que se encontram programas quase sempre articulados com a promoção da saúde das crianças e adolescentes, de modo a possibilitar a realização de ações preventivas em relação às doenças sexualmente transmissíveis – DSTs/AIDS, bem como à abordagem da gravidez na adolescência, do aborto e também das drogas.

Dentro dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), documentos elaborados pelo governo federal a partir de discussões pedagógicas atuais, que apresentam orientações e referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras, a sexualidade humana é tratada com temas transversal (BRASIL, 1997a). Nesses documentos, a orientação sexual se caracteriza como forma de atender à preocupação dos educadores com o grande crescimento da incidência de gravidez indesejada entre as adolescentes e com o risco de infecção pelo HIV (vírus da AIDS) entre os jovens, de forma a possibilitar a realização de ações preventivas mais eficazes.

Ademais, é na escola que o jovem entra em contato com outros valores e significados que para Bruns (1995) passam a ser confrontados, permitindo ao aluno elaborar a sua própria conduta, desde que a educação sexual possa ser discutida dentro da realidade individual sentida pelos alunos. Daí a relevância da

escola neste momento da vida do adolescente, no qual a família passa a se esquivar dos assuntos sexuais e os alunos passam a resolver seus problemas buscando informações com outros alunos.

No entanto, Ribeiro refere desde 1990, que a orientação sexual pressupõe uma intervenção institucionalizada, sistematizada por profissionais especialmente preparados para exercer essa função. Contrariamente, os PCNs (BRASIL,1997a) prescrevem que todos os profissionais da educação deverão abordar temas relativos à sexualidade humana, entretanto o que os mesmos não prevêm é o fato de que muitos educadores esbarram em dificuldades pessoais e, na maioria das vezes, não se encontram preparados para lidar com a emergência da sexualidade no ambiente escolar (MARTINEZ,1998; SANTOS,2000), ocorrendo no cotidiano repressão às manifestações da sexualidade dos alunos. Tal postura é entendida por Bernardi (1985) como fruto da repressão sexual a que todos os educadores foram submetidos, qualquer que seja o meio social.

Além dessas considerações, outro aspecto relevante que colaborou no interesse pelo tema, diz respeito à experiência do pesquisador como professor de Ciências no magistério público e no particular, já há 25 anos, quando então, vivenciou manifestações de seus alunos sobre acontecimentos do cotidiano relacionados à sexualidade humana.

Aliado a estas ocorrências, surgiu em 1999, um quadro angustiante, revelado pelo elevado número de alunas grávidas das 7^{as} e 8^{as} séries do ensino fundamental, as quais muito jovens, mostravam-se despreparadas para a maternidade e revelavam dificuldades nos cuidados para com os seus filhos. Tal situação motivou a busca junto à comunidade escolar dos fatores determinantes da ocorrência de um índice tão elevado de gravidez precoce e da possibilidade de se atuar nessa comunidade, com atividades que tratassem da sexualidade humana, na tentativa de reverter o quadro.

Nessa ocasião, o pesquisador observou que suas intervenções anteriores, relacionadas à palestras esporádicas e aulas sobre a anatomia e fisiologia do aparelho reprodutor masculino e feminino, bem como suas abordagens sobre DSTs e AIDS, não se mostravam eficazes na orientação sexual de seus alunos, por tratarem a sexualidade, exclusivamente sob o ponto de vista biológico, sem considerar os aspectos psicossociais e culturais.

Diante do exposto, propõem-se pesquisar como pensam os alunos, professores e pais sobre a sexualidade humana e também sobre a perspectiva do desenvolvimento de um programa de orientação sexual no ambiente escolar, envolvendo a família, professores e alunos, considerando-se ainda, a percepção destes três segmentos sobre o papel da escola e da família, a relação professor-aluno, a formação do professor e a adequação dos temas no desenvolvimento da sexualidade humana.

1 – ASPECTOS CONCEITUAIS DA SEXUALIDADE HUMANA

Embora a vida na Terra já exista há cerca de 4 bilhões de anos e a reprodução sexuada há pelo menos 1,5 bilhão de anos, Vitiello (1995) relata que foi apenas com espécies muito próximas da nossa que o sexo pode ser desvinculado da reprodução. Muito pouco se sabe sobre o exercício da sexualidade dos homínídeos que antecederam nossa espécie, mas é bem provável que tal visão da sexualidade possa ter ocorrido desde o *Homo habilis* ou até mesmo entre antepassados ainda mais remotos.

Ressalta ainda, Vitiello (1995) que com o aparecimento do *Homo sapiens* há pelo menos 100 mil anos atrás, surgiu entre as fêmeas a possibilidade de relações sexuais prazerosas, independentemente, da possibilidade de reprodução. Acrescenta ainda, que graças às sutis mudanças na anatomia e na fisiologia dos órgãos reprodutores, tornou-se possível que as fêmeas da espécie humana pudessem usufruir de atividade sexual, independentemente de estarem ou não em seus períodos férteis. O autor, afirma também, serem elas os únicos seres a manter relações sexuais durante a gestação ou mesmo após a cessação das possibilidades de reprodução, isto é, na pós-menopausa. Assim, a espécie humana é a única, dentre as que atualmente povoam o planeta, a ter oportunidade de buscar os prazeres do sexo sem arcar com o ônus da reprodução. Se entre as outras espécies só é possível o "sexo-reprodução", para o homem abrem-se outras oportunidades, podendo mesmo falar em "sexo-afeto", "sexo-amor" e diversas outras indicações para a prática da sexualidade, inclusive aquela que visa à remuneração, referida por Vitiello (1995) como "a mais velha das profissões", a prostituição.

Através dos estudos feitos pela Organização Mundial da Saúde (OMS), Vitiello (1995) refere a estimativa de que ocorram no mundo cerca de 70 mil relações sexuais por minuto, enquanto o número de nascimentos no mesmo período, limita-se a aproximadamente 209.

Para esse autor a tomada de consciência enquanto seres humanos, facilitou a incorporação de importante fator psicológico, o que veio se juntar aos já existentes, biológico e sociocultural, transformando a sexualidade. Então a sexualidade humana deixou de ser meramente, uma expressão biológica, como é entre outros mamíferos e se transformou numa expressão bio-psico-social, onde em

certas situações, o componente psicossocial se torna mais importante. Assim, ao nascerem, os homens são meros portadores de órgãos específicos para a sexualidade e para a reprodução, o que os faz machos ou fêmeas. Desde então, a sociedade imprime padrões de comportamento adequados para cada sexo biológico, padrão que se convencionou chamar de "papel sexual" ou identidade sexual. É esse modelo desejável que a maioria dos homens procura cumprir, durante toda a vida e que faz deles, seres humanos, desde que nasçam, machos ou fêmeas e se tornem "homens" ou "mulheres". Tanto é que a maioria de suas atitudes e da maneira de exercitar até os mais singelos atos como coçar a cabeça, andar e falar é realizada cumprindo um papel pré-determinado, ao qual se adiciona apenas um pequeno componente pessoal.

Nos dizeres de Silva apud Mandu (2000) a construção da sexualidade é um processo que ocorre ao longo da vida, sobretudo de modo assistemático, nos contatos da criança com os pais, familiares e com outros, quando valores e comportamentos sexuais socialmente estabelecidos passam a ser definidos e a se redefinir. A sexualidade não se estrutura na adolescência mas ao longo do desenvolvimento da criança, nas vivências – na interação com o meio, nos contatos físicos, nos vínculos afetivos com os pais e amigos, no brincar, nos jogos sexuais, nas descobertas, na criação, nos processos de estruturação das relações de dependência e independência e da identidade masculina/feminina.

Dorin (1978) afirma que ninguém nasce homem ou mulher, mas sim machos ou fêmeas, sendo a sociedade que irá transformá-los em homens ou mulheres, o que foi confirmado nos trabalhos de Vitiello (1995).

Conforme afirma Merleau – Ponty (1971), é a história sexual de um homem que mostra a chave de sua vida, pois na sexualidade do homem se projeta a sua maneira de ser com relação ao mundo, no que diz respeito ao tempo e aos outros homens.

Embora assistindo a importantes modificações nestas últimas décadas, a sexualidade continua ainda muita velada, não obstante tenha sempre estado presente nas relações entre os seres humanos, mesmo que de um modo não consciente.

De acordo com Foucault (1977), a sexualidade se coloca não apenas no palpável, mas também se expressa dentro de valores e padrões de "normalidade" impostos na convivência social.

1 – 1 - Aspectos Biopsicossociais

Ao analisar o saldo da dinâmica entre os três elementos primordiais, o biológico, o psicológico e o social, Dorin (1978) descreve a criação inevitável de conflitos na constituição da sexualidade humana. Ressalta o autor, que para se entender a natureza desses conflitos é preciso ter em mente a existência de duas forças antagônicas. De um lado, a necessidade sexual básica, cujos mecanismos fisiológicos de resolução nem sempre coincidem com as normas vigentes de cultura (nem sempre aquilo que se quer fazer, pode-se ter ou realizar) e de outro lado, o fato de que, como seres sociais, os homens tem que se adaptar às regras de convivência.

Aranha & Martins (1987) confirmam que a sexualidade não é apenas expressão do corpo biológico; não se restringe apenas ao resultado do funcionamento glandular. Ela é também a expressão do ser que deseja, que acolhe e se comunica com o mundo e com o outro. A sexualidade para esses autores é uma “linguagem mais humana quanto mais pessoal for”.

Ao invocar a sexualidade como um “dispositivo histórico”, Foucault (1989), a coloca como uma invenção social, uma vez que se constitui, historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre o sexo, que para o autor regulam, normatizam, instauram sabores, e produzem “verdades”.

Para ele, duas estruturas mentais importantes ajudam a administrar esses conflitos: o funcionamento intelectual e a capacidade adaptativa; ambos responsáveis pela aprendizagem dos códigos de comportamento social e pela incorporação dos valores embutidos nesses códigos. Além disso, possibilitam ao ser humano a utilização de mecanismos compensatórios que favorecem e estimulam a adaptação, tais como o lazer, as relações sociais, o investimento pessoal e profissional e, sobretudo, as experiências com relacionamentos afetivos, os quais permitem usufruir de uma sexualidade mais ampla.

Telarolli Junior (1997) ao explorar os aspectos culturais da sexualidade revela que estes e os biológicos não se excluem mutuamente, nem são independentes; ao contrário, são inter-relacionados e interdependentes. Tal concepção leva a se descrever a sexualidade não só como característica exclusivamente biológica, nem tendenciosamente pertencente apenas à cultura; mas, como uma interação entre estes dois aspectos, na qual tanto os processos

culturais como os biológicos se retroalimentam, num “feed- back” mútuo que os mantêm atuantes.

Considerando-se as propostas dos PCNs (BRASIL,1997a) deve-se adequar o programa de orientação sexual à realidade social, econômica, religiosa e histórica daqueles indivíduos que serão orientados. Alguns assuntos são fundamentais e considerados de extrema importância na formação do conceito biológico da sexualidade: processos reprodutivos sexuais e assexuais, conhecimento de células especializadas para a reprodução (gametas), tipos de fecundação (externa e interna), além da proteção ao embrião e o cuidado dos pais com os filhos; anatomia e fisiologia dos aparelhos reprodutores masculino e feminino, com enfoque as transformações do corpo, decorrentes da puberdade e às alterações hormonais que surgem no corpo do menino e da menina, que podem levar interesse pelo sexo oposto, na busca do prazer e do ficar; mecanismos da concepção e os diferentes métodos contraceptivos, relacionando os já existentes e usuais no país, suas indicações e contra indicações, grau de eficiência e implicações para a saúde reprodutiva e bem estar sexual; a gravidez precoce e as conseqüências físicas, psicológicas, econômicas e sociais para uma adolescente, diante desta inesperada situação; o aborto e as conseqüências para quem o pratica, associado às informações sobre partos, natural e cesáreo, constituem-se de fundamental importância para a saúde sexual e reprodutiva, juntamente com os cuidados necessários para sua promoção pelos indivíduos; o conteúdo ligado às DSTs/AIDS deve ser trabalhado, como forma de salientar que a sexualidade é algo ligado ao prazer e a vida e não à doença ou morte, além de enfatizar a promoção da saúde e condutas preventivas.

Aspectos psicológicos e emocionais que colaboram na origem da sexualidade, são identificado através da teoria psicanalítica ou freudiana, a qual afirma que a criança entre três e cinco anos de idade, utiliza uma simbologia própria e a sua identificação sexual é um fenômeno que ocorre nesta faixa etária.

Para Freud (1978) a sexualidade infantil, é proposta como um pano de fundo explicativo, que determina a vida psíquica do indivíduo, revelando que a natureza psíquica da sexualidade está ligada ao prazer subjetivo e não mais à reprodução e que todos os problemas relacionados à sexualidade infantil, geram traumas, conflitos e distúrbios, que interferem grandemente no comportamento sexual do adulto.

Outro aspecto é ressaltado por Telarolli Junior (1997), quando refere ser impossível falar em sexualidade sem chamar a atenção para a importância da herança cultural que se recebe dos antepassados, incluindo os aspectos morais capazes de determinar em cada época, quais os padrões de sexualidade considerados normais. Assim as sociedades humanas vêem os padrões herdados se modificarem, resultando em novos comportamentos, desejos e valores, finalizando numa nova sexualidade. Por isso, o autor revela ser necessário desvincular o sexo biológico (conjunto de características físicas e biológicas que diferenciam homens e mulheres) do papel sexual. Este não limitado à natureza biológica do sexo; reflete a expectativa que a sociedade tem em relação ao comportamento e às atitudes das pessoas de um determinado sexo. O papel sexual encontra-se em permanente transformação; os padrões sociais de comportamento e identidade sexual não são fixos e vão lentamente, se modificando em decorrência de um conjunto de intervenções culturais, que são próprias de cada sociedade e de cada época.

Para o autor, sexo biológico e papel sexual são alguns aspectos fundamentais da identidade sexual, com grande influência na forma como se vive a sexualidade: o vasto conjunto de idéias, desejos, fantasias, tabus e práticas sobre a atividade sexual, o prazer de homens e mulheres e a forma como as pessoas se desejam e respondem aos estímulos sexuais.

Dentro desta abordagem, pode-se dizer que sexo é a expressão biológica que define um conjunto de características anatômicas e funcionais, genitais e extra genitais, e a sexualidade é uma forma mais ampla; é uma expressão sociocultural e psíquica. Portanto, o trabalho que propõe uma orientação sexual ou análise da percepção do que seja sexualidade, deve considerar a sexualidade nas suas três dimensões: biológica, psico - emocional e histórico - cultural.

1.2 - A Orientação Sexual e a Educação Sexual

1.2.1 – Educação Sexual

São encontrados na literatura, o uso de diferentes denominações ligadas à sexualidade humana, principalmente no que diz respeito às terminologias relativas à educação sexual e à orientação sexual. Tais referências são

consideradas por Figueiró (1995) como decorrentes das diferentes visões filosóficas, pedagógicas e metodológicas dos autores da área sobre o assunto

No sentido de sugerir a padronização dos termos, Figueiró (1996) propõe o uso da terminologia educação sexual, por considerar que essa expressão dá ao educando um lugar de sujeito no processo de aprendizagem. Para a autora, o termo orientação situa aquele que aprende num lugar de simples receptor de conhecimentos e/ou orientações fornecidas pelo professor.

Gherpelli (1992), enfermeira e pesquisadora em Saúde Pública, define educação sexual como meio formativo capaz de elaborar na personalidade infantil, atitudes relativas ao sexo, desde o nascimento até o final da vida. Afirma a autora, que os pais, de maneira informal, passam a seus filhos valores culturais, sociais e religiosos. Vaz (1996) confirma que a educação sexual é um processo que ocorre ao longo de todo o ciclo de vida do indivíduo, no qual sua aprendizagem interage com outros processos educativos. Esse autor reafirma a posição de Gherpelli (1992) em relação à informalidade do processo de educação sexual, quando se refere que este não necessita de programação para que ocorra na vida do ser humano: pode ser determinado pelas experiências do cotidiano.

À semelhança de Gherpelli (1992), também Vaz (1996), considera que o indivíduo sofre diversas influências no seu desenvolvimento, quer seja no contexto familiar, cultural ou social, adquirindo assim, atitudes e comportamentos relativos à sexualidade de acordo com os valores transmitidos, favorecendo determinados modelos de sexualidade, reais ou simbólicos, disponíveis no contexto da vida do indivíduo, que motivam a aprendizagem da educação sexual informal. Nesse sentido, esclarece que os conteúdos sexuais da educação informal são poucos consistentes e explícitos, não favorecendo uma aprendizagem de atitudes e opiniões autônomas e conscientes.

Quanto à educação sexual intencional, Vaz (1996) se manifesta revelando que sua aprendizagem, ocorre a partir de uma estrutura coerente, com atividades programadas em consonância com os conteúdos propostos, buscando a “consciencialização” da aprendizagem. Para ele, a educação sexual intencional pode ser formal ou não-formal, diferenciando-as a partir da integração curricular. Na formal, assume-se o contexto escolar, a partir de um processo intencional programado pelo currículo escolar, embora para o autor nesse caso, a “educação sexual não existe ou existe de forma deficitária”. Já na educação sexual intencional

não – formal é viabilizada a educação sexual através de agentes alternativos, uma vez que se desenvolve fora dos currículos escolares; esse tipo de educação sexual intencional não – formal corrige distorções da educação sexual informal e insuficiências da educação sexual intencional formal.

Essa maneira informal com que ocorre a educação sexual é também a visão de Suplicy (1995), que a refere como um processo no qual se permite incorporar valores, símbolos, preconceitos e ideologias, desde a gravidez, quando começa a função educativa dos adultos, uma vez que suas expectativas para com a criança, influenciarão o comportamento sexual futuro dela. Na infância, a principal influência recebida pela criança é a atitude dos pais frente à sexualidade, refere Suplicy (1995), “tanto aquilo que efetivamente se faz como aquilo que se omite, farão parte do modelo que a criança assimilará”. Assim, essa criança terá, uma visão particular sobre sexualidade, a partir daquilo que a família provê, de sua carga genética e do processo de socialização, podendo fazer suas experiências e escolhas.

Desse contato cotidiano da criança com os pais, a partir do processo de socialização que se segue, da influência da mídia e dos grupos sociais, vai se formando a sexualidade da criança, que para Suplicy (1995) fundamenta sua definição de educação sexual: “um processo de vida, que permite ao indivíduo se modificar, se reciclar ou não, e só termina com a morte”.

Também para Pinto (1999), a base da educação sexual está em casa, qualquer que seja a sociedade e se inicia antes mesmo da criança emitir os primeiros balbúcius, continuando pela vida afora com palavras, gestos e atitudes dos que convivem com ela. Para o autor, a educação sexual é função da família e ocorrerá quer a família queira, quer não; é no contato com as atitudes – conscientes ou não, verbais ou não, dos pais e familiares com a criança, que a mesma desenvolve a capacidade amorosa e a capacidade erótica que a acompanharão durante a vida, podendo ser influenciada, transformada ou não por outras experiências de vida. São os pais os principais educadores sexuais dos filhos; ninguém pode substituir o papel da família.

Muitas vezes são os silêncios e não as falas, os gestos e olhares e não a troca de idéias, as proibições e não os esclarecimentos que fazem a educação sexual em nosso meio social

Werebe (1998) compreende que o termo orientação sexual se presta a ambiguidades, por ser entendido muitas vezes, como a orientação que o indivíduo estabelece em relação à sua sexualidade. Baseada nessa concepção, a estudiosa passa a utilizar, a partir de 1981, somente o termo educação sexual, argumentando que: "a expressão educação sexual parece ser a mais indicada para designar a prática educativa intencional em matéria de sexualidade". Ainda segundo a autora, a educação sexual seria a ação desencadeadora de possíveis reflexões filosóficas e éticas, cabendo à orientação sexual uma neutralidade, onde os objetivos se restringiriam às informações mais biologizantes, atribuindo à escola a competência de apenas informar o aluno a respeito das questões sexuais e, à família, a responsabilidade de educar sexualmente.

Para Werebe (1998), a educação sexual deve ser entendida em dois sentidos; um mais amplo e outro mais restrito. Dentro do entendimento mais amplo, a educação sexual é definida, da seguinte forma:

"todas as ações, diretas ou indiretas, deliberadas ou não, exercidas sobre o indivíduo (ao longo do seu desenvolvimento), que lhe permite situar-se em relação à sexualidade em geral e à sua vida em particular".

Assim, para a autora, todos os professores, de todas as disciplinas, fazem educação sexual, consciente ou não, da mesma forma que ensinam o idioma de seu país no momento em que ministram suas aulas.

Por outro lado, a educação sexual num sentido mais restrito, é entendida pela autora como uma "intervenção deliberada e sistemática, com intenções que podem ser mais ou menos explicitadas". Dessa forma para Werebe a educação sexual – essencial na formação do indivíduo – é um processo global que envolve momentos de ações não-intencionais, onde a mesma é reflexo das inter-relações do cotidiano do indivíduo, quer seja na família ou na escola, e de ações intencionais, onde as intervenções são deliberadas e, em geral, planejadas.

1.2.2. – Orientação Sexual

É de Gherpelli (1992), pesquisadora em Saúde Pública, um dos primeiros esclarecimentos sobre a concepção de orientação sexual, que a define como:

Uma intervenção de caráter preventivo e tem como objetivo ajudar o indivíduo a incorporar significativamente, a sexualidade em sua vida presente e futura, proporcionando-lhe um conjunto de informações integradas e clareando valores e atitudes que poderão instrumentá-lo para ajustar e determinar escolhas com relação a sua sexualidade (GHERPELLI, 1992, p.148)

Para Vitiello (1992), a orientação sexual se ampara na experiência e no conhecimento do educador como fatores fundamentais para o bom desenvolvimento desse processo, ajudando o orientando a analisar diferentes opções e tornando-o apto a descobrir novos caminhos.

De acordo com Suplicy (1993), a orientação sexual pretende lidar com as angústias, confusões e medos do adolescente, desencadeados por conflitos e pressões. Essa autora entende que a orientação sexual abre a perspectiva de um espaço para o adolescente, que o possibilite conversar sobre assuntos que dizem respeito à sua sexualidade. Refere ainda, a escola como sendo o local onde os adolescentes possam trazer suas dúvidas e preconceitos e encontrem informações que o levem à reflexão, salientando também que todo trabalho educacional deve ser conduzido por professores competentes e adequados a orientar sexualmente seus alunos, pois a autora entende a orientação sexual na escola, como uma intervenção pedagógica e sistemática na área da sexualidade, capaz de favorecer a reflexão mediante a problematização de temas polêmicos, permitindo a liberdade de expressão, promovendo um ambiente acolhedor e de respeito.

Diante destas considerações, Suplicy (1995) expressa a concepção de orientação sexual como:

processo formal e sistematizado que se propõe a preencher as lacunas de informação, erradicar tabus e preconceitos e abrir a discussão sobre as emoções e valores que impedem o uso dos conhecimentos.(1995). A orientação sexual, além de assegurar o conhecimento das informações biológicas, deve possibilitar sobretudo a conversa sobre sexo num sentido mais amplo, abrangendo as emoções e o amadurecimento que sua vivência traz (SUPLICY,1995, p.8).

A escola é considerada como lugar ideal para ocorrer a orientação sexual, também por Pinto (1999) ao referir que a orientação sexual na escola possibilita ao jovem se posicionar de forma consciente e criativa, permitindo que ele descubra e desenvolva suas próprias capacidades sexuais, como também facilita o desenvolvimento de seu potencial como ser sexual e social.

A reflexão sobre as considerações dos autores consultados aponta para duas vertentes: uma, na qual pesquisadores como Vaz (1996) e Werebe (1998) propõem na educação sexual uma intervenção deliberada e sistemática, que deve ocorrer ao longo da vida e inclui também, momentos em que ações sejam não intencionais, considerando as inter-relações do indivíduo com o seu cotidiano e nesse sentido, Werebe (1998) parece atribuir à educação sexual o caráter educativo, intencional, capaz de oportunizar reflexões éticas e filosóficas, enquanto por outro lado, a orientação sexual é concebida por Vitiello (1992), Suplicy (1995) e Werebe (1998), como uma intervenção neutra, de objetivos mais restritos ao caráter biológico, capaz de proporcionar uma abertura aos adolescentes para que possam discutir suas angústias, dúvidas e medos, indicando a escola e também grupos de estudos como locais adequados para que ela ocorra.

Outra vertente, enfoca a educação sexual construída a partir das influências familiares, culturais e sociais que o indivíduo sofre durante seu desenvolvimento, como valores que orientam de maneira informal a sexualidade Vaz (1996) e Werebe (1998).

Vaz (1996) refere ainda, a educação sexual intencional formal como aquela estruturada de forma contínua dentro dos currículos escolares, com os conteúdos sendo desenvolvidos por professores e a educação intencional não formal, que se desenvolve na escola através de eventos pontuais, sem vínculo com o currículo escolar.

Assim, a literatura evidencia autores que se utilizam da caracterização de um processo contínuo e sistematizado com inferência cultural, da família e da sociedade, como educação sexual, enquanto outros autores enfocam que esta pode ocorrer informalmente, dentro da própria família. Também, a orientação sexual pode ser definida por alguns autores, como aquela que ocorre na escola, considerando aspectos ligados à biologia, com a intenção de resolver dúvidas e conflitos dos alunos, enquanto para outros esse mesmo processo é referido como educação sexual.

Quando se consulta os PCNs (BRASIL,1997a), pode se observar que a terminologia utilizada em sua proposta refere-se à orientação sexual, em acordo com a maioria dos autores investigados com exceção de Vaz (1996), para o qual a concepção assemelha-se aos PCNs (BRASIL,1997a), embora o autor se utilize do termo educação sexual.

1.3 - A Sexualidade e a Mídia

Um dos aspectos que a mídia, ao explorar a sexualidade, causa nas pessoas mais velhas, é apontado e ressaltado por Gouveia (1990), como sendo a grande surpresa em ver que assuntos tão íntimos, considerados tabus e, portanto, não elaborados, perderem a individualidade e serem generalizados com a maior facilidade, sem qualquer explicação. Contrariamente, para as gerações mais novas, a convivência diária com esses assuntos, torna-os tão visualmente introduzidos em suas cabeças, que estas gerações até desconhecem a necessidade de explicações a mais, considerado - os como normais e naturais.

Muito se fala atualmente, em educação sexual nas escolas e nas famílias. Pesquisas também provam que a maioria das famílias, não preparadas quanto à sua sexualidade, também não estão aptas a preparar seus filhos. Essas pesquisas permitem concluir que a grande influência dos meios de comunicação no campo da sexualidade, não é a consequência imediata do que é visto, mas sim resultado do que não é mostrado e que desligar os aparelhos, não é a solução, sendo necessário discutir o que é realidade e o que é ficção, para se chegar a momentos enriquecedores (GOUVEIA, 1990). Observa ainda o autor que, se de um lado a influência dos meios de comunicação no desenvolvimento da sexualidade pode ser maléfica, a mesma pode representar também, momento que permite abertura para o diálogo e a aproximação entre pais e filhos. O autor toma como exemplo uma atriz de linhas perfeitas e seios invejáveis, que ao desfilarem durante o carnaval, embora represente para ela o seu momento de glória na passarela; pode também ser o momento de se conversar com os filhos, ressaltando que não é preciso ser sempre jovem e linda, para amar intensamente; procurando se rever padrões de comportamento.

As mensagens de apelo sexual existentes nos meios de comunicação, que banalizam o corpo e a sexualidade, na divulgação e venda desde o “sabão em pó até toalhas de banho”, devem ser considerados na orientação sexual, quer seja ao nível familiar ou escolar. Esses apelos veiculados pelos meios de comunicação têm sido apontados por Lopes & Maia (1993), como elementos que dificultam o processo de educação sexual.

Além de expressiva participação nos movimentos sociais como um todo, os meios de comunicação têm tido importante papel no que diz respeito ao

exercício da sexualidade das pessoas em geral e principalmente, dos adolescentes. Evidentemente, sempre existiu essa influência; sendo no entanto, a partir das últimas três décadas é que ela mais se acentuou (VITIELLO,1993). Afirma o autor que a partir do final da década de 50 começaram a surgir, na Europa e nos Estados Unidos, uma série de movimentos que visavam a valorização do jovem, cuja tônica principal era mostrar a eles, sua importância na tomada de decisões. Nesses movimentos, buscava-se uma nova e mais justa ordem mundial; mostrando-se necessário combater a ordem social vigente, priorizando a liberação dos costumes sexuais.

Os meios de comunicação de massa, já bastante eficientes nessa época, ampliaram e muitas vezes dirigiram esses movimentos, passando a imagem de que a sexualidade deveria ser exercida sem qualquer tipo de barreira, em especial para mulheres jovens. E ainda, que as pessoas deveriam buscar manter uma vida sexual intensa e freqüente, chegando a olhar as mulheres virgens como “anomalias” ou como lamentáveis portadoras de grave doença.

Porém, Vitiello et al. (1993) referem-se os movimentos sociais, como notavelmente pendulares, na história da humanidade, ocorrendo períodos de liberação acentuada, substituídos por épocas mais repressoras que, após algum tempo, cedem lugar a novos períodos de liberação. Sendo assim, com o passar do tempo, aquela visão extremamente liberal foi tornando-se cada vez menos radical, processo este acentuado pelo advento da AIDS, que levou a uma fase, ainda não ultrapassada de repressão sexual. Aquela visão de liberdade sexual dos anos 60, entretanto, deixou como “seqüela” um culto ao corpo e à sensualidade do qual até hoje, os meios de comunicação usam e abusam. Embora a liberação sexual não seja mais explicitamente defendida, implicitamente é ela ainda utilizada como “argumento” de vendas (para se vender qualquer coisa, de cigarros a eletrodomésticos, usam-se a semi-nudez ou até a nudez total).

Por outro lado, Vitiello et al. (1993) referem-se que os meios de comunicação ainda não foram enxergados, quanto à sua eficácia, como auxiliar da orientação sexual. Na opinião desses autores, embora algumas propostas sejam de valor e os profissionais competentes, ainda não foram criados matérias que levassem à resultados significativos.

Pesquisas relacionadas à influência da mídia na sexualidade foram realizadas por Schiavo et al. (1997), que ao analisarem programas de televisão

aberta, veiculados em horário nos quais as crianças assistem, observaram que na maioria destes programas são passadas mensagens negativas e/ou depreciativas em relação ao papel sócio-sexual feminino, reafirmando os estereótipos de gênero.

Concluíram que deve haver uma seleção por parte da família, com base em uma postura crítica em relação ao material veiculado, uma vez que a televisão se tornou um importante veículo de transmissão de crenças e valores. Nesse sentido, as mais diversas mensagens, que entram nos lares, geralmente sem fim educativos, deveriam obedecer a critérios éticos e educacionais

A mídia representada nas suas mais diversas modalidades: jornais, televisão, revistas, mostra segundo Werebe (1998), os temas ligados à sexualidade, de modo parcial e pouco aprofundado, refletindo o que se passa na sociedade. Existe para o autor, uma aparente liberalidade, mas na verdade, ainda não há espaço adequado para uma reflexão e discussão de tema de forma abrangente e próximo do cotidiano. Esse mesmo autor ainda em 1998, salientou que a mídia desenvolve um papel negativo e outro positivo na elaboração de programas que tratam da sexualidade. Negativo, quando no caso de filmes, novelas, revistas, painéis entre outros, são idealizados estereótipos longe da realidade dos alunos e positivo, quando se que pode observar, nas campanhas de prevenção à AIDS na televisão, o enfoque preventivo à doença ou ainda, quando abordam os diferentes aspectos da sexualidade. No entanto, as repercussões destas campanhas, quer negativas ou positivas necessariamente, devem ser consideradas para aproximar o programa da realidade vivida pelos adolescentes.

Portanto, Werebe (1998) ressalta que ao se tratar da sexualidade humana em sala de aula, deve-se abordá-la, utilizando das mensagens transmitidas pela família, colegas, amigos e pelos professores, sem deixar de considerar também as mensagens da mídia e demais instituições da sociedade, incluindo suas repercussões e conseqüências. Trata-se portanto, de preencher lacunas nas informações que crianças e adolescentes já possuem e, principalmente, criar a possibilidade de formar opinião à respeito do que lhes está sendo ou foi apresentado.

Ao analisar a influência que os diversos segmentos da mídia efetua sobre os adolescentes, Santos (2000) se refere à crítica sobre as campanhas preventivas e repensa o que se pretende com as mesmas. Para o autor, a maneira como estão sendo realizadas, as campanhas não propiciam a reflexão do jovem

sobre sua própria sexualidade e importância de se prevenir contra doenças; e sobretudo, não valorizam a afetividade e o emocional. Completa o autor que, esses programas superestimulam precocemente a sexualidade, através de excessiva exposição do corpo, veiculação de filmes e cenas erótico-pornográficas, banalizando sua concepção. Além disso, as novelas que de modo geral deveriam retratar a realidade, acabam mostrando o estereótipo do rapaz másculo, viril e sedutor, e da mocinha, em geral atraente e frágil, o que tende a reforçar as diferenças entre gêneros.

2 – ASPECTOS HISTÓRICOS DA SEXUALIDADE HUMANA

Levando em consideração questões econômicas, políticas, sociais e religiosas, a sexualidade humana evidencia características próprias, conforme o período em que é analisada.

2.1 - Pré-história

No início da civilização humana, quando o homem era eminentemente agricultor e havia o amplo domínio da sociedade matriarcal, a fertilidade do solo estava intimamente ligada a fecundidade da mulher. Para se obter bons resultados agrícolas, a sementeira deveria ser feita pela mulher, sendo o papel do homem secundário, conforme descrito por Nunes (1997), em seu livro "Desvendando a Sexualidade ", no qual o autor admite que a agricultura tenha sido uma descoberta feminina.

O papel preponderante desempenhado pela mulher na agricultura, no começo e até hoje em determinadas civilizações, parece estar ligado à sua fecundidade e a outros centros de fecundidade cósmica - a Terra, a Lua, de modo que ela adquiriu o prestígio de poder influir na fertilidade e de distribuí-la.

Segundo o autor isto ocorreu porque homens estavam ocupados com a caça e nos cuidados com o gado, ficando ausentes, enquanto as mulheres tinham a oportunidade de observar fenômenos naturais de sementeira e germinação e de tentar reproduzi-los artificialmente. Assim, em Uganda, uma mulher estéril é

considerada perigosa para a horta e o marido pode pedir divórcio alegando motivo de ordem econômica.

Crença semelhante encontra-se na tribo Bantu, na Índia, onde se cultiva o perigo que a esterilidade feminina apresenta para a agricultura. Em Nicobar, diz-se que a colheita será mais abundante se as sementeiras tiverem sido feitas por mulheres grávidas. No sul da Itália crê-se que terá bom resultado qualquer trabalho empreendido por uma mulher grávida e que tudo o que seja semeado por ela crescerá como cresce o feto em seu ventre. Em Bornéu, as mulheres desempenham o papel principal nas cerimônias e nos trabalhos relativos à cultura do arroz.

Na Prússia Oriental, ainda se respeitava há pouco tempo, o costume de uma mulher nua ir ao campo semear ervilhas. Entre os fineses, as mulheres levam sementes para o campo na camisa menstrual, no sapato de uma prostituta ou nas meias de um filho bastardo, aumentando assim a fecundidade das sementes pelo contato com os objetos usados por pessoas marcadas de uma forte nota erótica.

Acredita-se que beterraba semeada por uma mulher é doce, e semeada por um homem é amarga. A semente do linho é levada para os campos por raparigas, na Estônia, e os suecos não permitem que o linho seja semeado senão por mulheres. Entre os alemães são ainda as mulheres, casadas ou grávidas, que lançam às sementes à terra. Essa solidariedade mística entre a fecundidade da terra e a força criadora da mulher é ressaltada pelo autor como uma das intuições fundamentais da chamada "consciência agrícola".

2.2 - Antigüidade

Nesta etapa, Nunes (1997) refere que o sexo perde o seu caráter místico e passa a ser mais conhecido e controlado, tornando-se mais racionalizado. Esta fase inicia-se com o surgimento das civilizações urbanas no mundo antigo, aparecendo como destaque especial o povo grego.

Surgem os dois sexos: o reprodutor, onde a figura principal passa a ser a mãe e o sexo da mulher instruída nas artes do amor, no qual aparece a prostituta, sendo introduzida a noção de prazer. Neste momento, com a divisão do trabalho social, o homem usurpa certos privilégios da mulher, tomando em suas

mãos o controle de produção e da reprodução da vida. Este autor revela que ocorre ainda, entre os gregos o chamado “padrão normal” de homossexualidade masculina, no qual os homens eram separados entre aqueles que recebiam educação exclusivista, onde se exaltava os valores masculinos, surgindo então os exércitos e a organização dos negócios.

Na sociedade grega, a relação sexual homem e mulher visava apenas a procriação, sendo que os jovens guerreiros gregos eram iniciados ao prazer, através de relações sexuais com pessoas ou mestres mais velhos. Destaca-se ainda na sociedade grega que as meninas eram educadas para as tarefas domésticas e preparadas para se casarem logo após as primeiras menstruações e geralmente com homens mais velhos. Os meninos, contrariamente, eram desestimulados ao casamento antes dos 21 anos de idade e as masturbações eram condenadas pelo medo do enfraquecimento e perda de energia.

Segundo Cabral (1995), os gregos cultuavam a dominação das mulheres, tinham suas esposas para procriação, através de um casamento arranjado e outras mulheres como objeto de prazer; o conhecimento da sexualidade era passado dos homens mais velhos, considerados ativos, para os mais jovens considerados passivos; a função social desta pederastia grega era ensinar os rapazes a tornarem-se cidadãos sexualmente ativos através da passividade. As mulheres escravas eram comercializadas e as livres eram “arranjadas” para o casamento, a nudez, as carícias e a prostituição eram valorizadas, pois, o apetite sexual se satisfazia, indistintamente, com os dois sexos.

Desta época destacam-se as divindades do prazer, tais como: Vênus, Afrodite, Bacon e aparecem também as técnicas e os estímulos sexuais, embora não se tenha valorizado a virgindade e o celibato.

Catonné (2001) cita que para os romanos o casamento é um ato privado, ou seja, não necessitando da intervenção de qualquer magistrado, civil ou religioso, para sancioná-lo. É um ato informal, não escrito, sendo tão fácil de fazer como desfazer. Afirma também o autor acima que o dinheiro é uma das principais razões para se casar: desposa-se um dote. Casa-se também para se ter descendentes legítimos, ainda que a adoção romana garanta a continuidade da linhagem do cidadão. O romano cultiva o gosto pela virilidade e nutre ódio com relação à passividade. O parceiro passivo deve, portanto, ser um escravo. Em

Roma, o efebo de nascimento livre era substituído pelo escravo, que servia de parceiro sexual.

2.3– Idade Medieval

Historicamente, a Idade Medieval aparece com a queda do Império Romano, ou seja no ano de 453 D.C. Nesta fase, emerge a Igreja Cristã, passando a ser o cristianismo, por ordem do imperador Constantino, a religião oficial no Império Romano.

Nunes (1997) relata que posteriormente aos romanos, os povos bárbaros conquistados por eles, serão conduzidos pelas normas e leis do cristianismo aristotilizado por São Tomás de Aquino. Nessa época, inúmeras referências são feitas à sexualidade e principalmente, ao comportamento moral e sexual dos cristãos.

Tais referências mostram como a sexualidade era vista como algo impuro e pecaminoso: surgiu um novo comportamento sexual, no qual o corpo passou a ser visto como o lugar da maldade demoníaca e o cárcere da alma. Passou a se constituir como ideal da vida cristã, dominar o corpo e reprimir o sexo, enquanto este era apenas e tão somente, um elemento de procriação. Nesse momento perde-se a dimensão do prazer e o sexo passa a ser o símbolo de pecado, sujeira e de maldade.

De acordo com Cabral (1995), uma outra idéia repassada pela doutrina cristã no ocidente, refere-se a dualidade entre corpo e alma, na qual a alma é mais importante que o corpo, pois a mesma recebeu de Deus a existência e a imortalidade. Essa idéia favoreceu uma educação sexual que nega o corpo ou o situa em segundo plano. Conclui-se daí, que ao longo da história ocidental, esta tem sido uma forma de os homens viverem a sexualidade de maneira reprimida.

Nunes (1997) cita que algumas seitas dessa época vão ainda mais longe na condenação do sexo, em todas as suas formas, inclusive no casamento. Os cátaros, um grupo moralista e rígido, afirmavam que todo prazer carnal era pecaminoso, o casamento era o exercício de um meretrício demoníaco e viam a concepção como um ato do demônio, pois era capaz de trazer ao mundo humano

desprezível, ao corpo humano pecaminoso, uma “alma“ pura que estava junto de Deus.

Ainda, conforme afirma Cabral (1995), a partir de então, passa a se condenar intensamente o sexo e se enaltece cada vez mais, o celibato sacerdotal, sendo este visto como ideal de perfeição e que o mesmo seria o ideal para que os homens pudessem retornar ao “paraíso”, além do que se constituía condição para subir na carreira religiosa. Esta era a concepção Agostiniana que defendia o efeito de diabolizar o sexo e forjar um ódio à mulher, símbolo da tentação. Os homens podiam casar-se uma vez só e depois ser padres, mas o sexo não era parte integral do casamento, admitia-se que fossem companheiros e tivessem filhos, não era conferido o direito de praticá-lo sem a intenção de procriar. A homofilia era considerada “contra a natureza”. A vida íntima era vasculhada, denunciada e punida; os castigos divinos da vergonha e culpa eram os meios para “civilizar” o Ocidente.

Condena-se o adultério e proibi-se o divórcio, ocorre intensa multiplicação de conventos e mosteiros, enquanto os clérigos, freiras e monges passam a um estado de completa abstinência. Assim, para enquadrar o homem nesta nova mentalidade, a igreja passa a utilizar o medo, as figuras do inferno e do juízo final. Nunes (1997) relata que para São Jerônimo, a mulher é “instrumento do demônio“ usado para corromper os homens puros; o casamento uma falha humana leve de não-continência e o ideal celibatário, a plena realização do homem cristão, afirmando também este autor que para Santo Agostinho, o único meio de se justificar a sexualidade é a procriação. Essa doutrina passa a influenciar muito a igreja primitiva e a sociedade medieval, porém o celibato só é oficializado em 1139 no II Concílio de Latrão.

Ainda de acordo com Nunes (1997), mesmo com toda esta aversão à sexualidade, pode-se dizer que não havia ainda, um controle total da sexualidade. As casas não tinham quartos separados entre homens e mulheres, a linguagem sexual era rica e picante, havia sexo com animais e entre clérigos, eram comuns entre os povos os banhos públicos e a nudez. Ao mesmo tempo em que tudo era proibido, também era intensamente praticado, chegando-se a dizer que "se uma moça passasse na sombra de um convento, engravidava".

Essa mentalidade perdurou durante a Idade Média e a partir do Concílio de Trento, foram introduzidas novas modificações e impostas normas mais rígidas. A sexualidade popular é fortemente enquadrada sob o modelo de

condenações no inferno, passando a figura do inferno, a ser bastante temida pelo povo. A igreja passa a incutir na mentalidade popular, que tal lugar está reservado para os “pecadores e fornicadores, prostitutas e perversos” e outras atitudes passaram a fazer parte da repressão sexual : queimavam e enforcavam clérigos e freiras pegos em pecado sexual e, homens e mulheres tinham suas partes sexuais queimadas. Estes atos tinham um enquadramento ideológico bastante forte: “O prazer representando o passo imediato para o inferno” (LIBÂNIO, 1983).

Cabral (1995) diz que surgem as confissões, submissão e desvalorização das mulheres, intensa repressão sexual, o sistema de culpas, controle e a regulamentação da conduta sexual. Nessa época, fazer amor somente para gerar filhos parece ter sido uma idéia muito difundida, quer por pagãos, quer por cristãos.

Com o casamento a vivência da sexualidade genital passou a ser perturbadora, perigosa, enigmática, e o amor que ela poderia agregar ao casamento, tomou nuances variadas no tempo. Conforme afirma Catonné (2001) o casamento estava ligado aos interesses pessoais de herança e poder. O sentimento de amor era reconhecido como fraqueza, principalmente, para o homem considerado corajoso e a função da mulher era gerar filhos, porém, se ela ousasse buscar o prazer sexual, era identificada como feiticeira, logo era queimada pelos inquisidores. O desejo e o prazer sexual eram reprimidos e impedidos.

Afirma Catonné (2001), que encontramos na Bíblia Sagrada, em seu Antigo Testamento, no livro de *Gênesis*, divulgado oralmente por volta do século X A.C, o "pecado original" cometido por Adão e Eva pode ser entendido como um pecado de espírito, de alma: o apetite de conhecer e desobedecer a Deus. De certa forma, um pecado de "poder". Mas, muitos pensadores cristãos relacionam o pecado de Adão e Eva ao ato sexual.

O livro *Eclesiastes*, divulgado oralmente por volta do século III A.C., diz que "é pela mulher que se iniciou o pecado e é por sua causa que nós morremos". Porém, de acordo com Catonné (2001) este mesmo livro recomenda que. “Goza a vida com a mulher que amas, todos os dias de tua vida fugaz, os quais Deus te deu aqui, neste mundo; porque esta é tua porção nesta vida de preocupações com que te deparas debaixo do sol.” O *Cântico dos Cânticos*, também livro do Antigo Testamento, também canta o amor, exaltando as relações eróticas e amorosas.

Diz Catonné (2001) que Santo Agostinho (354-430) estabeleceu a ligação entre pecado original e sexualidade por intermédio de concupiscência (apetite sexual). Instalou-se assim uma nova ética sexual, em que o casamento ficou marcado pelo pecado que acompanha o ato sexual, e que no Novo Testamento, o casamento é elogiado pelos apóstolos: deve ser monogâmico e indissolúvel. O adultério e a separação do casal são condenados.

Cita Cabral (1995) que entre os primeiros cristãos, houve sempre a prática da renúncia sexual, fossem casados ou não, viúvos castos ou sacerdotes que coabitavam com virgens. O modelo, a figura a ser admirada era a mulher casada pudica e fiel ao marido. Os códigos rigorosos da moral conjugal mantinham, assim, a identidade dos grupos cristãos, contrapondo-se aos pagãos.

Em meados do século III, consta que a Igreja Romana sustentava mais ou menos 1500 viúvas, que eram aconselhadas a não se casar novamente e trabalhavam ativamente, para a Igreja. A família cristã supunha colaboração estreita entre homem e mulher, dominação do homem sobre a mulher, dos pais sobre os filhos. Com doçura, mas também com firmeza, a mulher devia ser "moldada como cera" pelo marido. O casamento era para a reprodução da vida e continuidade social, para que os jovens controlassem as paixões e os homens se mantivessem afastados do bordel.

Em torno do século IV, o casamento entre cristãos era público, com uma procissão que conduzia a noiva sem véu, pela cidade até a casa do marido, na qual havia danças e cânticos sobre sexo. Raramente, os padres eram convidados. Aos poucos, os sacerdotes se intrometeram no cerimonial do casamento, sacralizando os ritos. No momento das núpcias, no quarto do casal, abençoavam a cama com falas e gestos, expulsando os demônios e benzendo a união dos cônjuges.

Com o passar do tempo, Igreja (poder religioso) e sociedade (poder civil), se uniram em aliança, cabendo ao rei promulgar, fazer cumprir regras sobre o casamento, a casa e a família e, aos príncipes, proteger as viúvas e os órfãos. O casamento seguiu como uma *negociação*, na qual o ideal familiar era casar todas as filhas e manter solteiro os homens, exceto o mais velho que casaria para dar continuidade à linhagem. Os jovens deveriam procurar uma boa herdeira, já que as mulheres traziam para o casamento o *dote*, bens móveis e dinheiro .

Catonné (2001) em seus estudos diz que o casamento era valorizado exclusivamente para a procriação, existindo as proibições do calendário, determinadas pela Igreja, dos 365 dias do ano restavam apenas 92 para as relações conjugais; estas restrições eram vigiadas e as omissões às regras eram punidas com os penitenciais, que se caracterizavam por livros com penitências e tarifações. Esta tradição medieval foi rompida pelo amor cortês, onde os senhorios serviam sexualmente as damas. Ainda para o mesmo autor, através desta doutrina sexual cristã caracterizada, principalmente, pela vinculação de sexo ao conceito de pecado e pela manipulação do sentimento de culpa, a Igreja controlou e reprimiu a sexualidade da sociedade da época.

Por volta do século XII, o chamado *amor cortês*, de origem pagã, possibilitou às mulheres, através do erotismo, uma intimidade psíquica e alguma familiaridade com o mundo dos homens, por meio da música, poesia e arte trovadoresca. Nessa época, o lema do erotismo dos trovadores dizia, que o pior dos crimes era fazer amor sem amor. Esse amor cortês era visto pela Igreja como uma heresia, uma ofensa aos princípios da religião cristã.

Cabral (1995) afirma ainda que no final do século XIII, com a queda do sistema feudal, a Igreja desmembrada em católica e protestante e o início do Renascimento, o amor tornou-se um tema inspirador para todas as partes, o corpo feminino começou a ser admirado pela sua beleza, logo a mulher passa a ter mais dignidade e atenção e o ato sexual torna-se uma necessidade vital. Com a Contra-Reforma tudo regride novamente, o nu volta a ser condenado, os órgãos genitais tornam-se vergonhosos, desonestos e proibidos e acabam-se os banhos públicos e coletivos existentes nessa época.

2.4 - Idade Moderna

Surge após o Renascimento, quando aparece a burguesia, a nova classe social dominante. Na Idade Moderna se forma uma nova mentalidade em relação à sexualidade; ela continua sendo pecaminosa, porém não mais reprimida em função da elevação do espírito, mas sim por uma nova finalidade, a econômica. “Segue a mentalidade de que a energia existente no homem não podia ser desperdiçada com a sexualidade, mas sim com o trabalho, pois o trabalho gera

riqueza, capital, progresso, domínio, enquanto o sexo, enfraquece o homem, empobrecendo-o”.

O trabalho para o burguês era tudo, desde um dever até o sentido da vida; a sexualidade passa a ser privada, porque o burguês não mostrava o que desejava, sentia ou pensava. Chauí (1984) defende que o trabalho diminui a libido, acaba com as horas de prazer e racionaliza o tempo e o espaço; “o trabalho é um dos meios mais eficazes para fugir da tentação e evitar os caminhos do mal”. A família nuclear nos dizeres de Catonné (2001), ganha espaço na sociedade, como conservadora, repressora e distribuidora de bons costumes; o marido considera sua esposa como propriedade, um bom exemplo disso, é que a mulher só poderia trabalhar fora de casa com o consentimento por escrito do marido, além de tudo, o amor ainda não prevalecia no casamento. Por outro lado, a mulher passa a se casar mais tardiamente, com isso reúne melhores condições de se auto-afirmar, podendo opinar e participar de um casamento e não apenas submeter-se a ele

Nesta fase, o relacionamento sexual é permitida apenas em alguns locais, como as casas de prostituição e hospitais psiquiátricos, desde que seja para fins lucrativos, sendo que sua repressão ainda ocorre, embora de caráter econômico e não mais de caráter físico-espiritual.

Giddens (1993) aponta-nos que a partir do século XVIII, surge no continente europeu o amor romântico, que vincula a idéia de liberdade para a busca do parceiro ideal, considerado um aspecto desejável no matrimônio, sendo que o sexo se une ao amor e começa a fazer parte do casamento, em virtude da possibilidade de se escolher o parceiro. Por isso, durante muitas décadas, o amor romântico associa-se ao casamento e à maternidade, reforçando a idéia de que o verdadeiro amor uma vez encontrado é para sempre.

Catoné (2001) descreve que no final do século XVIII e início do século XIX, a área médica começou a estudar o sexo e descobriu-se que a mulher era fértil e participava na fecundação, então; o homem passou a correr o risco de ser desvitalizado.

Após outros avanços científicos, descobriu-se que o gozo da mulher não era necessário à fecundação, logo foram proibidas de tal ato, porém, aquelas que tinham prazer sexual eram consideradas doentes, histéricas e prostitutas, além de que não eram mais queimadas, mas mutiladas pelas práticas sexuais. A mulher honesta tinha que ser frígida por natureza, além de ter de continuar no lar, para

exercer o papel de esposa e mãe e conter seus desejos e prazeres que pertenciam às prostitutas. Observa-se o controle do exercício da sexualidade das pessoas, tanto pela Medicina, quanto pela Igreja, sobre a instituição familiar.

Desenvolvem-se nesta fase, duas grandes etapas repressoras: No século XVII, etapa em que o sexo tem apenas finalidade matrimonial, ocorrendo o abandono obrigatório do corpo, a contenção e pudores da linguagem, ficando a sexualidade restrita e encerrada no seio familiar e no século XIX (Era Vitoriana), que ocorre durante o reinado da Rainha Vitória da Inglaterra, etapa na qual Surge uma frase que passa a nortear a conduta moral e espiritual das pessoas: "Sobre o sexo, o silêncio".

Foucault (1984) em seu livro História da Sexualidade I, descreve que na época denominada vitoriana surge a necessidade de superar o "moralismo", portanto, devia-se falar de sexo e falar publicamente, "para regular o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo".

Até final do século XIX, a discussão da sexualidade era confinada às áreas técnicas, onde textos médicos eram poucos acessíveis. A sexualidade, enquanto objeto do saber científico, era examinada, sem maiores obstáculos, no mesmo plano da sexualidade animal pela Medicina e Biologia do século XVIII. O plano subjetivo ou psíquico foi, até então obviamente suprimido da análise da sexualidade humana.

Catonné (2001) define o século XIX com a seguinte frase "o homem tem a função de acabar com o fogo das mulheres e torná-las frígidas. As crianças são ameaçadas de despertar sua sexualidade precocemente e inicia-se uma luta contra a masturbação".

Neste século a masturbação foi considerada pela Igreja como pecado e pela ciência como doença e, ainda, lançou-se um catálogo médico incluindo o coito interrompido, o sexo oral e anal e a masturbação com todas as suas conseqüências patológicas.

Nesta época de intensa repressão `a sexualidade, surge Freud (1978), que rompe um grande paradigma afirmando que : "A Sexualidade está presente no homem desde o seu nascimento, existindo já nas crianças e não surgindo, como se pensava na época, apenas na puberdade".

2.5 - Século XX

Neste século, surge a sociedade de consumo, inclusive de sexo e afins, ocorrendo a liberação total do relacionamento sexual. Perde-se o espírito erótico da sexualidade, aparecendo o sexo quantitativo no lugar do qualitativo. Diante da liberação total da sexualidade, após tanta repressão por vários séculos, surge a reflexão sobre quais as causas desta liberação. Várias são as prováveis causas: o aparecimento do prazer mecanizado: bonecas de plástico, vibradores, multiplicidade de posições e novas técnicas amorosas, a descoberta de métodos anticoncepcionais artificiais: DIU, pílulas, preservativos; o movimento feminino de libertação; a nova concepção de moral; a desestruturação da família e surgimento de revista pornográficas e filmes (cinema, televisão e fitas de vídeo), com a tecnologia influenciando na liberação sexual.

Ocorre portanto, a modernização da vida sexual, o casamento vem com a higienização do sexo e novamente referendado como legitimação da procriação.

No livro *História da Sexualidade III*, Foucault (1989), descreve que:

o casamento passa a ter um estilo particular, não só no que se refere ao domínio de si mesmo e ao princípio de que é preciso governar-se a si próprio para poder dirigir os outros, mas também pela reciprocidade entre os sexos, ou seja, o outro como um ser idêntico a si e como um elemento o qual se forma uma unidade substancial (FOUCAULT, 1989, p.164).

Com isso, a figura da mulher passa a ser valorizada, formando uma unidade com o outro e não sendo propriedade do outro, como ocorreu nas formas tradicionais das relações matrimoniais.

Verifica-se também que a Igreja deixa de ter um controle total sobre o homem no que se refere a sexualidade, ocorrendo a liberação total da carne, o que colabora para que se forme uma nova concepção de sexualidade relacionada a fonte de prazer e não apenas à reprodução. Também neste final de século, surge o sexo virtual através da Internet, representando sem dúvida, a grande liberação sexual.

Iniciou-se na década de 60 no Brasil, a realização de trabalhos científicos sobre sexualidade, tornando o assunto público. Figueiró (1996) discorre

que estes trabalhos surgiram no sentido de valorizar a “informação objetiva em contraposição às superstições e a ignorância”.

Cabral (1995) & Catonné (2001) afirmam que hoje é permitida a masturbação, inclusive com recomendação médica; o prazer é direito de cidadania; há reciprocidade entre os sexos; os penitenciais foram substituídos por manuais de como se obter o orgasmo; as mulheres conquistaram o domínio do seu próprio corpo através de vários métodos contraceptivos e a possibilidade de ascensão social e valorização de sua figura pelos homens, além de permitir sexo sem procriação e procriação sem sexo.

Sales (1988) argumenta que dentro da crise do mundo atual em que vivemos, fala-se mais sobre sexo. Afinal, o casamento é uma opção e não um fim, a prática sexual é mais tolerada fora do casamento, filhas grávidas não são mais colocadas fora de casa e os casamentos são por escolha pessoal e não mais por imposição de condição social, econômica, política ou religiosa.

Melo (1997) afirma poder-se observar que cada época apresenta seus padrões de regulamentação das práticas sexuais. Costumes e comportamentos tidos no início da cultura judaico-cristã como relativamente normais e naturais chegam à Idade Média enquadrados na condição de pecado: beijos, toques e carícias que são naturais já foram considerados pecados. Impulsos sexuais e formas de relacionamento amoroso sempre encontram restrições de algum modo em cada período.

Entretanto, os comportamentos estabelecidos pela sociedade caminham com o tempo, ou seja, vê-se que a sexualidade é parte do comportamento humano que ultrapassa o biológico, sendo predominantemente cultural.

Fundamentando esta parte, concorda-se com a idéia de Tiba (1986), ao descrever que os impulsos, os desejos e as necessidades sexuais são inatos ao ser humano, seus comportamentos frente a isso, são adequados ou inadequados, conforme as “normas culturais, sociais, familiares e religiosas que agem ontogeneticamente sobre o que existe nos indivíduos. Essas normas serão estimulativas ou repressivas, conforme o interesse individual ou do casal atingido”

Em conseqüência disso, nos últimos vinte anos muito tem-se falado neste assunto, sendo criadas diversas teorias e tendo o tema conquistado espaço fantástico, na televisão, rádios, jornais e revistas. No entanto, toda essa publicidade

ocasiona muitas vezes, a idealização da vida sexual, dando a falsa impressão de que existe uma fórmula única de viver plenamente, a sexualidade ou um padrão sexual, modelo estruturado ao qual todos os indivíduos devem se adaptar. Desse modo, é invertido o ritmo natural das coisas, no qual a sexualidade deve existir para servir ao indivíduo e não o indivíduo viver à serviço dela, parecendo ser ela o objetivo da vida e não uma consequência natural do desenvolvimento do ser humano.

Culturalmente, desenvolve-se a tendência de reduzir a sexualidade à sua função reprodutiva e genital, sem levar em conta a importância dos sentimentos e emoções decorrentes do processo educacional e vivencial do indivíduo. O fato é que cada um pode viver muito bem, plenamente de acordo com o que suas circunstâncias lhe permitem. Sem dúvida, as pessoas que puderam ter mais experiências de vida e ampliar seus conhecimentos, alcançaram maior riqueza em suas relações. Mas, isto não significa que sejam mais ou menos felizes sexualmente, em relação aos outros que não tiveram as mesmas oportunidades.

3 – ORIENTAÇÃO SEXUAL E A ESCOLA

3.1 – O papel da escola na orientação sexual

Dentro da escola, a orientação sexual articula-se com a promoção da saúde das crianças e adolescentes. A existência desse trabalho possibilita a realização de ações preventivas em relação às doenças sexualmente transmissíveis DSTs/AIDS, bem como à abordagem da gravidez na adolescência, aborto e também drogas. Sayão (1997), psicóloga e uma das autoras do conteúdo sobre Educação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais, afirma que:

cabe à escola abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o aluno a construir um ponto de auto-referência por meio da reflexão. Nesse sentido, o trabalho realizado pela escola, denominado Orientação Sexual, não substitui nem concorre com a função da família, mas a complementa (SAYÃO,1997, p.102).

Segundo os PCNs (BRASIL,1997a), ao se tratar da sexualidade humana como tema transversal, deve-se atender à crescente preocupação dos educadores com o grande crescimento da incidência de gravidez indesejada entre

as adolescentes e com o risco da infecção pelo HIV (vírus da AIDS) entre os jovens, de modo a possibilitar a realização de ações preventivas de forma mais eficaz.

Especialistas em educação sexual afirmam que nem todos os jovens necessitam de orientação sexual muito cedo, mas chega um dia em que ela se torna indispensável, sendo praticamente, impossível se prever quando e de que forma, esse dia chegará. Este pensamento é compartilhado por Okawara (1995).

Para Ribeiro (1990), a orientação sexual pressupõe uma intervenção institucionalizada, sistematizada por profissionais especialmente preparados para exercer essa função. No entanto, os PCNs (BRASIL,1997a) orientam que todos os profissionais da educação deverão abordar os temas relativos à sexualidade humana. Porém, o que o mesmo não prevê é que muitos educadores esbarram em dificuldades pessoais e, em grande parte das vezes, não se encontram preparados para lidar com a emergência da sexualidade no ambiente escolar.

Conforme salienta Santos (2000), é possível perceber que o educador em seu cotidiano, muitas vezes prefere ignorar quaisquer manifestações da sexualidade que possam atrapalhar o andamento de suas aulas; e em outras vezes, até manda o aluno para fora da sala de aula com severa repressão. No entender de Bernardi (1985), tal postura ocorre em virtude da repressão sexual a que todos estão submetidos em todos os meios sociais nos quais estão inseridos.

No Guia de orientação sexual organizado por Suplicy et al. (1994) encontra-se uma definição para orientação sexual, dentro de uma visão global e voltada para a realidade escolar:

é um processo de intervenção sistemática na área de sexualidade, realizado principalmente nas escolas e envolve o desenvolvimento sexual compreendido como: saúde reprodutiva, relações interpessoais, afetividade, imagem corporal, auto-estima e relações de gênero. Enfoca as dimensões fisiológicas, sociológicas, psicológicas e espirituais da sexualidade, através do desenvolvimento das áreas cognitiva, afetiva e comportamental, incluindo as habilidades para a comunicação e a tomada responsável de decisões (SUPLICY,1994,p.8).

O desenvolvimento do tema orientação sexual na escola deve ser visto como uma atividade complementar à orientação já recebida no meio familiar. O comportamento dos pais entre si, na relação com os filhos, no tipo de "cuidados" recomendados, nas expressões, gestos e proibições que estabelecem, são carregados dos valores associados à sexualidade que a criança e o adolescente

apreendem, afirmam os PCNs (BRASIL,1997a). Assim, de acordo com os mesmos, de forma explícita ou implícita, são transmitidos valores que cada família adota como seus e espera que as crianças e os adolescentes assumam.

Afirma Aquino (1997), que a orientação sexual desenvolvida na escola deve ocorrer em âmbito coletivo, não apresentando o caráter de aconselhamento individual ou psicoterapêutico. Deve-se promover informação e discussão acerca de diferentes temas, considerando-se a sexualidade em suas dimensões biológicas, psíquicas e sociocultural, articulada ao projeto educativo, de modo a exercer uma ação integradora das experiências vividas pelo aluno, o qual deverá incluir a sexualidade como um elemento ligado à sua vida, à saúde e ao bem-estar.

Enfatiza Ribeiro (1990), que não deve ocorrer por parte da escola priorização dos aspectos biológicos da sexualidade, abordando-se apenas o sexo/reprodução em detrimento do sexo prazer, devendo os professores ficar atentos às expectativas dos adolescentes em relação às questões de sexualidade.

Conforme citam os PCNs (BRASIL,1997a), as diferentes temáticas da sexualidade devem ser trabalhadas dentro do limite da ação pedagógica, sem invadir a intimidade e o comportamento de cada aluno ou professor e a orientação sexual desenvolvida em sala de aula deve também, corrigir falhas de informação provenientes do relacionamento social, que se estabelece dentro e fora da sala de aula, em consequência das amizades surgidas entre os alunos. Dessa maneira, ao se preencher lacunas nas informações que a criança e o adolescente já possuem, cria-se a possibilidade de que eles formem opinião a respeito do que lhes é ou foi apresentado, de modo que as questões referentes à sexualidade não se restrinjam ao âmbito individual, no qual se considera apenas valores pessoais; pois há a necessidade de contextualizá-las social e culturalmente.

Bruns (1995) afirma que é na escola que o jovem entra em contato com outros valores e significados. Daí a importância de se falar de sexualidade nas escolas, pois é através dos valores confrontados que o homem elabora sua própria conduta. A relevância está em se discutir a educação sexual com os jovens, como transmissão da realidade sentida por eles. E isto é importante porque a família, esquivando-se dos assuntos e vivências sexuais dos jovens, acaba por não lhes oferecer uma orientação sexual que realmente os auxilie em suas dúvidas e dificuldades, delegando para a escola tarefas primordialmente suas.

Na tentativa de superação destes obstáculos Neves (1997), propõe que aconteça maior compreensão da sexualidade humana, devendo ocorrer amplas discussões dentro da escola, por parte dos professores, pais e alunos, possibilitando dessa maneira um maior entendimento do assunto.

Conforme sugere Bueno (1997), os trabalhos sobre questões de sexualidade, DSTs/AIDS e as ações bem como as informações, devem ocorrer conjuntamente, em parceria com a escola, família e comunidade.

Citam os PCNs (BRASIL,1997a), que a orientação sexual na escola é um dos fatores que pode contribuir para o conhecimento e valorização dos direitos sexuais e reprodutivos. Estes, dizem respeito à possibilidade de que homens e mulheres tomem decisões sobre sua fertilidade, saúde reprodutiva e criação de filhos, tendo acesso às informações e aos recursos necessários para implementar essas decisões. Outro aspecto ligado ao trabalho de orientação sexual, refere-se à prevenção de problemas graves, como o abuso sexual e a gravidez indesejada, esta última favorecendo o debate sobre a contracepção, o conhecimento dos métodos anticoncepcionais e sua disponibilidade a todos eles, levando à reflexão sobre a própria sexualidade, o que acabará por ampliar a percepção sobre ela.

De acordo com os PCNs (BRASIL,1997a), em relação à prevenção do abuso sexual em crianças e jovens, a orientação sexual deve promover a consciência de que seu corpo lhes pertence e, só deve ser tocado por outro com o seu consentimento ou por razões de saúde e higiene, pretendendo-se dessa forma contribuir para o fortalecimento da auto-estima e conseqüente inibição da submissão ao outro. Outros temas polêmicos podem ser analisados com a inclusão da orientação sexual nas escolas, não apenas sob o ponto de vista biológico, como se faz na imensa maioria das unidades escolares, mas também observando-se aspectos psicológicos, afetivos e socioculturais. Dentre os temas estão a masturbação, período de iniciação sexual, homossexualidade, aborto, disfunções sexuais, prostituição e a pornografia, desde que abordados sempre em uma perspectiva democrática e interdisciplinar.

Outro aspecto salientado pelos PCNs (BRASIL,1997a), diz respeito às relações sociais, através das quais se define o que homens e mulheres podem e devem fazer, para serem homens e mulheres e principalmente, quais são e quais deverão ser os direitos de cidadania ligados à sexualidade e à reprodução.

Também para os PCNs (BRASIL,1997a), a exploração comercial, a propaganda e a mídia em geral têm feito uso abusivo da sexualidade, impondo valores discutíveis e transformando-a em objeto de consumo, através de atitudes que visam deturpá-la. Objetivando livrar a sexualidade desta realidade distorcida, sua abordagem no âmbito educacional precisa ser *clara*, tratada de forma simples e direta; *ampla*, para não reduzir sua complexidade; *bastante flexível*, para permitir o atendimento a conteúdos e situações diversas e finalmente *sistemática*, para possibilitar aprendizagem e desenvolvimento crescentes.

Ao se optar em colocar a orientação sexual nos PCNs (BRASIL,1997a), através da transversalidade, significou que tanto a concepção, quanto os objetivos e conteúdos propostos pela orientação sexual, encontram-se contemplados pelas diversas áreas de conhecimento.

Suplicy (1993) refere que a orientação sexual na escola tem basicamente três objetivos: suprir as lacunas de informação existentes no adolescente, discutir os preconceitos, de maneira especial os referentes ao machismo e feminismo e analisar os conflitos dos adolescentes, abrindo um espaço afetivo, no qual ele possa falar de suas angústias e medo.

Salientam entretanto os PCNs (BRASIL,1997a), que pequenos resultados são obtidos em trabalhos esporádicos sobre esse assunto e, que inúmeras pesquisas apontam que, mesmo que esteja cientificamente correta, a simples informação não é suficiente para a adoção de comportamentos preventivos. Daí a necessidade de se estabelecer um programa que tenha como objetivo o desenvolvimento de atividades que apresentem grandes períodos de duração e que busquem seus resultados a longo prazo.

Nesse sentido, Santos (2000) afirma que a “praxis” de se promover palestras sobre temáticas relativas à sexualidade isoladamente, não consegue sanar as dúvidas e inquietações dos adolescentes, uma vez que os palestrantes vão embora e os professores, em geral não dão continuidade ao trabalho ou não propiciam espaços para a reflexão e o diálogo sobre a temática trabalhada.

Nos dizeres de Fagundes (1992), ao se desenvolver programas de orientação sexual na escola, deve-se atentar para a inadequação dos conteúdos e abordagens para não se reduzir a sexualidade à mera genitalidade, isto é, as chamadas “aulas de sexo”, que podem constituir-se em estímulos às práticas sexuais, não se alcançando dessa forma os objetivos verdadeiros de uma educação

para a sexualidade. Ainda, segundo o mesmo autor, ao se desenvolver uma metodologia que contemple a discussão aberta, fundamentada na troca de idéias e informações, durante a qual os alunos possam dialogar livremente, sem castrações, inibições e repressões, poderemos conduzi-los à descoberta de seus próprio padrões, opções e caminhos.

Vitiello (1995) afirma que as informações constituem-se num acréscimo ou transmissão de conhecimentos que não serão necessariamente internalizados pelos indivíduos. Ao contrário, afirma o autor, que quando propiciamos reflexões e crescimento que resultem em mudanças de atitudes, estaremos assim, educando.

Contudo, salientam os PCNs (BRASIL,1997a) que dentre as experiências bem sucedidas com orientação sexual em escolas são apontados como resultados importantes, o aumento do rendimento escolar (devido ao alívio da tensão e preocupação com questões da sexualidade), como também o da solidariedade e respeito entre os alunos. Desta forma, com a obtenção de informações corretas sobre a sexualidade humana, as crianças menores têm diminuído a angústia e a agitação em sala de aula e os adolescentes têm manifestado sua sexualidade, sem que esta seja fonte de agressão, provocação, medo e angústia e passe a ser assunto de reflexão.

As pesquisas sobre orientação sexual e adolescência são unânimes em apontar, que as informações sobre sexo e sexualidade são adquiridas em primeiro lugar com os colegas da mesma idade, depois estes recorrem às mães e em terceiro lugar, os adolescentes procuram suas professoras. Os adolescentes afirmam que os pais dão informações insuficientes, possuem reações negativas quando de cenas de sexo na TV e relatam como gostariam que os pais fossem mais abertos. Os dados revelam que os pais desconhecem a vida sexual ativa dos filhos adolescentes, especialmente das filhas, conforme afirmam Jesus et al. (1997), bem como Vitiello & Conceição (1988).

Dessa maneira, a abordagem escolar da sexualidade torna-se tema importante e necessário, dado os seguintes aspectos: é tema tratado inicialmente pela família, por outros familiares, por amigos e colegas, dentro ou fora da própria escola e pela mídia em suas diversas manifestações. Esta abordagem deve incluir a análise da sexualidade em seus aspectos biológicos, psicológicos, afetivos e socioculturais, abrir a oportunidade para o diálogo, visando diminuir a expectativa e

facilitar a aprendizagem, desenvolver ações continuadas, pois ações de caráter pontual não trazem bons resultados, ter como local de ação a escola, pois nela estão favorecidas a troca de relacionamento e informação, a convivência social e o relacionamento amoroso, além de servir como elemento que contribui para o conhecimento e a valorização dos direitos sexuais e reprodutivos.

Daí a aceitação favorável em se realizar um trabalho sistematizado e contínuo em sala de aula, pois o jovem necessita de tempo para obter novos conceitos e informações, a fim de questioná-los, compreendê-los e posteriormente, apreendê-los para, só então, realizar uma aprendizagem realmente significativa, capaz de propiciar modificações de posturas e comportamentos.

3.2 - A relação professor/aluno no desenvolvimento da sexualidade humana

A relação professor/aluno na orientação sexual foi referida por Tiba (1994), quando esse autor revela que os professores mostram-se sensíveis às questões sexuais de seus alunos, porém se confessam temerosos e despreparados para abordá-las.

Segundo os PCNs (BRASIL,1997a), os professores responsáveis pelas intervenções sobre a sexualidade educam mais por suas atitudes, do que pelos conhecimentos que transmitem. Educam pela maneira como encaram a própria sexualidade e a sexualidade dos outros, em particular das crianças e adolescentes. Daí se concluir, que a competência científica não é a qualidade essencial para os que vão se ocupar da orientação sexual, embora seja indispensável que possuam os conhecimentos nos quais irão fundamentar suas intervenções. A orientação sexual também não deve obrigatoriamente ficar nas mãos dos professores de ciências ou biologia, pois outras disciplinas - psicologia, história, sociologia, etc, são indispensáveis para o estudo destas questões. Quando se trata de orientação sexual, esta não deve ficar necessariamente nas mãos do professor de ciências ou biologia, pois nem sempre este professor possui todos os conhecimentos sobre sexualidade, em particular sobre suas dimensões psicológicas. Tratando-se de sexualidade, o conhecimento biológico do corpo humano é importante, embora só ele não garanta ao professor, atitudes e postura corretas para

que seja um bom orientador sexual. Sabe-se entretanto, que na escola, a escolha mais adequada tem recaído frequentemente sobre os professores dessas disciplinas, pois os mesmos convivem com os adolescentes, muitas vezes diariamente e acabam conhecendo a forma com que esses alunos e alunas mantêm seus relacionamentos

Para os PCNs (BRASIL,1997a), o professor deve ao apresentar os conteúdos de orientação sexual, explicitá-los claramente e vinculá-los com as outras áreas de conhecimento. Ao se analisar a sexualidade, deve-se vinculá-la à história e evidenciar as suas principais características, nas mais diversas épocas do desenvolvimento humano, mostrando claramente que a sexualidade sempre esteve ligada à idéia de pecado, doença, morte e ainda, aquele que a praticasse estaria a um passo do inferno. Portanto, cabe ao professor encarregado de analisar este tema transversal, obrigatoriamente contextualizá-lo de forma clara e objetiva, procurando mostrar aos seus alunos os aspectos políticos, econômicos, sociais e principalmente religiosos, envolvidos com a sexualidade humana.

O professor deve estar também, segundo os PCNs (BRASIL,1997a), atento para defrontar-se com questões que nem sempre constam do programa curricular, pois a sexualidade gera nos alunos grande variedade de sentimentos, sensações e dúvidas que se manifestam espontaneamente. Ao tratarem da orientação sexual em sua escola, os professores podem esperar por temas polêmicos da sexualidade, que abrangem uma compreensão ampla da realidade e demandam profundos estudos. Embora sejam fontes de reflexão e desenvolvimento do pensamento crítico, a abordagem desses temas exige grande preparo dos educadores.

Além de identificar o envolvimento do educador na orientação sexual, Werebe (1998) ressalta as qualidades e a formação especial que determinado professor deve ter para se tornar um educador. Desaulniers (1990) define a autenticidade como uma dessas qualidades, quando refere: "um certo acordo consigo mesmo, uma segurança emotiva e moral que transparece na comunicação com os jovens". Esse autor afirma ainda, que a autenticidade do educador depende das suas atitudes face à própria identidade sexual, à sua vida sexual e a sexualidade dos outros: ela é a consequência de uma maturidade psicológica conquistada e reconhecida.

Na avaliação de Werebe (1998), qualquer que seja a disciplina que ensinam, todos os professores que desejam se ocupar da educação sexual e possuam os requisitos principais para desempenhar este trabalho, precisam saber interpretar as questões dos alunos, procurando entender o que elas significam, bem como receber uma formação especial.

Os PCNs (BRASIL,1997a) afirmam que, durante o trabalho de orientação sexual, torna-se necessário se estabelecer uma relação de confiança entre alunos e professor, devendo este, mostrar-se disponível para conversar a respeito das questões apresentadas, não emitir juízo de valores sobre as colocações feitas pelos alunos e responder às perguntas de um modo direto e esclarecedor, sem o inconveniente de querer impor as suas opiniões. Por outro lado, as informações e esclarecimentos corretos sob o ponto de vista científico, tornam-se fundamentais para o bem estar e tranquilidade dos alunos, dando-lhes maior consciência de seu próprio corpo e melhorando as condições de prevenção às DSTs, gravidez indesejada e abuso sexual.

Salientam porém os PCNs (BRASIL,1997a), que se a escola oferecer um espaço específico dentro da rotina escolar para o estudo da sexualidade humana, é porque a mesma vem se impondo na sociedade contemporânea, como um dos maiores interesses dos adolescentes, exigindo-se discussões e atividades cotidianas e não apenas eventos meramente esporádicos. Alertam os PCNs (BRASIL,1997a), que é fundamental o trabalho contínuo e sistemático, envolvendo sempre o esclarecimento de dúvidas, preocupações e ansiedades, que se transformam significativamente em valores nas diversas faixas etárias e principalmente, na adolescência. Assuntos como a masturbação, iniciação sexual, aborto, violência sexual, homossexualidade, gravidez precoce, DSTs/AIDS, são exemplos de questões que extrapolam a possibilidade da transversalização pelas disciplinas e demandam espaços próprios para serem refletidas, analisadas, discutidas e se possível, levarem a uma mudança de comportamento.

Santos (2000) afirma que no ensino fundamental ou médio, quando ocorre a abordagem de temas como menstruação, ejaculação e desenvolvimento corporal, esta é em geral, de responsabilidade do professor de ciências ou de biologia, os quais não abordam a dimensão sociocultural e simbólica da sexualidade, restringindo-se apenas aos aspectos biológicos do indivíduo. Desse modo, os alunos

crecem mergulhados em dúvidas, desinformados, perpetuando-se então os preconceitos, tabus e mitos acerca do exercício da sexualidade.

No entanto, Werebe (1998) refere a necessidade de assegurar aos educadores que venham a se encarregar das intervenções sobre a sexualidade, a participação em cursos ou seminários, oferecendo-lhes textos e material didático e mantendo com os mesmos, diálogo permanente, para o confronto de experiências e troca de idéias. Em acordo com essa autora, Santos (2000) considera ainda, que ao lidar com temas polêmicos como homossexualidade, bissexualidade, incesto, aborto, prostituição, o professor necessita ter conhecimentos amplos acerca da repressão sexual, embasada na cultura e na historicidade, contextualizando-os no tempo e no espaço, a fim de possibilitar ao jovem educando, reflexões que o levem a construir seus próprios conceitos e visões de mundo.

Outro aspecto da orientação sexual é focado por Shall & Struchiner (1995), quando os autores referem-se: “o desenvolvimento da auto-estima e da responsabilidade social, que significa fortalecer a base emocional da consciência, é fundamental para a mudança de valores e comportamentos.”

A literatura aponta as considerações de Freire (1987), quanto à educação que se instala em nossa sociedade, a qual está voltada para a inserção harmoniosa dos sujeitos em sua estrutura. Para o autor, esta educação gera alienação, ausência de questionamentos dos diferentes interesses, das divisões, hierarquias e desigualdades sociais. Conceição (1988) revela que a educação sexual oferecida nesta perspectiva, é aquela que se volta para o controle e repressão do seu exercício, com a finalidade de manter harmonia com as regras estabelecidas. Trata-se de uma educação que anula o questionamento, as diferenças e modela o uso do corpo, a manifestação dos afetos, dos desejos e as inter-relações entre pessoas e grupos. Nela, a sexualidade livre de repressão é vista como ameaça à ordem social estabelecida, sendo considerada como sexualidade responsável, quando responde à padrões sociais estabelecidos para o sexo, corpo e relações afetivas entre outros processos. As diferentes instituições sociais tem tido um papel importante nesse tipo de educação – através do reforço aos estereótipos que confrontam e hierarquizam o masculino e feminino, através da negação do corpo sexualizado, do reforço à relação sexo – família - reprodução e do olhar biologizante sobre a sexualidade.

Mas, em seus estudos de 1987, Freire afirma existir um outro tipo de educação, que deveria ser utilizado pelos professores de um modo geral, bem como por aqueles que objetivam trabalhar com orientação sexual em suas aulas. Refere ainda o autor que neste tipo de educação, embora não predominante, ocorre um direcionamento à formação de homens conscientes, ativos, situados em relação às contradições existentes, engajados na resistência e luta à dominação e discriminação de qualquer ordem (classe, gênero, etnias e outras). Trata-se de uma educação voltada para a cidadania e construção de uma sociedade mais democrata. Esta educação apontada por Freire (1987) preocupa-se com a ação crítica do homem sobre a realidade, pois crê que este constrói e reconstrói a vida. Seu instrumento central é a conscientização, que propicia condições para mudar o estabelecido na direção da libertação dos homens da rede social de opressão-repressão. Nela, os seres humanos são vistos como inseridos em contextos socioculturais específicos, como seres da práxis, que ao agirem/refletirem tornam-se mais conscientes e comprometidos com a transformação; os sujeitos não são meros armazenadores de informações, mas construtores da cultura, exercitando a atividade crítica e criadora, produzida com a reflexão e conscientização sobre a realidade vivida.

Conceição (1988) afirma que sob esta perspectiva, a orientação sobre o exercício da sexualidade desenvolvida pelos professores em sala de aula, é baseada na valorização do ser humano, no questionamento e libertação dos padrões sociais de dominação e opressão sobre os sujeitos, sendo que esta educação – orientação sexual libertadora é voltada para a conquista do direito ao prazer, da prática sexual segura, sem preconceitos contra a limitação do sexo à reprodução, contra a hierarquização sexual e discriminação das diferenças. É uma educação que busca a conscientização pelo questionamento, participação e pelo posicionamento crítico e responsável. Para a autora, o professor deve deixar de ser apenas um transmissor de conhecimentos cientificamente corretos e tornar-se um indicador de bons caminhos para a vida, procurando direcionar os alunos para o desenvolvimento de seus valores e atitudes comportamentais.

Para Saviani (1989) em sua prática profissional, o professor consciente, que realmente conhece e sabe da importância de seu papel como educador, deve atuar também a favor da prevenção, ou seja, além de transmitir informações pelo conhecimento universal e sistematizado, o professor tem outro

papel, o de formador de opiniões e comportamentos. É necessário que ele tenha abertura e receptividade para o grupo e interesse pelo tema, procurando discutir com seus alunos valores e comportamentos e conscientizá-los dos inúmeros problemas ligados à sexualidade, pois apenas a transmissão de conhecimentos científicos é insuficiente para a mudança de práticas e atitudes. Salaria ainda o autor, que em sua prática profissional, o professor deve incluir um trabalho pedagógico direcionado à prática social, pois assim poderá intervir junto à comunidade educacional.

Mandu et al. (2000) consideram que a orientação sexual capaz de favorecer as mudanças de comportamento, deve valorizar a dimensão interpessoal, pautar-se no respeito, na liberdade própria e do outro em estabelecer seus próprios parâmetros e comportamentos. Nesse sentido, Sayão (1997) já observara que o estabelecimento de vínculo afetivo e relacionamento de confiança é fundamental, ao se considerar que a orientação sexual pode levar à mudanças de comportamento. Esta última autora refere ainda, como competência do professor, valorizar os adolescentes como sujeitos possuidores de potencialidades, respeitando os seus conhecimentos, valores e comportamentos, sem se colocar como o único que sabe e que tem o que ensinar.

Essa perspectiva já foi abordada por Freire (1987) ao referir, "os homens educam-se entre si", destacando assim a necessidade dos professores se abrirem para aprender com os adolescentes, com suas ousadias e criatividade e, considerarem a relação dialógica educador e educando, colocando-se como sujeitos de um mesmo processo – o do crescimento. Reafirmando essa concepção, Sayão (1997) salienta que tudo deve ser considerado educativo, desde os conhecimentos, até relações estabelecidas, posturas e o processo de ensinar - aprender. Nesse aspecto, os professores precisam desenvolver a coerência para oferecerem uma educação libertadora, valorizando a abertura, troca, criticidade, criatividade e solidariedade – elementos educativos em si mesmos.

Cabe lembrar ainda, que de acordo com os PCNs (BRASIL, 1997a), ao abordar temas como DSTs/AIDS, o professor responsável deverá problematizar e explicitar os valores plurais existentes nos mesmos, oferecendo informações cientificamente corretas, bem como primar-se por atitudes que visem despertar nos alunos a criação do respeito por si próprio e ao outro, desenvolvendo se possível, nos mesmos, atitudes não discriminatórias, questionamentos dos valores preconceituosos, estimulando o diálogo franco para se evitar a intolerância.

Finalizando, os PCNs (BRASIL,1997a) responsabilizam o professor que trata da orientação sexual, pela transmissão aos seus alunos, da noção de que a sexualidade se constrói e se modifica ao longo de toda a vida e de que os valores a ela associados podem ser transitórios, pois esta não comporta verdades absolutas e imutáveis.

3.3 - A sexualidade e o aluno – adolescente

De acordo com os PCNs (BRASIL,1997a), a sexualidade assume o primeiro plano na vida e no comportamento dos adolescentes, como consequência da ativação hormonal trazida pela puberdade tomando dessa forma o caráter de urgência e o centro de todas as atenções, estando em todos os lugares, na escola ou fora dela, presente nas malícias, piadinhas, carícias públicas, atitudes, nos bilhetinhos, apelidos maldosos, “ficar“, namoro e em tudo que qualquer conteúdo estudado nas disciplinas possa sugerir. Por isso, é salientado pelos PCNs (BRASIL,1997a) que a escola pode ter papel importante, canalizando a energia do aluno para produzir conhecimentos, desenvolver o respeito a si mesmo, ao outro e à coletividade.

É revelado ainda pelos PCNs (BRASIL,1997a), que na puberdade, os alunos trazem questões ligadas às suas necessidades sexuais e assim reabrem condições para refletir melhor sobre temas como: aborto, virgindade, homossexualidade, pornografia, prostituição, abuso sexual, DSTs/ AIDS e outros temas correlatos. Para que isso ocorra, os PCNs (BRASIL,1997a) consideram além da transversalização, sistematização própria e um espaço bastante específico, para que a orientação sexual seja desenvolvida na escola, sugerindo que esse espaço ocorra na forma de uma hora aula semanal, fora ou dentro do horário já existente.

Para Behle et al. (1985), a adolescência representa importante período na vida do indivíduo, que caracterizada por fenômenos progressivos e regressivos, atua alternado ou simultaneamente, abarcando todas as áreas de sua personalidade.

Nos dizeres de Cavalcanti (1988), a nossa sociedade vê a adolescência, como a fase em que ocorrem profundas e rápidas transformações: físicas, emocionais, relacionais, de identidade e expressão da sexualidade. É uma

época rica em manifestações emocionais, caracterizada pela ambigüidade de papéis (infantil/adulto), pela mudança de valores e por dificuldades frente à busca de independência, percebendo-se que a adolescência é vivida com inúmeras incertezas com independência-dependência, com medos, enfrentamentos e recuos, coerências e incoerências. Quase tudo é novo para os adolescentes e isto dificulta o lidar com a própria vida e a de outros. Contrariamente, identificar situações de riscos e adotar medidas preventivas coerentes exigem uma postura ativa, certa maturidade emocional, que em nossa cultura, encontra-se em construção nessa fase da vida .

Tolosa (1988) junta-se a Cavalcanti (1988) quando afirma que no campo da sexualidade, as relações afetivas na adolescência ganham novas características; a curiosidade e o impulso para o sexo aumentam; os adolescentes lidam com novas cobranças internas e externas – de desempenho de papéis sociais (femininos/masculinos). No geral, agem impulsionados por seus desejos; submetem-se aos valores de seu grupo social, nem sempre dimensionando implicações ligadas ao seu comportamento. Para esses autores, o medo que os adolescentes sentem é muitas vezes gerador de uma certa onipotência, de modo que negam problemas, agem de forma imediatista e crêem firmemente que se isentarão de determinadas complicações. Assim, as atividades sexuais na adolescência são quase sempre não planejadas, situação que acaba sendo incrementado pelo fato de serem clandestinas. A instabilidade emocional presente nesta fase da vida, a dificuldade de decidir a respeito do que se quer, e de lidar com o próprio corpo e o do outro, o pensamento idealizador de soluções e negador de possibilidades reais, são aspectos referidos pelos autores como fatores que, em alguma medida, acabam por delimitar o modo como o grupo em questão comporta-se frente às DSTs/AIDS.

Outros autores fundamentam as referências dos PCNs (BRASIL, 1997a) quando caracterizam a fase da adolescência, como Knobel (1992), que considera o período em que o indivíduo se integra à sua genitalidade, passando esta a dominar sua conduta e aspirações; Aberastury (1971) e Vitiello (1994) que a chamam de fase de transição, correlacionada com mudanças psicológicas, levando os adolescentes a passar por vários conflitos em função dos lutos infantis (ABERASTURY & KNOBEL, 1981), durante os quais se perde a criança e se pode adquirir um adulto, que neste período atinge-se a maturidade biológica e sexual e define-se a identidade sexual e o espaço social de homem ou mulher.

Outra grande perda refere-se a dos pais da infância que eram considerados motivos de orgulho e na adolescência passam a ser considerados “caretas”, transferindo o vínculo de identidade para amigos e professores.

Em relação às orientações sexuais, Maia Filho et al. (1994) manifestam a necessidade de que estas ocorram cada vez mais precocemente, uma vez que há redução na idade dos alunos com experiências sexuais.

A educação sexual como processo de promoção do aprendizado sexual no contexto de programas que considerem as dimensões biológicas, emocionais, espirituais, intelectuais e socioculturais e que integrem a totalidade do ser humano, é proposto por Okawara (1995), pois a partir do nascimento e ao longo do ciclo da vida, essas experiências determinam profunda influência não apenas no desenvolvimento da personalidade, como em grande parte das relações interpessoais de uma pessoa.

Werebe (1998) revela que as experiências referidas por Okawara (1995) “marcam” o adolescente, de modo que quando se inicia a orientação sexual formal, o aluno já possui valores, normas e conhecimentos, que certos, incompletos ou errados já influenciaram suas idéias, sobre a própria sexualidade. Portanto, as intervenções educativas não se fazem sobre uma “tábula rasa”, mas sobre um ser em desenvolvimento, no seio de uma família com suas características próprias, inserido em grupo de pares e num mundo social e cultural com valores e regras mais ou menos rígidas ou permissivas. Desse modo, estes conhecimentos e idéias que o aluno possui, interferem evidentemente, na compreensão e assimilação das novas informações que lhes são transmitidas, uma vez que os bloqueios emocionais ou culturais pode de fato, levar o indivíduo a selecionar e/ ou deformar as informações que lhes são transmitidas.

Para Berger (1991), o desconhecimento da sexualidade humana e as distorções provocadas pela falta de informação podem levar o adolescente a percorrer caminhos penosos, quando este poderia ter uma vida mais sadia. Uma das formas de valorizar a vida é dar ao adolescente uma orientação, a mais correta possível sobre a sexualidade

O anseio por conhecimentos sobre a sexualidade já referido por Okawara (1995), encontra confirmação nas observações de Martinez (1998), quando afirma que os adolescentes buscam junto aos colegas mais experientes por informações sobre o aspecto bio-fisiológico da sexualidade e AIDs, discutindo com

eles questões afetivas e emocionais que permeiam o desenvolvimento físico, o relacionamento e a iniciação sexual, buscando nessa convivência, um lugar onde se sentem seguros para compartilhar suas angústias.

A observação de Rivitti (1999) acerca das condições de saúde dos indivíduos, que atualmente acabam por prolongar a fase sexual ativa, em suas vidas, ampliando cada vez mais a possibilidade de DST/AIDS, converge para a necessidade de assegurar aos adolescentes, uma vivência sadia de sua sexualidade. Tais colocações são indispensáveis quando se leva em conta as considerações de Dias (1997), em relação à vivência da sexualidade como uma experiência de muito prazer e de expressão de sentimentos profundos, próprios do encontro afetivo entre duas pessoas.

Salienta Martinez (1998), que fora do ambiente familiar, os alunos buscariam informações sobre orientação sexual, preferencialmente, junto aos amigos e as leituras de revistas e livros, sendo que a televisão ocuparia um significativo segundo lugar como fonte de informação. A escola ocuparia um terceiro lugar.

Knobel (1992) afirma que essa tendência de se dirigirem aos amigos na discussão de dúvidas sobre questões sexuais está ligada a uma característica presentes nessa fase evolutiva, que é a tendência grupal. O adolescente pertence mais ao grupo do que a família, deslocando a afetividade dos pais para o grupo de amigos, onde todos se identificam entre si.

Poli (1996) destaca que o aconselhamento ao adolescente ocorre de maneira espontânea, assistemática e contínua, no convívio com os amigos, familiares e meios de comunicação, e que na escola acontece de um modo formal e programado, ressaltando que na primeira, muitas vezes há o reforço de fantasias e mitos como a invulnerabilidade.

As considerações de Santos (2000), enfatizam que os jovens, não encontrando espaço para exporem seus conflitos, seus medos e suas angústias, recorrem aos próprios colegas, tão “instruídos” quanto eles e, conseqüentemente, as suas indagações são mantidas, propiciando o exercício da sexualidade de maneira fragmentada, decorrendo conseqüências inesperadas e não planejadas, como o drama de DSTs e ou gestações inoportunas. Por outro lado, o autor destaca que ao considerar as construções históricas, culturais e sociológicas que permeiam a sexualidade humana, a orientação sexual pode levar o adolescente construir uma

nova identidade sexual, a qual propicia ao aluno uma vivência mais autêntica de sua sexualidade, na qual a afetividade, o respeito, a responsabilidade, o envolvimento, a felicidade e o prazer estejam efetivamente presentes. Desta maneira, a orientação sexual é essencial para que os adolescentes tenham uma vivência sadia e prazerosa da sexualidade.

Considerada pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 1997b), fundamental não só para a reprodução, como também para o bem – estar do ser humano, a sexualidade se relaciona a outros aspectos como sentimentos, afeto, prazer, namoro, casamento, filhos e aos projetos de vida. Por isso, faz-se necessário entender e discutir os questionamentos e reflexões para o amadurecimento e desenvolvimento de atitudes responsáveis pelos adolescentes.

Pesquisas referentes à orientação sexual realizadas por Arruda (1992), em escolas públicas e privadas da Paraíba, através de questionários aplicados aos adolescentes entre 13 e 19 anos, evidenciam, que os jovens ressentem se da falta de informações sobre sexo, indicando que a primeira fonte de informação são os amigos e as revistas “Ele e Ela, Playboy e Privê”. Nesta mesma pesquisa diz a autora “que as orientações recebidas em casa, não esclarecem nada, uma vez que os jovens só ouvem de seus pais as frases como, sexo só quando casar, isto é pecado”.

Achados referentes à orientação sexual nos EUA, são analisados por Okawara (1995), apontando que menos de 10% dos estudantes americanos recebiam educação sexual nas escolas; 75% dos jovens adquiriam informação sexual formal com seus colegas ou amigos e apenas 12% a partir de seus pais. É também referido em relação aos jovens que uma expressiva maioria tinha interesse e sentia necessidade em programas de educação sexual, e que finalmente, 77 % dos adultos eram favoráveis a ocorrência desses programas nas escolas.

4 – A ORIENTAÇÃO SEXUAL E A FAMÍLIA

4.1 – A família como elemento fundamental na construção da sexualidade humana

Como já foi citado anteriormente, os PCNs (BRASIL,1997a) informam que diversos estudos sobre orientação sexual, demonstraram resultados pouco significativos obtidos em trabalhos esporádicos, além de inúmeras pesquisas apontarem também, que apenas informações pontuais não são suficientes para a adoção de comportamentos preventivos.

Suplicy et al. (1994) ao considerar a pesquisa do Instituto Data Folha realizada em dez capitais brasileiras, afirma que 86% das pessoas ouvidas eram favoráveis à inclusão de orientação sexual nos currículos escolares. Em relação aos pais, Mota (1996) descreve que a maioria deles não conversa com os seus filhos acerca da sexualidade e ainda, quando perguntados sobre o assunto, muitos proíbem veementemente, qualquer discussão. Esse autor refere ainda, que os pais ao demonstrarem abertura, o diálogo, este se dá na forma de aconselhamento de cunho moralista, alertando os meninos a terem “cuidado com as meninas de hoje”, “não se apaixonarem pela primeira garota que transarem” e para as meninas, recomendam “só terem relação sexual após o casamento”, “não caírem em tentações e cantadas dos homens”, pois se acontecer alguma coisa, elas serão expulsas de casa”. Completa o autor, que os pais não estão preparados para falar de sexualidade, já que se encontram imbuídos de idéias negativas, associando sexo ao pecado

Bernardi (1985) considera que: “a família tende a imprimir na personalidade dos subordinados uma determinada estrutura psíquica, aprovada pela sociedade, e para isto vale-se de meios sugeridos pela própria sociedade”

Também Bruns (1995) revela que se desenvolvem na família as funções de impor a própria autoridade, controlar a sexualidade dos filhos e de apresentar-se como modelo ideal de comportamento sexual. A identidade sexual e social de cada um deve ser construída portanto, segundo o contexto no qual se está inserido. Essa dificuldade dos pais em aceitar que seus filhos sejam sexuados, especialmente as filhas é observada por Dias (1998). Para ele, os pais sentem-se confusos com sua própria sexualidade e com o papel a desempenhar na educação

sexual dos filhos e, muitas vezes, não têm clareza dos valores que pretendem transmitir-lhes.

De acordo com Chauí (1984) e Bernardi (1985), a negação da sexualidade das crianças e adolescentes é de modo algum, recente. Ao contrário, é um legado da época vitoriana quando os médicos, a família e os educadores tinham uma concepção angelical e assexuada das crianças.

No entanto, Martinez (1998) afirma que: “os pais que não discutiram em casa questões sexuais com os seus genitores, também não terão condições de proporcionar esta discussão aos seus filhos”, repetindo exatamente o modelo que tiveram, ou seja, por não terem vivenciada determinada situação. Salienta ainda o autor que é grande a reivindicação dos pais em relação à orientação sexual nas escolas, pois estes reconhecem sua importância para as crianças e jovens e salientam a dificuldade de falar abertamente, sobre esse assunto em suas residências.

Para Caridade (1990), a afetividade está implícita ao se falar de sexualidade, pois considera que a educação sexual, começa bem antes do indivíduo nascer, acreditando a autora serem os pais os primeiros e principais educadores da sexualidade. Porém, acrescenta também que são poucos os pais têm consciência deste fato, pois em sua grande maioria, não percebem as consequências de uma educação opressora, na qual sob pretexto da moral, acabam, deixando as crianças e adolescentes à mercê de informações deturpadas.

Por outro lado, Santos (2000) observa que o receio dos pais é compreensível, se levarmos em conta a construção social, cultural e histórica da sexualidade, o que tem como consequência a desinformação e a dificuldade para se tratar do assunto. Para Patrício (1990) a família pode ter leis próprias, construindo suas crenças, valores e conhecimentos de acordo com a sua história de vida. Santos (2000) revela como dificuldade decorrente da história de vida de cada um, a repressão sexual que a permeia, experienciada pelos jovens e influenciada pela sociedade, religião e aspectos culturais dos indivíduos.

Ainda segundo Santos (2000), nossa sociedade tem se caracterizado por um silêncio em relação à sexualidade humana na família, situação vinculada à época vitoriana, referida por Chauí (1984) e ainda, conforme destacado por Bernardi (1985), pelo fato de se considerar as crianças destituídas de sexualidade, Tais colocações pretendem justificar a dificuldade dos pais em

expressar como se sentem em relação à sua própria sexualidade e dos filhos, fato este também percebido nas colocações de Ferriani (1994) ao afirmar que: “a família sente desconforto ao lidar abertamente com a questão da sexualidade, empurrando a educação sexual para a escola”.

As considerações de Santos (2000), que revelam os pais como frutos da repressão sexual e de preconceitos da sociedade em relação à sexualidade, acrescidas das colocações de Poli (1996) quanto à ocorrência do reforço às fantasias e mitos pela família, levaram Santos (2000) a apontar a necessidade que os pais têm de participar de programas de orientação sexual, uma vez que foram privados dessa forma de educação ou então a tiveram truncada. Segundo Santos (2000), tal situação os leva a ignorar em grande parte a sexualidade dos filhos por não saberem lidar com ela. É consenso entre estudiosos da sexualidade e educadores que a educação sexual deveria ser realizada pela família, porém como relata Bernardi (1985), quando isso ocorre, a família quase sempre reproduz a estrutura social vigente, na qual o autoritarismo, a acriticidade, fidelidade às tradições, imposição de comportamentos sexuais e a repressão sexual são as bases sobre as quais essa educação se sustenta. A família, como fruto dessa sociedade, acaba por conservá-la, garantindo assim a sua manutenção e continuidade.

Ao observar que os pais sentem dificuldades em dialogar de forma clara com seus filhos sobre temas como masturbação, prevenção de AIDS/ DSTs, prazer e relacionamento, Santos (2000) evidencia falhas na orientação, justificando-as com base nos fatos de que alguns pais acreditam que seus filhos tenham conhecimento dos métodos contraceptivos, postergando o seu início sexual, enquanto outros não se consideram aptos para falar de sexualidade e dos métodos anticoncepcionais. Por outro lado, Trindade & Bruns (1999), referem que ainda se estimula, os meninos em sua iniciação sexual precoce, sem no entanto, ensinar-lhes qual é o seu papel e suas responsabilidades no desempenho de sua sexualidade.

Quando ocorre a “morte” dos pais internos (ensinamentos recebidos dos seus genitores), os pais passam a ter uma atitude para com seus filhos, diferente daquela vivenciada com seus próprios pais; caso contrário, segundo Berger (1991) continuarão reeditando o vivido. É salientado pelo mesmo que os pais transmitem a seus filhos conhecimentos de acordo com as possibilidades psicológicas da realidade que possuem, já que a transmissão dos ensinamentos a

seus filhos depende da possibilidade de encontrar, em sua própria experiência, o equivalente daquilo que estão ensinando. Essa concepção é também salientada por Nascimento (1997), quando o autor revela que pais mais amadurecidos psicosssexualmente são melhores indicadores para os filhos e que filhos mais informados têm menos conflitos com seus pais.

Estas concepções foram tratadas por Suplicy (1991), ao expressar que os pais necessitam defrontar-se com a própria sexualidade, para lidar com a dos filhos, gerando muitas vezes, angústia, pois a sexualidade dos filhos traz à tona, para muitos pais, aspectos reprimidos da própria sexualidade.

De acordo com Bruno (1994), o diálogo entre os pais e filhos sobre sexualidade, “deveria ocorrer de uma forma coerente e honesta, de modo informal e gradativo e também conjuntamente com a escola, através de filmes, leituras e palestras”.

Para Fleury (1995), quando os pais conseguem abordar o tema, não encontram meios de desvencilhar-se de suas histórias pessoais, as vezes com inúmeros conflitos, limitando-se a oferecer ou impor conselhos superficiais. Essa comunicação é marcada pela ambigüidade, na qual ambas as partes reconhecem o problema, embora evitem enfrentá-lo. Nesse caso, surge então o dilema, evidenciando-se o fato de que o diálogo sobre a orientação sexual poderia estimular a iniciação sexual precoce ou ainda, a falta de orientação poderia resultar em doenças ou gravidez indesejada.

Esse mesmo autor, observa que os pais que não possuem conhecimentos, sentem-se constrangidos para tratar do assunto, aproveitando as intervenções que lhes são destinadas como oportunidade para também se informarem, aumentando dessa forma, seus conhecimentos sobre o assunto. Essa dificuldade dos pais em lidar com o tema, aliada às necessidades que os pais sentem em auxiliar os filhos, informá-los, trocar idéias e valores bem como dialogar sobre sexualidade, justificam a posição de Zordan & Schmidt (1996) sobre a necessidade do desenvolvimento de trabalhos de orientação sexual que visem integrar pais e filhos adolescentes.

Essa educação sexual informal, que se realiza no âmbito da família de maneira espontânea, assistemática e contínua (Poli,1996), tem para Werebe (1998) uma importância particular sobre o desenvolvimento da criança e a formação de grande parte de suas idéias sobre a família, o amor e a sexualidade; o mundo

adulto e sobre si mesma. Ela é determinada pela organização e estrutura da família, pelas suas condições de vida, dinâmica das relações entre seus membros e características individuais dos pais, os quais passam a ser educadores, muitas vezes de forma inconsciente, sem avaliar o alcance das medidas que tomam, dos discursos que desenvolvem e das atitudes que assumem sobre questões direta ou indiretamente, ligadas à vida sexual de seus filhos. Para esse último autor, os pais educam mais pelo que fazem do que pelo que dizem, passando a representar os primeiros modelos humanos que a criança conhece, como homem e mulher, no papel de marido e esposa e como pessoas sociais. Essa concepção de que cada adolescente tem sua história, sua família com seus próprios valores sexuais, morais e que nesse meio ele vem construindo sua subjetividade, é também de Martinez (1998), que confirma serem os pais a fonte das relações primordiais que facilitam ou dificultam os relacionamentos posteriores dos filhos.

O papel da família como ponto fundamental na formação e no desenvolvimento da sexualidade do adolescente, é também considerado por Ribeiro (1998), quando se pensa em prevenção de DSTs/AIDS, uma vez que o programa de prevenção dessas doenças deve ser compatível com os contextos familiar e a cultura do adolescente. Afirma ainda tal autor, que a ocorrência de diálogo entre pais e filhos sobre problemas sexuais pode levar ao adiamento da atividade sexual, menor probabilidade de gravidez, maior probabilidade de comportamentos preventivos na adolescência, elevação no nível de conhecimentos sobre controle da natalidade, comportamentos sexuais responsáveis entre adolescentes e auto-estima positiva.

Neste contexto, deve ser considerado também, conforme referido por Werebe (1998), a formação dos pais : há pais rígidos e moralistas que procuram impor aos filhos normas de conduta severas no domínio da vida sexual, impedindo que eles se desenvolvam sem complexos e sem culpabilidade. Outros porém, são liberais, abertos e compreensivos, procurando manter com os filhos, diálogo sobre orientação sexual. Há também aqueles que são totalmente permissivos e finalmente, os indiferentes em relação aos comportamentos sexuais dos filhos. Frequentemente, os pais projetam sobre os filhos seus desejos e frustrações, como se pudessem sempre impor-lhes os planos que não conseguiram realizar na própria vida - e projetam também, sobre eles os temores e fantasias que viveram na própria infância

e juventude. Os pais carregam da infância a marca de sua própria sexualidade que é revivida na sexualidade infantil dos filhos.

Dentro destes aspectos, Werebe (1998) salienta que muitos pais temem que a orientação sexual venha a contestar os valores morais e religiosos da família, além de indicar caminhos contrários a estes valores, com a preconização de uma suposta liberdade sexual, ou seja, uma "libertinagem dos costumes". Esse autor ressalta que, tal percepção se deve também a pequena participação dos pais nas reuniões que são realizadas na escola com os educadores. Nos países ocidentais é mais freqüente que somente as mães participem destas reuniões, revelando que a educação dos filhos é apenas responsabilidade materna. Acredita Werebe (1998), que problemas relacionados com a orientação sexual nas escolas poderão ser evitados, quando os professores tornarem os objetivos, a pedagogia e as orientações definidas com clareza e sem ambigüidade.

Ao pesquisar sobre a percepção que os pais apresentam sobre a sexualidade de seus filhos, Dias (1999) revela que tanto os pais quanto os filhos, encontram dificuldades em iniciarem conversas sobre a sexualidade; os jovens sentem-se constrangidos ou temem a desaprovação dos pais e os pais por sua vez, sentem-se despreparados e desajeitados para abordar o assunto, conforme afirmam Liskin et al. (1987). Martinez (1998) ressalta que o diálogo sobre a sexualidade é muito mais que simplesmente transmitir informações, exigindo-se a superação de barreiras, como idade e valores, em favor de uma proximidade que facilite a percepção do momento existencial do filho, mediada por mensagens que não sejam nem restritivas nem permissivas. Envolve o surgimento de uma aliança comunicativa, na qual filho ou filha encontre espaço e apoio para seu desenvolvimento psicológico. Entretanto dificilmente, pais e filhos conseguem estabelecer essa condição existencial para o diálogo, principalmente quando o tema é sexualidade.

No caso dos pais serem também professores, Martinez (1998) descreve que estes passam a referir a escola como local de coleta de suas informações sobre sexualidade na adolescência, superando desse modo, as informações oriundas dos seus pais. Em seus trabalhos, os resultados indicaram que os aspectos biológicos desenvolvidos pelos conteúdos das escolas, tiveram importância relativamente mais significativa do que os pais, no conjunto das informações sobre sexualidade e ainda, que as fontes de informação predominantes

foram maciçamente os amigos e leituras (livros e revistas). Concluiu o autor, que a maioria desses professores/pais não teve como experiência de vida o diálogo com seus pais e poucos perceberam, na sua vivência enquanto estudantes, a escola como lugar de discussão da sexualidade. Tal evidência ratifica a tese defendida pelo próprio autor em relação aos pais, que os pais/professores ao não discutirem em casa a sexualidade, também não poderiam proporcionar esta discussão posteriormente com seus filhos/alunos, repetindo exatamente o modelo que tiveram.

No entanto, as competências dos pais e da escola ligadas à orientação sexual dos adolescentes, parecem claras para Werebe (1998), ao referir que os pais exercem legitimamente seu papel, quando transmitem seus valores particulares aos filhos, enquanto, a escola também cumpre o papel de ampliar esse conhecimento em direção à diversidade de valores existentes na sociedade. Desse modo, o autor acredita que por meio da reflexão o adolescente encontrará um ponto de auto-referência, possibilitando o desenvolvimento de atitudes coerentes com valores que ele próprio elegeu como seus.

Apesar das dificuldades dos pais, Cano (2000) aborda aspectos positivos do convívio familiar, entre pessoas que se estimam e tentam superar as dificuldades do dia a dia, no qual as questões de sexualidade devem ser debatidas, levando-se em conta os valores, atitudes, crenças religiosas e culturais da família

II – METODOLOGIA

Dentro do objetivo maior de fornecer informações sobre a possibilidade de se desenvolver um programa de orientação sexual dentro do ambiente escolar, capaz de favorecer a construção de conceitos integradores sobre a sexualidade humana, considerando a realidade vivida pelo aluno, a formação dos professores e o papel da família na sexualidade de seus filhos, foi realizada pesquisa qualitativa que se utilizou de questionários e entrevistas com o propósito de investigar a percepção dos professores, alunos e pais de alunos (entendidos como genitores) sobre a sexualidade humana e também, sobre a viabilidade e adequabilidade do oferecimento de atividades que tratem da orientação sexual dos alunos, incluindo os três segmentos envolvidos: família, escola e educando.

Essa pesquisa se ampara nas características descritas por Ludke & André (1986), pois se processa em seu ambiente natural, com o pesquisador considerando e descrevendo os dados, dedicando atenção especial ao significado que a amostra dá ao assunto investigado e privilegiando mais, o processo em que se dá a investigação do que os achados.

O estudo envolveu os docentes, discentes e genitores de alunos de duas escolas da Rede Pública Estadual, uma localizada em núcleo habitacional de bairro periférico (A) e outra na região central (B) do município de Bauru. A escola A localiza-se em bairro periférico com densidade populacional elevada e se caracteriza por acolher discentes pertencentes à essa população que, embora recém-chegada ao local, mostra perfil próprio, vinculado aos seus aspectos culturais e econômicos e se constitui em sua grande maioria, por ex moradores de bairros próximos. Os discentes da escola A, freqüentadores do período noturno, não haviam recebidos orientação sexual formal, antes da intervenção.

Esta escola foi escolhida por ser o local onde o pesquisador atua como docente, ter um número razoável de docentes com determinado tempo de atuação no magistério público estadual, com possibilidade de ter vivenciado, em sala de aula, experiências ligadas ao tema, além destes professores terem demonstrado disposição e interesse em colaborar com a pesquisa. Além disso, o pesquisador tem como professor desta escola um vínculo de proximidade e confiança com os demais docentes. Também a disponibilidade por parte dos genitores desses discentes era

prevista, pois em diálogo anterior com estes últimos, os mesmos informaram que seus genitores poderiam se interessar pelo tema e desta forma, colaborar no desenvolvimento do trabalho do pesquisador.

A Direção escolar, representada pelo seu diretor, vice diretor e coordenadores, colocou-se à disposição do pesquisador na realização desta atividade, demonstrou interesse em que a mesma fosse desenvolvida, pois há muito a abordagem de temas sobre a sexualidade havia se configurado uma necessidade na escola e esta intervenção era entendida como capaz de beneficiar sobremaneira os alunos desta unidade escolar, de promover o enriquecimento de docentes, funcionários e genitores dos discentes, pois foi vista como uma atividade aglutinadora de toda a comunidade escolar.

Os discentes também evidenciaram interesse pelo tema, pois anteriormente nas aulas normais, quando o pesquisador desenvolveu como professor de Ciências, temas ligados à sexualidade humana, estes discentes manifestaram curiosidade e grande vontade de participar de atividades que pudessem resolver suas dúvidas, oportunizassem a exposição aberta de suas opiniões, a discussão com os colegas e docentes de seus conflitos e quem sabe assim, possibilitar a administração mais adequada de seus problemas.

Esses discentes cursam a 8ª série do ensino fundamental, possuem idade variando entre 13 e 14 anos, encontram-se portanto na adolescência, vivenciando o início da puberdade, suas modificações hormonais e as conseqüentes alterações físicas, psicológicas e de âmbito social. Nesta fase, despertam para o interesse e atração pelo sexo oposto, demonstrando aproximação pelos assuntos ligados à sexualidade, quando então, iniciam-se nas primeiras relações sexuais, para as quais, quase sempre, encontram-se despreparados.

Por serem discentes do período noturno, trabalham durante o dia, têm seus salários que para a maioria é compartilhado com seus genitores no sustento da família, caracterizando a responsabilidade social, o “sentir-se mais velho” e portanto, com “mais liberdade” para o sexo, o que passa a ser encarado por esses alunos como “estar apto ao relacionamento sexual”.

A escola B localiza-se em bairro central e recebe discentes preferencialmente dos bairros ao seu redor, bem como de bairros distantes embora também centrais e até de outros municípios, cujas características econômicas e socioculturais se assemelham. Os discentes desta escola, matriculados no período

vespertino, já haviam participado de programação formal de orientação oferecida por licenciandos em Enfermagem da Universidade do Sagrado Coração (Bauru), durante a disciplina de Prática de Ensino em Enfermagem, na qual foram desenvolvidos os aspectos biológicos dos seguintes temas: gravidez precoce, DSTs e drogas.

Esta escola recebe alunos com perfil diferente da escola A, dada a sua localização em bairro central de Bauru, período maior de existência em relação ao tempo de funcionamento da escola A (8 anos), discentes e genitores, com nível sócio-econômico e cultural mais elevado, docentes com mais tempo de atuação no magistério público, direção e coordenação pedagógica com profissionais também com previsão de experiência maior, enfim toda a comunidade escolar aparentemente com percurso histórico-cultural diferente da escola A, com possíveis interferências no desenvolvimento da sexualidade de seus membros.

Os discentes desta escola encontram-se na puberdade, parecem não trabalhar ou trabalhar apenas um período, caracterizando a responsabilidade dos genitores no sustento da família e com isso, a responsabilidade destes discentes se restringe aos deveres escolares, ao tratamento dos assuntos ligados à sua sexualidade, tão emergente nesta faixa etária, sendo propiciada pela troca de informações e pela larga convivência com seus colegas de escola.

Outro aspecto a ser observado é o fato de já ter ocorrido nesta escola, um projeto que também tratou de temas relacionados à sexualidade humana, os quais constam dos PCNs (BRASIL,1997a) como assuntos recomendados para serem abordados como temas transversais, que proporcionem a orientação sexual de seus discentes, cuja intervenção poderá influenciar na expressão da sexualidade destes e dos seus docentes.

Ainda, dentro destas considerações outro elemento deve ser posto em relação ao pesquisador, que como professor de Ciências no exercício do magistério e portanto, membro da comunidade escolar A em pesquisa, ao desenvolver esse trabalho, terá a oportunidade de conviver com diferentes formações e opiniões de docentes de outras disciplinas, de variados tempos de magistério e de faixas etárias diversas e portanto, de realidades socio-econômicas e culturais características, as quais devem ser consideradas. Por outro lado, o pesquisador tem encontrado na sala de aula, discentes por vezes interessados e conscientes de seu papel, enquanto na maioria das vezes, principalmente no período noturno, os mesmos são de difícil tratamento, mostram comportamento

estranho e violento, com atitudes que prejudicam seu aproveitamento e de seus colegas de classe, levando, em algumas ocasiões, a interferência desses docentes de forma não coerente com seus objetivos e à reflexão sobre o desinteresse por parte de alguns docentes e até, sobre o abandono de suas atividades profissionais.

A inclusão dos genitores de alunos das escolas A e B nas pesquisas é embasada na literatura que atribui a educação sexual à família, devendo esta ocorrer desde a infância, principalmente pelos genitores, os quais acabam reproduzindo os ensinamentos que tiveram de seus genitores, lidando com a sexualidade de seus filhos, a partir de como desenvolveram sua própria sexualidade. Ao se colher junto aos genitores de alunos o que pensam sobre a sexualidade humana e como vêem a intervenção da escola na orientação sexual de seus filhos e filhas, pretende-se perceber o pensamento existente no meio social e educacional familiar a respeito da sexualidade humana e do tratamento que a família tem dado ao tema, ou seja, se ainda é considerado “pecado ou tabu” ou se algumas mudanças podem ser consideradas em relação ao mesmo pela sociedade.

As duas escolas, diferenciadas quanto as suas características socioculturais, foram escolhidas para desenvolver esta pesquisa, dadas às referências na literatura que atestam as interferências dos aspectos socioculturais e educativos na construção da sexualidade humana.

Na construção dos questionários foram empregados questões abertas, de múltipla escolha e de associação das informações, considerando a ordem de prioridade do investigado, de modo a favorecer as manifestações dos 3 segmentos estudados e explorar os aspectos biológicos, psicológicos e socioculturais considerados pela literatura consultada, como sendo capazes de influenciar nos valores formativos da identidade sexual (COSTA, 1986; TELAROLLI JUNIOR, 1997; WEREBE, 1998 e SANTOS, 2000), e nas dimensões intelectuais, espirituais e culturais no processo de promoção do aprendizado sexual do indivíduo (OKAWARA, 1993)

Foram levados em conta na confecção dos questionários a vivência do pesquisador com questões que afligem os discentes nesta faixa etária, apontadas no dia a dia do pesquisador durante suas aulas, sua experiência em lidar com temas ligados à abordagem biológica da sexualidade humana e ainda, os dados obtidos mediante questionário apresentado no experimento piloto, que constituiu a 1ª etapa da presente pesquisa com docentes, discentes e genitores de outras turmas da

escola A, antecedendo a etapa de coletas de dados (2ª etapa) e objetivando a detecção dos principais pontos a serem considerados na intervenção e a adequação das questões aos propósitos da pesquisa.

Assim, para atender ao referido na presente proposta, foram elaboradas onze questões para os docentes de 5ª a 8ª séries (ANEXO I) das diferentes disciplinas (História, Matemática, Ciências, Português, Geografia, Educação Artística, Educação Física e Inglês) desenvolvidas no ensino fundamental, e para seus discentes das 8ª séries (ANEXO II), além de sete questões dirigidas aos seus respectivos genitores (ANEXO III), abordando a percepção dos investigados sobre o tema, em relação aos aspectos biopsicossociais como tripé formador da sexualidade humana, além de outros considerados como norteadores de uma proposta de orientação sexual, bem como as prescrições e metas propostas pelos PCNs (BRASIL, 1997a) em relação à orientação sexual na escola.

Os questionários foram apresentados aos docentes de ambas as escolas, durante as atividades de HTPC e aos discentes durante o horário letivo, diretamente pelo pesquisador, que os recolheu dentro do prazo de uma semana, no caso dos docentes e ao final da aula correspondente à aplicação dos mesmos, no caso dos discentes. Os genitores receberam os questionários de seus filhos e filhas, encaminhados pelo pesquisador com a recomendação do prazo de entrega de no máximo uma semana, deixando-se em aberto a preferência por se optar pela mãe, pai ou ambos. O prazo estabelecido para a entrega dos questionários dirigidos aos docentes e genitores, objetivou respeitar seus afazeres profissionais e particulares, na tentativa de possibilitar a obtenção de respostas detalhadas e próximas da realidade familiar. Por outro lado, visando a não ocorrência de comunicação entre os discentes durante a resposta ao questionário, o mesmo foi aplicado sob a supervisão do pesquisador.

A amostra numericamente pesquisada foi calculada a partir do total dos questionários devolvidos e se encontra assim constituída: 78 discentes (42 alunos , 36 alunas), 11 docentes (1 professor , 10 professoras) e 67 genitores (12 pais , 55 mães) de alunos da escola A e 11 docentes (11 professoras), 23 genitores (2 pais , 21 mães) e 69 alunos (34 alunos, 35 alunas) da escola B.

Os dados obtidos dos questionários foram reunidos observando-se como critérios as categorias (docentes, discentes e genitores), as escolas (A e B) e os gêneros (masculino e feminino) investigados, considerando-se para cada um

desses aspectos, as informações referentes ao conhecimento dos fatores biopsicossociais como fundamentos para a sexualidade humana, interesse em aprender e ensinar, necessidade de oferecimento de orientação sexual na escola, participação conjunta desses três segmentos, dentre outros aspectos sugeridos pelos próprios participantes da pesquisa.

A partir dos resultados dos questionários, foram construídas questões abordadas numa 3ª fase da pesquisa, com a aplicação de “entrevista semi estruturada” aos segmentos dos docentes (5) – (ANEXO IV) e discentes (5) – (ANEXO V), escolhidos ao acaso na totalidade da amostra.

Tais questionamentos visaram o esclarecimento de aspectos abordados na 2ª fase da pesquisa, que se mostraram contraditórios em respostas obtidas a partir de diferentes questões sobre o mesmo assunto, em contraposição ao apontado na literatura pertinente e ainda, objetivaram a ampliação das percepções dos discentes e docentes no sentido de proporcionar a análise dos resultados da pesquisa, segundo eixos temáticos comuns entre os 3 segmentos investigados.

Os resultados foram apresentados em figuras representativas do número de respostas às questões e ou alternativas/informações por categoria e escola, relativos à cada unidade escolar investigada, a partir dos quais foram processados análises e comentários sobre a possibilidade de oferecimento de programa de orientação sexual desenvolvido na escola, envolvendo as vivências dos discentes, dentro da realidade sentida na adolescência, a atualização dos docentes a partir das manifestações da sexualidade de seus discentes e a participação da família como elemento integrador em atividades que desenvolvam a sexualidade de seus membros. Ainda, os resultados obtidos a partir das entrevistas realizadas com 5 docentes (1 professor e 4 professoras) e 5 discentes (3 alunos e 2 alunas), após analisados, subsidiaram a proposta dos eixos de discussão da pesquisa: qual a percepção da sexualidade humana, do papel da escola e da família na orientação sexual, do que se deve considerar uma proposta viável de orientação sexual na escola na opinião dos 3 segmentos investigados: docentes, discentes e genitores

entrevista semi estruturada – roteiro de perguntas feitas pelo entrevistador presente, ordenadas a partir de um esquema básico, que permite adaptações quando necessário para algum esclarecimento (LUDKE & ANDRÈ, 1986,p.34)

III - RESULTADOS E COMENTÁRIOS

Para efeito de composição das amostras foram considerados na apresentação dos dados, somente os questionários devolvidos respondidos, sendo adotado como critério o número de respostas, apresentadas com referência às informações pessoais e às alternativas indicadas pelas categorias investigadas.

Os dados obtidos na presente pesquisa, após organizados por categoria para cada uma das escolas estudadas, foram apresentados em figuras explicativas, considerando os dados pessoais dos entrevistados incluindo a identificação, além de informações relativas à idade, profissão, religião e naturalidade, para os genitores; idade, tempo de magistério, nível de ensino e disciplina que leciona, para os docentes e religião, nível de ensino, idade e bairro onde reside, para os discentes.

Assim, na escola (A) foram entregues 15 questionários aos docentes, dos quais 11 foram devolvidos respondidos; 78 questionários aos discentes e genitores de alunos, respondidos em sua totalidade pelos discentes e por 64 dos genitores. Na escola B foram entregues 18 questionários aos docentes, dos quais 11 foram devolvidos, sendo apenas 10 respondidos; 69 questionários aos discentes e genitores, sendo todos respondidos pelos discentes, enquanto seus genitores responderam apenas 23 questionários.

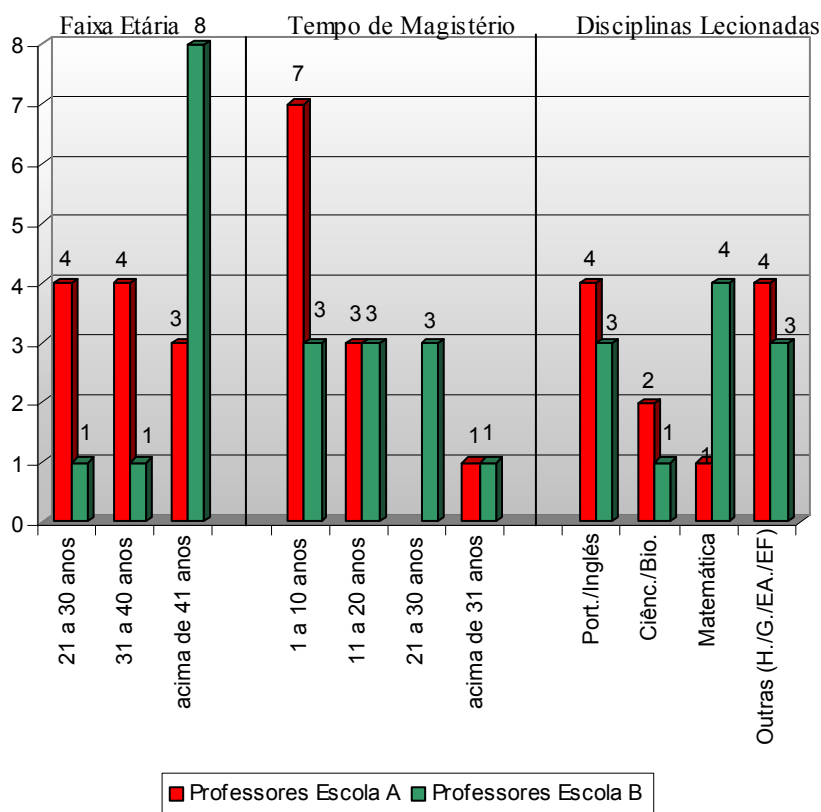


Figura 1 - Evidencia os dados pessoais, apresentando os valores numéricos referentes à idade, tempo de magistério, e disciplinas dos docentes das escolas A e B.

A análise dos dados permite evidenciar na escola (A) um quadro de 11 docentes cuja faixa etária se situa predominantemente (8 docentes) entre 21 e 40 anos de idade, tendo a grande maioria (10 docentes) tempo de magistério entre 1 e 20 anos e trabalhando preferencialmente, com a disciplina de Português/Inglês (4 docentes), Ciências e Biologia (2 professores), além de Matemática (1 docente) e de outras como História, Geografia e Educação Artística (4 docente).

Na escola (B) o quadro de docentes compõe-se de 10 elementos, todos do sexo feminino, com faixa etária predominante (8 professoras) entre 41 e 50 anos, com tempo de magistério distribuído de forma equitativa pelos 3 períodos considerados: 1 e 10 (3 professoras), 11 e 20 (3 professoras) e 21 e 30 (3 professoras) sendo compreendido, portanto, entre as faixas etárias de 1 a 30 anos (9 professoras); somente 1 professora desta amostra situa-se na faixa entre 31 e 40 anos. As disciplinas preferencialmente, trabalhadas por estas professoras, incluem a Matemática / Física (4 professoras), Português / Inglês (3 professoras), Geografia /

História e a Educação Física (3 professoras). Cabe ressaltar que apenas 1 professora se dedicava à disciplina de Ciências.

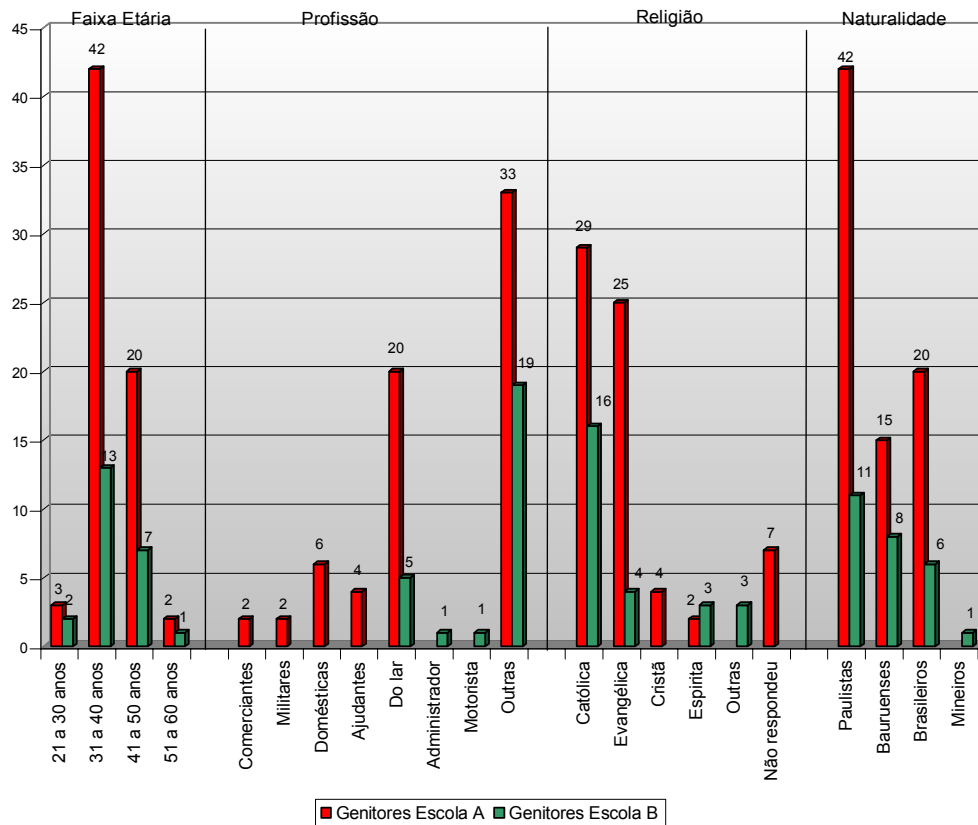


Figura 2 - Evidencia os dados pessoais, apresentando os valores numéricos referentes à idade, profissão, religião e naturalidade dos genitores dos discentes das escolas A e B.

Os dados numéricos encontrados para as características pessoais referentes à idade, profissão, religião e naturalidade, relativos aos genitores dos discentes das escolas A, apontaram para o total de 67 genitores (12 pais, 55 mães) o seguinte perfil: 3 genitores apresentam a idade variando entre 21 e 30 anos, 62 genitores entre a faixa etária de 31 a 50 anos e apenas 2 genitores encontram-se com idade entre 51 a 60 anos.

Em relação a escola B, os números evidenciados em relação aos 23 genitores (2 pais, 21 mães) apontam para 2 genitores com faixa etária entre 21 a 30 anos, 20 genitores entre 31 a 50 anos e 1 genitores com idade variando entre 51 e 60 anos.

Dentre as profissões apontadas para os genitores, são encontrados na amostra, das escolas A e B comerciantes, policiais militares; vendedor, pedreiro, empresário, cabeleireiro, operador de máquina e ajudante. As mães apresentaram profissões das mais variadas: porteira, copeira, auxiliar de vendas, corretora, merendeira, cabeleireira, enfermeira, cozinheira, zeladora, vendedora, professora, faxineira, balconista, prevalecendo dentre outras, a de doméstica e a de ajudante. Foi referida como profissão, a “do lar”, pela maioria das mães.

Os genitores da escola A apontaram a religião católica em sua maioria (29 genitores), seguida da evangélica (25 genitores), sendo que outros não responderam (7 genitores) sobre a sua religião. Surgiram outras colocações, a religião “cristã” (4 genitores) e a espírita (2 genitores).

Nesta escola foi encontrado predomínio de genitores naturais do Estado de São Paulo (42), todos do interior desse estado, dos quais 15 são nascidos no município de Bauru, ocorrendo ainda, um número de 20 respostas, referentes à nacionalidade brasileira como naturalidade.

As profissões referidas pelos genitores da escola B foram as de administrador, motorista, professora, lactarista, “do lar”, esteticista, balconista, atriz, auxiliar de enfermagem, gerente de vendas, auxiliar de administração, farmacêutica / bioquímica, funcionária pública, telefonista, doméstica, etc .

As religiões católica e evangélica são apontadas pelos genitores (16 e 4 respectivamente), figurando também entre eles a religião espírita (3), enquanto outros 3 genitores indicaram não ter religião.

Quanto à naturalidade, os genitores da escola B evidenciaram o estado de Minas Gerais (1), outros 6 revelaram a nacionalidade brasileira como naturalidade, 8 nasceram na cidade de Bauru e 11 indicaram ser paulistas.

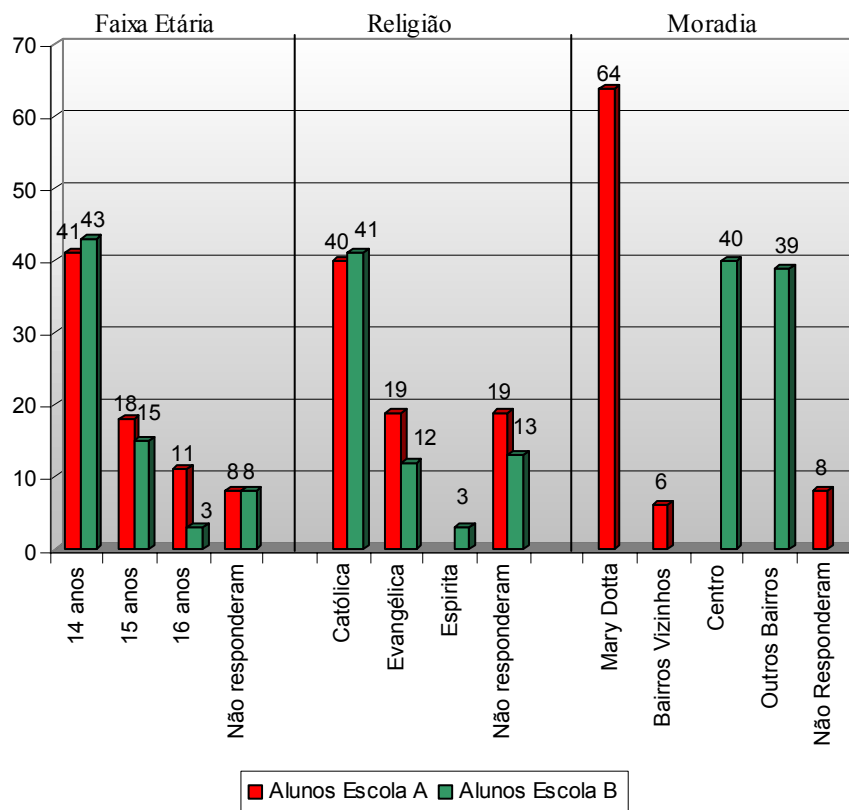


Figura 3 – Evidencia os dados pessoais, apresentando os valores numéricos referentes à idade, religião e moradia dos discentes da escola A e B.

Os valores percentuais referentes aos dados pessoais dos discentes relativos à idade, religião e bairro, apontam para a escola A que dos 78 discentes, 42 são alunos e 36 alunas. Na faixa etária dos 14 anos encontramos 41 discentes, com 15 anos temos 18 discentes e com 16 anos aparecem 11 discentes, enquanto outros 8 discentes não responderam.

Em relação às religiões apontadas pelos discentes da escola A, os números indicam a católica como predominante (40 discentes), seguida da evangélica (19 discentes), outros 19 discentes deixaram de responder, enquanto que 3 discentes são espíritas.

Os discentes que freqüentam a escola A residem na maioria no próprio bairro – Núcleo Mary Dotta - (64 discentes) ou em bairro vizinho ao núcleo (6 discentes).

Na escola B foram investigados 69 discentes, dos quais 34 são alunos e 35 alunas. A faixa etária mais freqüente foi a de 14 anos (43 discentes),

seguida da faixa de 15 anos (15 discentes), com 16 anos temos apenas 3 discentes, enquanto que 8 discentes não responderam.

Embora tanto os alunos, quanto as alunas da escola B referissem a religião católica como a de maior nº de respostas (41 discentes alunos) e 13 discentes deixaram de indicar suas religiões

Os alunos e alunas que freqüentam a escola B são moradores do centro (40 discentes) ou de bairros vizinhos (39 discentes), sendo pequena a proporção daqueles que vem de bairros distantes e da periferia, muito embora sejam diversos os bairros assinalados.

2 – CONCEPÇÃO DE SEXUALIDADE HUMANA

Para a análise dos resultados foram considerados os aspectos estudados em relação à sexualidade humana e à orientação sexual, os quais puderam ser agrupados, no sentido de contemplar os objetivos ligados à percepção da sexualidade humana, o papel da família e da escola na orientação sexual e a possível abordagem da sexualidade na escola envolvendo os 3 segmentos em 3 eixos comuns às categorias investigadas, como se segue:

1º - Percepção dos docentes, genitores e discentes sobre a sexualidade humana.

- Docentes

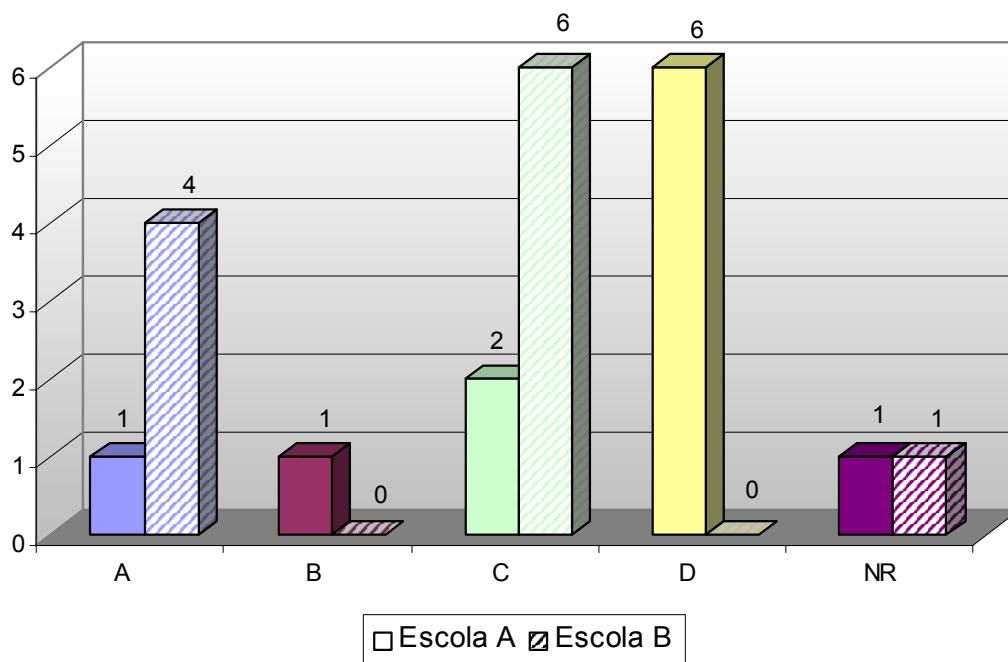


Figura 4 - Conceito sobre sexualidade humana
RESPOSTAS (20)/Nº DE DOCENTES – 22 (11+11)

A – EXPRESSÕES SOBRE A SEXUALIDADE E NÃO CONCEPÇÕES / 5 (1+4)
 B – ABORDAGEM DOS TRÊS ASPECTOS DA SEXUALIDADE, RESTRITA A UMA FASE DA VIDA / 1 (1 + 0)
 C – ABORDAGEM DE 2 DOS 3 ASPECTOS DA SEXUALIDADE / 8 (2 + 6)
 D – ABORDAGEM DOS ASPECTOS BIOPSISSOCIAIS / 6 (6 + 0)
 NR - NÃO RESPONDEU / 2 (1+1)

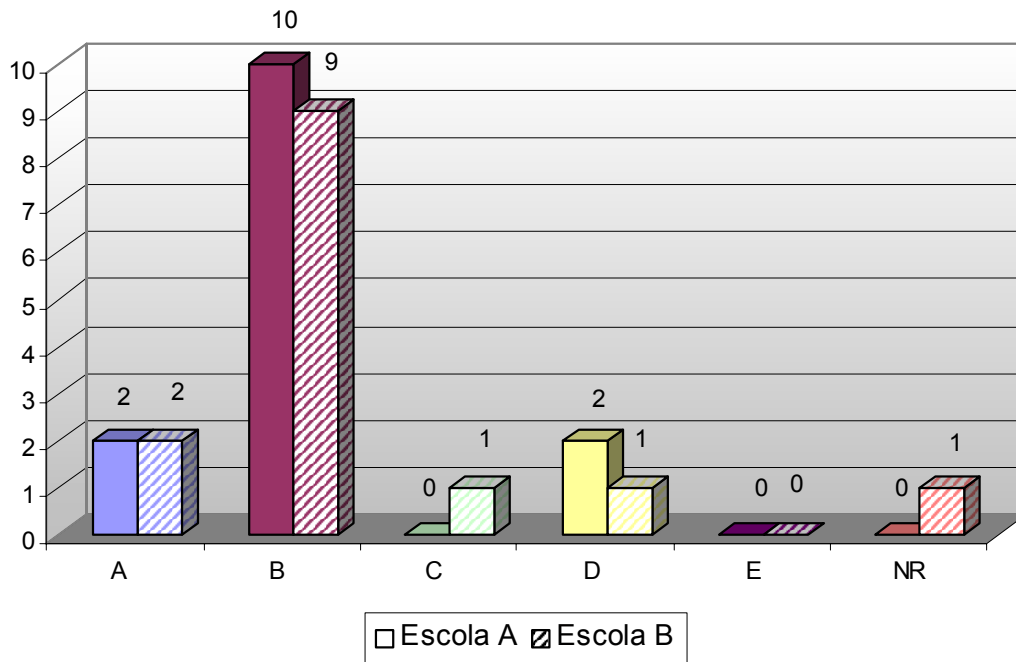


Figura 5 – Expressão da sexualidade humana

RESPOSTAS (27)/Nº DE DOCENTES – 22 – (11+11)

A - RELACIONAMENTO SEXUAL ENTRE SERES HUMANOS / 4 (2+ 2)
 B - COMPORTAMENTO QUE INCLUE ATITUDES FÍSICAS, EMOCIONAIS E SÓCIO-CULTURAIS / 19 (10 + 9)
 C - RELACIONAMENTO SEXUAL ENTRE SERES HUMANOS DE SEXOS DIFERENTES / 1 (0 + 1)
 D - NECESSIDADE RELACIONADA À ATRAÇÃO FÍSICA / 3 (2 + 1)
 E - UMA FASE DE NOSSA VIDA / 0 (0 + 0)
 NR -NÃO RESPONDEU / 1 (0 + 1)

A entrevista semi estruturada, ao questionar os docentes “O que você entende por sexualidade humana”, apontou a prevalência de expressões que relacionavam a sexualidade dentro dos seus 3 aspectos biopsicossociais (3 respostas) e evidenciou uma resposta que relacionava a sexualidade humana à “procriação”, “a forma de identificação dos indivíduos”, ressaltando os aspectos biopsicológicos.

Somente 1 docente não respondeu quando perguntado, mostrando-se tímido diante do questionamento; leciona há pelo menos 10 anos a disciplina de Português, sendo de religião evangélica.

A partir dos questionários e das entrevistas, podem ser evidenciadas as seguintes características em relação à concepção dos docentes sobre a sexualidade humana:

- na escola A, os docentes conceituam a sexualidade humana como um componente que envolve os 3 aspectos: biológico, psicológico e sociológico.
- na escola B, os docentes expressaram sua concepção sobre sexualidade humana, com base em apenas 2 aspectos, sendo dentre eles, o biológico apontado constantemente, como fazendo parte da concepção de sexualidade. No conceito dos docentes da escola B, nunca foram incluídos os aspectos sociológicos.

Para os estudiosos, a sexualidade deixou de ser enxergada como uma mera expressão biológica, restrita apenas ao resultado do funcionamento glandular e se transformou numa expressão biopsicossocial (ARANHA & MARTINS, 1987; VITIELLO, 1995), com a qual o ser humano deseja, acolhe e se comunica com o mundo e com o outro.

Vitiello (1995) relata ainda, que em certas situações o componente psicossocial da sexualidade pode se tornar o mais importante, enquanto Telarolli Júnior (1997) considera que os aspectos culturais e biológicos se integram, não se excluem mutuamente, nem são independentes; ao contrário, são inter-relacionados e interdependentes.

Dessa forma, a literatura consultada ampara as concepções expressadas pelos docentes da escola A, cuja identificação aponta para profissionais com menos tempo de magistério (entre 1 e 10 anos) e com idade entre 31 e 40 anos.

Tais resultados parecem refletir a mudança iniciada na década de 60 no Brasil, quando a sexualidade tornou-se assunto público e sobre o qual, foram realizados trabalhos científicos, de forma a valorizar a informação objetiva sobre a sexualidade humana em contraposição às superstições e ignorância (FIGUEIRÓ, 1997).

Passou-se a falar mais sobre o sexo, o casamento tornou-se uma opção e não um fim, ocorrendo por escolha pessoal e não mais por imposição de condição social, econômica, política ou religiosa (SALES, 1988) e os costumes e comportamentos seguindo padrões de práticas sexuais consideradas normais, nas quais as restrições são cada vez menores (MELO, 1997). A sexualidade passa a ser

vista como parte do componente humano, ultrapassando o biológico e sendo predominantemente cultural.

Os impulsos e desejos sexuais passam a ser descritos como inatos do ser humano e serem considerados adequados, conforme as normas culturais, sociais, familiares e religiosas (TIBA, 1986).

Dentro dos últimos 20 anos, têm-se falado muito sobre a sexualidade na televisão, rádio, jornais e revistas no sentido de que a sexualidade deve existir como consequência natural do desenvolvimento do ser humano, proporcionando ampliação do conhecimento das pessoas e possibilitando experiências de vida, capazes de levar os homens a alcançarem maior riqueza em suas relações.

Parece ter sido neste contexto que viveram os docentes da escola A, quando iniciaram dentro de suas famílias, a formação de sua identidade sexual, a qual para Conceição (1988) e Knobel (1992) ocorre ao longo de um complexo processo biopsicossocial, onde as atitudes da família influenciam de maneira determinante. Tais princípios são confirmados por Okawara (1995), quando afirma que a identidade sexual sofre a mais poderosa influência, desde os primeiros dias pós-natais, até os cinco primeiros anos de vida, quando começa a se formar na criança a base de sua sexualidade adulta sadia.

Dentro dessas abordagens, passa-se a refletir então, que o embasamento da identidade sexual dos docentes da escola A, iniciado nas décadas de 60/70 somado às vivências, experiências e aspirações de cada um, passou a constituir a maneira como cada indivíduo entende e exerce a sua sexualidade.

Os dados revelam que os docentes das duas escolas investigadas, que privilegiaram na concepção da sexualidade um dos aspectos considerados fizeram-no em relação ao biológico. Tal afirmativa fundamenta-se pelas expressões: “relação sexual”, “relacionamento sexual”, “desempenho fisiológico do homem”, “características e desejos sexuais”, “conjunto dos fenômenos da vida sexual” e “os problemas decorrentes do sexo”, oportunizadas pelas respostas à questão aberta do questionário aplicado. No entanto, quando neste foram apresentadas alternativas referentes à expressão da sexualidade, os docentes passaram a escolher preferencialmente, a alternativa mais completa, que se referia à sexualidade considerando os seus 3 aspectos.

Tais resultados parecem refletir que determinadas informações oferecidas pelas alternativas, possam ter levado à aproximação do conceito mais completo.

- Genitores

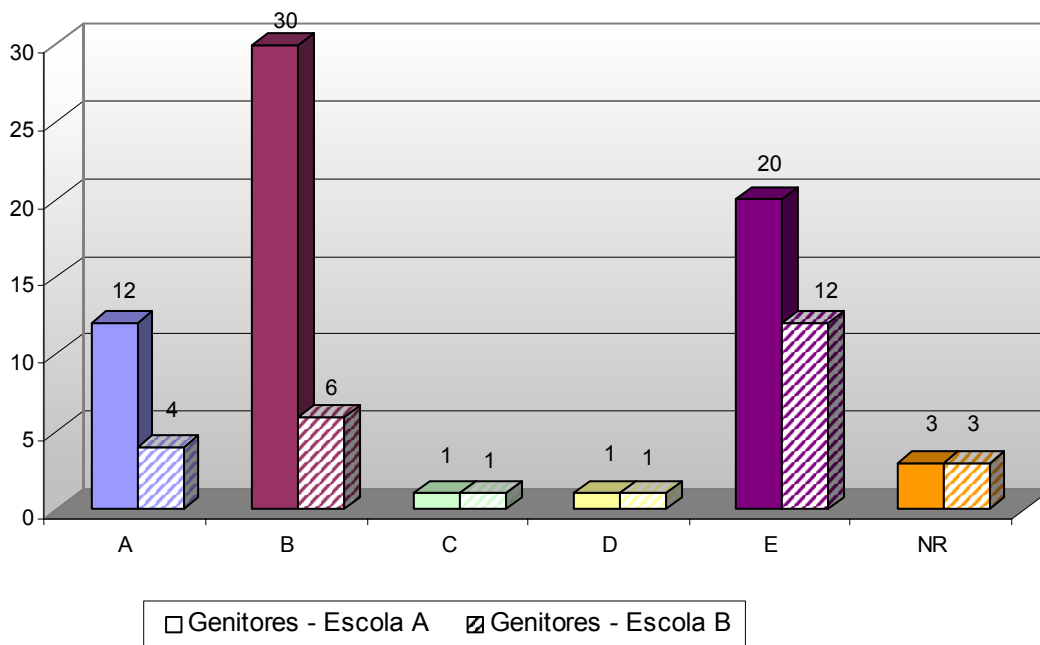


Figura 6 – Conceito de Sexualidade Humana

RESPOSTAS (88)/N.º DE GENITORES – 90 (67+23)

A -RELACIONAMENTO SEXUAL HUMANO INDEPENDENTE DO SEXO / 16 (12 + 4) .
B - RELACIONAMENTO SEXUAL ENTRE HOMEM E MULHER / 36 (30 + 6)
C -COMPORTAMENTO BASEADO NA ATRAÇÃO FÍSICA E RELACIONAMENTO SOCIAL/ 2 (1 + 1)
D - MANIFESTAÇÕES AFETIVAS – PSICOLÓGICAS E SOCIAIS / 2 (1 + 1)
E-MANIFESTAÇÕES SEXUAIS BASEADAS NO FÍSICO , GESTOS AFETIVOS E RELACIONAMENTO SOCIAL / 32 (20 + 12)
NR - NÃO RESPONDEU / 6 (3 + 3)

A análise dos dados referentes aos genitores da escola A evidencia que aproximadamente, 2/3 da amostra vincula a sexualidade ao relacionamento sexual, sem considerar os aspectos psicológicos e socioculturais envolvidos na sexualidade, enquanto 1/3 restante define a sexualidade de forma correta e atual, incluindo os seus três aspectos.

Na escola B, cerca da metade das respostas expressa o conhecimento adequado da sexualidade. Tais achados parecem mais uma vez refletir a influência dos aspectos culturais na formação da sexualidade humana (Telarolli Júnior, 1997), uma vez que na escola B, ao receber discentes de bairros do centro ou vizinhos à este, cujos genitores revelam melhores condições socioculturais, podem ser evidenciada respostas em sua maioria, referentes à expressões da sexualidade, próximas das concepções de Aranha & Martins (1987) e Vitiello (1995).

A interferência da sociedade na sexualidade apontada por vários autores, encontra destaque em Martinez (1998), que a descreve como uma manifestação de atitudes e procedimentos socialmente construídos, marcados pela cultura, afetos e sentimentos, expressando-se com singularidade em cada sujeito, de modo a falar ao mesmo tempo do indivíduo e de sua cultura.

Outro aspecto pode ser salientado quando se analisa os relatos de Foucault (1989) sobre os mecanismos compensatórios que o homem lança mão, ao aprender e incorporar comportamentos sociais, utilizando para sua adaptação o lazer, as relações sociais, o investimento pessoal e profissional e principalmente, as experiências com relacionamentos afetivos, como forma de alcançar uma sexualidade mais ampla.

Ao se analisar o número de respostas que associam a sexualidade ao relacionamento sexual, verifica-se que ocorre um comprometimento maior dos genitores da escola A em relação à escola B. Tal preferência predomina entre os pais de ambas as escolas, uma vez que as mães incluem também, entre respostas incorretas, referências feitas à sexualidade humana como “relacionamento sexual independente do sexo”.

- Discentes

As figuras 7 e 8 expressam as respostas obtidas em ambas as escolas sobre o conceito de sexualidade humana.

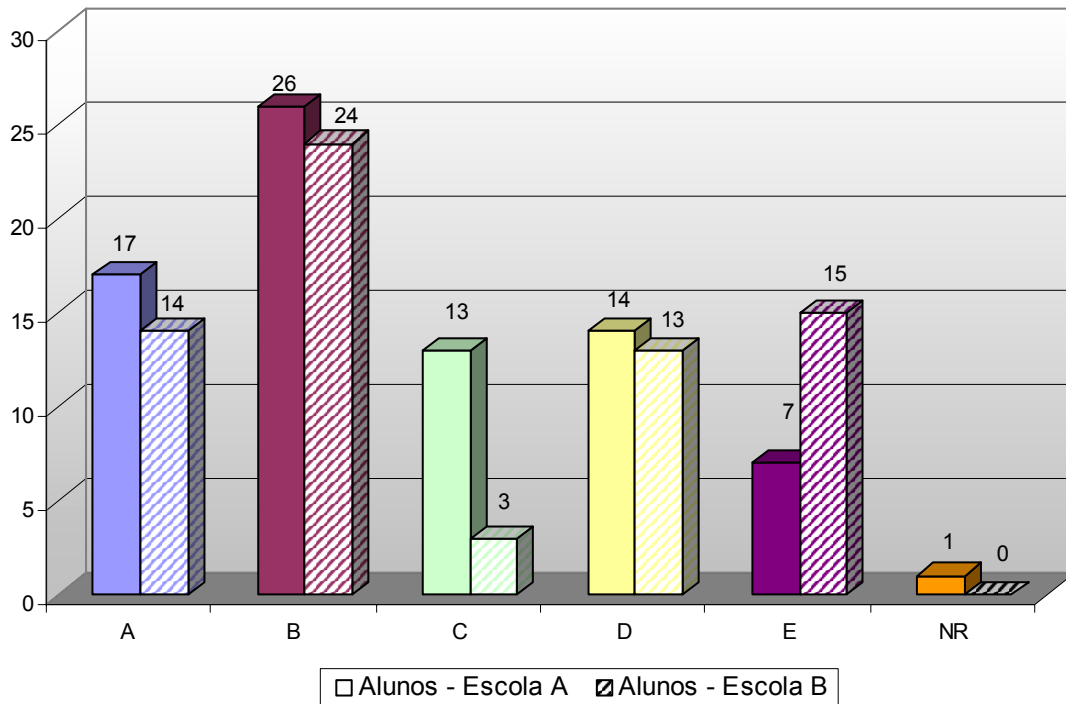


Figura 7 – Conceito sobre sexualidade humana
RESPOSTAS (146)/N.º DE DISCENTES – 147 (78+ 69)

A - RELACIONAMENTO SEXUAL ENTRE SERES HUMANOS / 31 (17+14)
 B - RELACIONAMENTO SEXUAL ENTRE SERES HUMANOS DE SEXOS DIFERENTES / 50 (26+24)
 C - CARACTERÍSTICAS SEXUAIS FÍSICAS PRESENTES EM HOMENS E MULHERES / 16 (13 + 3)
 D - CARACTERÍSTICAS SEXUAIS FÍSICAS ACOMPANHADAS DE MANIFESTAÇÕES AFETIVAS – EMOCIONAIS/ 27 (14 + 13)
 E – COMPORTAMENTO SEXUAL EXPRESSO POR CARACTERÍSTICAS FÍSICAS, EMOCIONAIS E SOCIAIS / 22 (7+15)
 NR – NÃO RESPONDEU / 1 (1 +0)

Quando se avalia as respostas referentes à conceituação de sexualidade emitidas pelos discentes de ambas as escolas e observadas na figura 7, verifica-se que mais da metade dos discentes refere a sexualidade baseando-se nos aspectos físicos de um relacionamento sexual. Evidencia-se que os discentes da

escola B, demonstraram maior número de respostas corretas, em relação à sexualidade, dentro da visão que considera os seus 3 aspectos, muito embora, se levado em conta as alternativas que tratam a sexualidade como um relacionamento estritamente sexual, pode-se perceber que os discentes de ambas as escolas se afastam muito da concepção correta.

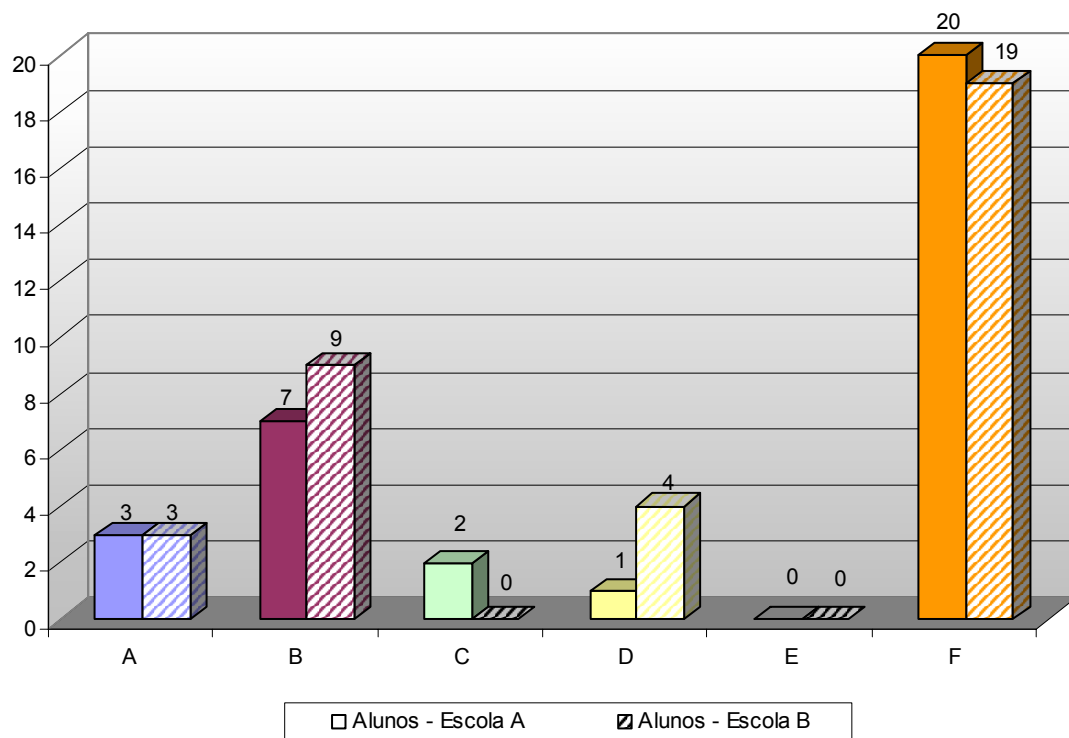


Figura 8 – Expressão da sexualidade humana
RESPOSTAS (78)/ N° DE DISCENTES – 147 (78+69)

A - APENAS ASPECTOS BIOLÓGICOS/ 6 (3+3)
 B - APENAS ASPECTOS PSICOLÓGICOS/ 16 (7+9)
 C - APENAS ASPECTOS SOCIOCULTURAIS / 2 (2+ 0)
 D - APENAS ASPECTOS BIO + PSICOLÓGICOS / 7 (1+ 6)
 E - APENAS ASPECTOS BIO +SOCIOCULTURAIS OU PSICO+ SOCIOCULTURAIS / 0 (0+0)
 F - TODOS OS ASPECTOS: BIO+PSICO+SOCIOCULTURAIS / 47 (20+27)

Quando perguntados sobre a inclusão dos três aspectos: biológicos, psicológicos e sociológicos, como suporte para se entender a sexualidade, os discentes de ambas as escolas revelaram considerá-la como um conjunto no qual esses três aspectos aparecem integrados.

A evidência de que o conceito de sexualidade que inclui os seus 3 aspectos, biopsicossociais, foi apontado num maior número de respostas pela escola B, parece demonstrar a importância da família na construção da sexualidade desses adolescentes, uma vez que a figura nº 6 revelou que os genitores da escola B encontravam-se melhor fundamentados socioculturalmente em relação ao conceito de sexualidade. Esses aspectos ressaltados pela presente pesquisa, encontram-se fundamentados pelas afirmações de Nascimento (1999), que revelam que pais amadurecidos psicosssexualmente tem filhos mas informados.

Tais considerações encontram apoio nas citações de Silva apud Mandu (2000) sobre a construção da sexualidade em crianças, cujo autor a refere como um processo que deve ocorrer de forma assistemática ao longo da vida, quando os pais, familiares e outras pessoas, ao entrarem em contato com as crianças passam a influenciar na definição de valores e comportamentos sexuais, socialmente estabelecidos.

Além desses contatos, a interação da criança com o meio, no brincar, nos vínculos afetivos com seus pais e amigos, nas descobertas, interação na formação da identidade sexual ao longo do seu desenvolvimento, pois de acordo com Knobel (1992) esta identidade sexual deverá ocorrer ao longo de um complexo processo biopsicossocial, no qual as atitudes da família acabam influenciando de maneira determinante.

Quando se observa as justificativas dos discentes sobre o envolvimento dos 3 aspectos no desenvolvimento da sexualidade humana, verifica-se a importância do meio social e cultural dentro dessas justificativas, em ambas as escolas.

É importante se ressaltar que os alunos da escola B indicam preferencialmente, os aspectos psicológicos como predominantes no conjunto dos 3 aspectos envolvidos na formação da sexualidade humana.

As alunas de ambas as escolas também referem a integração dos 3 aspectos envolvidos na conceituação da sexualidade humana: “um conjunto de aspectos indissociáveis”. Além disso, as alunas da escola B revelam em suas justificativas que esse entendimento da sexualidade humana, o qual considera os 3 aspectos integrados, levaria à compreensão sobre a prevenção de possíveis distúrbios da sexualidade.

Outro aspecto deve ser considerado ao se analisar os resultados representados na figura 8, os quais parecem gerar controvérsias em relação àqueles evidenciados na figura 7.

No entanto, a análise pormenorizada da questão que investigou a expressão dos discentes sobre a sexualidade humana, aponta para o fato de que a utilização da palavra "apenas" para as alternativas de A e E, como também da palavra "todas" na alternativa F, deve ter levado os discentes a assinalarem esta última como a mais completa.

Algumas considerações colaboram na compreensão destes últimos achados, em especial quando se leva em conta o aspecto qualitativo das respostas. Assim, ao responder privilegiando os aspectos psicológicos, os discentes associaram a sexualidade à "emoção e comportamento", "busca do prazer", "relacionada ao amor e carinho"; quando contemplaram os aspectos biopsicológicos referiram que a sexualidade "envolve o corpo e relacionamento" e ainda, ao elegerem todos os aspectos, justificaram a sexualidade como "conjunto dos 3 fatores", "cada um interfere nos três aspectos", "sexualidade é corpo, emoção, cultura e meio social" e "responsabilidade e consciência".

No 2º eixo é apresentado o papel da escola e da família na formação da sexualidade humana.

- O papel da escola - Docentes

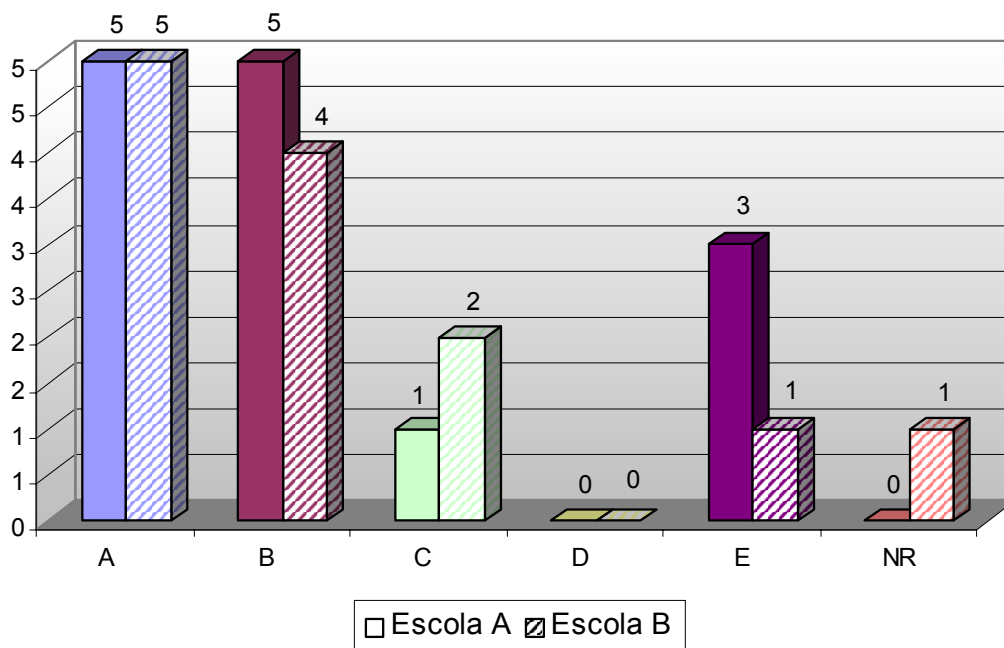


Figura 9 – Importância da abordagem da sexualidade nas aulas
RESPOSTAS (26)/Nº DE DOCENTES – 22 (11+11)

A - TRATA DE ACORDO COM A SUA FORMAÇÃO / 10 (5 + 5)
 B - TRATA PORQUE É PRESCRITO PELOS PCNs / 9 (5 + 4)
 C - NÃO TRATA, TEMA COMPLEXO / 3 (1 + 2)
 D - ASSUNTO DEVERIA SER TRATADO POR PSICÓLOGOS / 0 (0 + 0)
 E - DEVERIA SER TRATADO POR ESPECIALISTAS, TEMA IMPORTANTE / 4 (3 + 1)
 NR - NÃO RESPONDEU / 1(0+1)

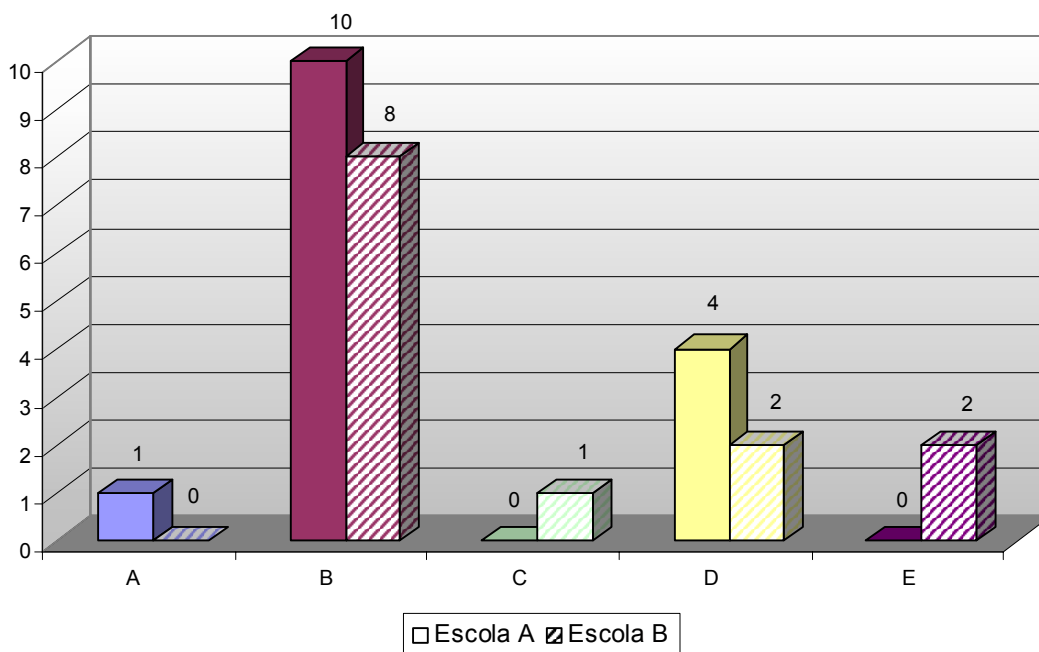


Figura 10 – A orientação sexual e os PCNs

RESPOSTAS (26)/N.º DE DOCENTES – 22 (11+11)

A - RESPOSTA FORA DO TEMA / 1 – (1 + 0)
B - CONCORDAM / 18 (10 + 8)
C - DISCORDAM / 1 (0 + 1)
D - SUGEREM NOVAS PROPOSTAS / 6 (4 + 2)
E - NÃO RESPONDEU / 2 (0 + 2)

Quando perguntados sobre a importância da abordagem da sexualidade em suas aulas, os docentes de ambas as escolas, referem de forma semelhante que o tratamento dado ao assunto, deveria estar em acordo com a formação desses docentes e com as sugestões dos PCNs (BRASIL, 1997 a).

Também em relação à escola A, a opção que refere o tratamento da sexualidade por especialistas, tendo em vista a importância do tema, foi apontada por seus docentes, enquanto que na escola B, houve referência de não se abordar o tema por ser este complexo.

Tais dificuldades foram melhor exploradas na entrevista semi estruturada, a qual confirmou a importância da escola na orientação sexual de seus discentes, além de ressaltar seu papel, destacando “a dificuldade dos pais em dialogar com os seus filhos” sobre esse assunto, “o apoio da escola facilitado pelo

diálogo mais aberto com os alunos”, ou ainda funcionando como um “apoio ao papel fundamental da família” e considerando a orientação sexual como atividade que “faz parte do ensino e se constitui papel da escola”.

Os docentes referiram também o compromisso que a escola tem quando da abordagem da orientação sexual, sugerindo que “seja feita em parceria por terapeutas e psicólogos”, “se tenha cuidado na abordagem para não ferir a família”, “o papel da escola não pode ultrapassar o papel da família” e alertando para que “a escola venha ser parceira da família na orientação sexual”.

Os achados apresentados na figura 10, confirmam a aceitação dos docentes de ambas as escolas em relação às sugestões dos PCNs (BRASIL,1997a) sobre a orientação sexual. Somente 1 (um) docente dentre os investigados, pertencente à escola B, discordou da abordagem dos PCNs (BRASIL,1997a) e ainda, 6 dos 22 docentes pesquisados sugerem novas propostas para ensinar a orientação sexual. Convém salientar que a referida questão foi formulada com base nos aspectos relativos à sexualidade humana, contidos nos PCNs (BRASIL,1997a).

Cerca de aproximadamente 1/3 da amostra que sugeriu novas propostas associaram a orientação sexual à prevenção, justificando que sugestões contidas nos PCNs (BRASIL,1997a) vem ocorrendo na fase da pré-adolescência. Em relação à este aspecto, houve a sugestão de que o início dessa abordagem ocorresse a partir da 5ª série.

Outros sugerem que temas ligados à sexualidade fossem incluídos como assunto regular, desenvolvidos por iniciativa do próprio docente. Nesse caso, os docentes apontam a necessidade de oferecimento de cursos que os preparem, considerando diferentes áreas de formação. Cerca de 7 docentes não justificaram.

O docente que opina discordando da abordagem dos PCNs (BRASIL,1997a), justifica a “necessidade de aprofundamento de seus estudos sobre as sugestões contidas no mesmo, para somente depois, serem realizadas propostas de ação pedagógica.

A análise do referido pelos docentes quanto ao papel da escola na orientação sexual de seus discentes, encontra amparo na literatura consultada (RIBEIRO, 1990; SUPPLY, 1993; BRUNS, 1995 e PCNs, 1997) que ressalta o seu papel em promover a informação e discussão sobre sexualidade em suas dimensões biológicas, psicológicas e socioculturais, visando preencher lacunas existentes nos

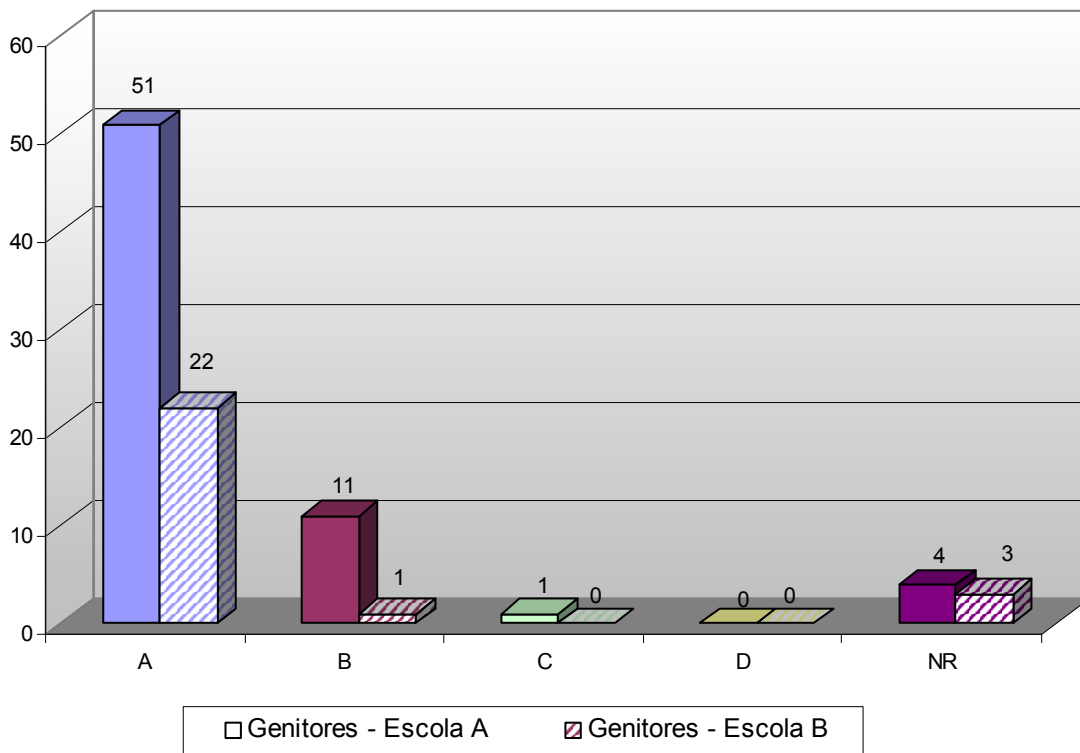
conhecimentos dos adolescentes e atender às suas expectativas frente a essas questões.

Os docentes demonstraram também, através das expressões, "dificuldades dos pais em dialogar com seus filhos", "apoio da escola facilitado pelo diálogo com os pais", "atividade que faz parte do ensino", que a orientação sexual na escola deve proporcionar a discussão da realidade sentida pelo discente, a fim de que o mesmo possa questionar, compreender e posteriormente assimilar conceitos e informações, para daí realizar uma aprendizagem realmente significativa.

Um aspecto evidenciado na entrevista com os docentes, diz respeito à preocupação com o papel da escola em relação à família dos adolescentes, quando estes docentes referiram que "se tenha cuidado na abordagem para não ferir a família" e "o papel da escola não pode ultrapassar o papel da família na orientação sexual", além de ressaltarem "a escola deve ser parceira da família em orientação sexual". Tais achados vão de encontro aos relatos de (JESUS, 1997; SAYÃO, 1997 e BRASIL, 1997a) e Werebe (1998), cujas informações revelam como competência da escola, o auxílio à família na tarefa de educar seus filhos para a sexualidade, evitando competir com a família, substituindo-a em sua função e desenvolvendo uma atividade complementar à orientação já recebida no meio familiar.

Bruns (1995), Sayão (1997) e Werebe (1998) são autores que relacionam a escola como o local adequado para se tratar a diversidade de valores. Nela, o jovem deve entrar em contato com outros valores, significados e crenças existentes na sociedade, os quais poderão ser confrontados com os valores trazidos por eles, permitindo que seja elaborada sua própria conduta e construindo um ponto de auto-referência. Nesse aspecto os docentes também se manifestaram quando referiram a escola como "local adequado", onde a "linguagem é mais aberta".

O papel da escola – Genitores



Nº DE RESPOSTAS (86)/ Nº DE GENITORES – 90(67+23)

A - SIM – JUSTIFICOU / 73 (51+22)
B - SIM – NÃO JUSTIFICOU / 12 (11+1)
C - NÃO – JUSTIFICOU / 1 (1+ 0)
D - NÃO – NÃO JUSTIFICOU / 0 (0+ 0)
NR- NÃO RESPONDEU / 7 (4+3)

Os resultados apontados na figura 11 evidenciaram que os genitores de ambas as escolas reconhecem seu papel na orientação sexual dos seus filhos e filhas, e ressaltam ainda, que a escola A evidencia-se em relação à escola B, na proporção dos genitores que expressam esse reconhecimento. No entanto, quando se analisa dentre estes genitores, quais aqueles que se justificam quanto ao papel da escola na orientação sexual de seus filhos e filhas, verifica-se que na escola B, os genitores dos discentes demonstram ter conhecimento sobre a necessidade dessa orientação.

Dentre as justificativas relatadas pelos genitores sobre os benefícios da orientação sexual no ambiente escolar, podem ser elencadas: “porque nele os alunos se sentem mais à vontade”, “convivem a maior parte do tempo juntos”, “não têm medo de falar sobre o tema”, “dialogam mais facilmente sobre sexualidade, por terem os amigos juntos”, “a escola como complemento na educação sexual”, “abordagem de temas pela escola com aspecto preventivo às DSTs e AIDS, gravidez precoce e drogas”, sendo que em todos estes, a escola foi apontada como o “local adequado” e “facilitador da aprendizagem”, para “se obter esclarecimentos corretos, verdadeiros e próximos da realidade”, além de “se constituir num ambiente descontraído e seguro quanto às informações”, “facilitador da aprendizagem” e “capaz de proporcionar aos alunos condições de reflexão e construção de seus valores”.

Outros aspectos foram indicados pelos genitores das 2 escolas: “a falta de diálogo e de credibilidade dos pais”.

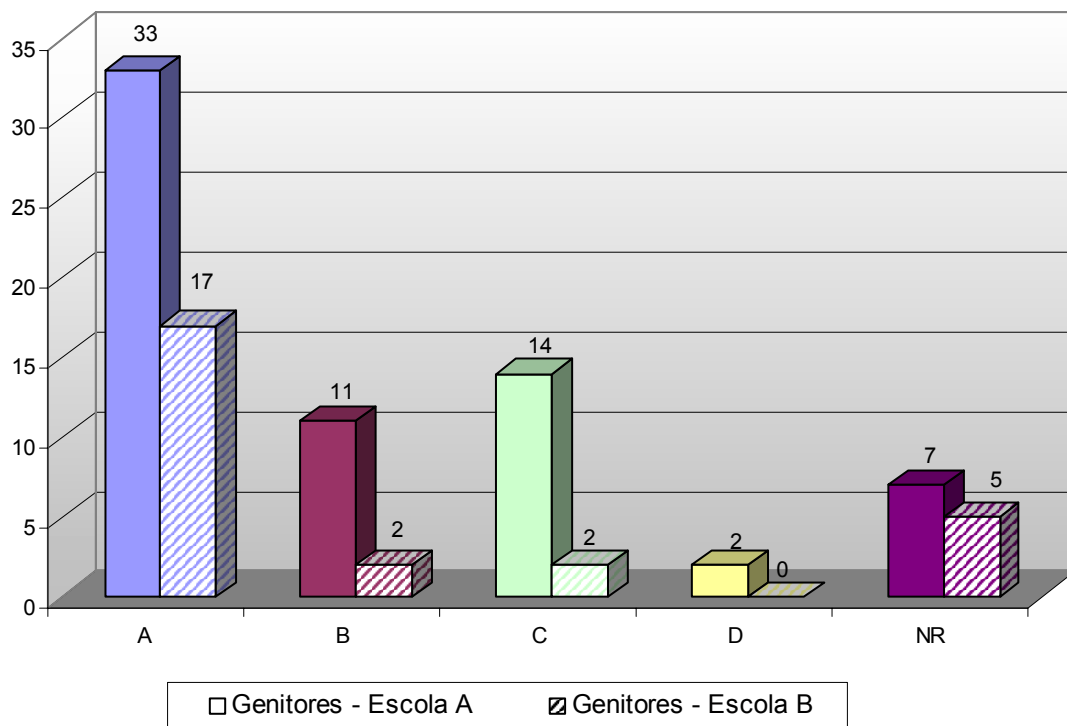


Figura 12 – Colaboração dos genitores com a orientação sexual na escola
Nº DE RESPOSTAS (81)/ Nº DE GENITORES – 90 - (67+23)

A - SIM - JUSTIFICOU / 50 (33 +17)
B - SIM - NÃO JUSTIFICOU / 13 (11 +2)
C - NÃO - JUSTIFICOU / 16 (14 +2)
D - NÃO - NÃO JUSTIFICOU / 2 (2 +0)
NR - NÃO RESPONDEU / 12 (7 +5)

Em relação à disposição dos genitores em participar junto à escola de programas de orientação sexual, foram obtidos dados significativos de respostas afirmativas nas duas escolas, sendo mais expressivos os resultados da escola B (19 em 26 genitores). Quando se analisa dentre os genitores que gostariam de participar de um programa de orientação sexual na escola, comparando os dados obtidos para as 2 escolas, verifica-se que são os genitores da escola B (17 entre 19), os que se manifestam mais, justificando sua opção, muito embora na escola de periferia, como já foi salientado é também grande o número de justificativas emitidas pelos genitores que desejam participar do programa (33 em 44).

Por outro lado, dentre os genitores que não aceitaram participar de um programa de orientação sexual promovido pela escola, quase a totalidade (14 entre 16) da escola A e a totalidade deles na escola B, justificaram sua opção.

Quando se analisa os aspectos relacionados à participação dos genitores junto à escola em programas de orientação sexual, verifica-se que a maioria dos pais da escola A não justifica sua preferência. Dentre as mães a disposição em participar de atividades relacionadas à orientação sexual na escola é revelada em sua maioria por respostas justificadas, sendo que na escola B estas justificativas são mais expressivas.

Dentre as justificativas apresentadas pelas mães, surgem idéias que são comuns em ambas as escolas estudadas: “na escola os esclarecimentos são melhores e mais seguros“, há “maior entrosamento entre pais e filhos“, e um espaço “facilitador do diálogo“, nela se pode “falar a mesma linguagem dos filhos , sem ter vergonha em falar do assunto“, além de que o trabalho coletivo entre escola e família foi considerado mais benéfico.

Já os pais demonstram razões diferenciadas entre as escolas estudadas para participarem de um programa conjunto de orientação sexual com a escola. Nesse sentido, são colocadas justificativas que expressam a preocupação dos pais em “não terem futuros aborrecimentos por falta de informação correta” e em conhecer se “o que a escola ensina é o correto para a orientação de seu filho”.

Na escola B a preocupação dos pais é comum à das mães de ambas as escolas : “conhecimento seguro e união de forças”, “escola e família” na orientação sexual de seus filhos.

Os genitores pesquisados reconhecem a escola como local adequado para a orientação sexual dos seus filhos, ressaltando que nela pode se obter esclarecimentos corretos e próximos da realidade, de forma descontraída e como complemento para a educação sexual familiar. Revelam também, que na escola os discentes se sentem mais à vontade para falar sobre a sexualidade por estarem juntos aos amigos. Os genitores reafirmam também a adequabilidade da escola como espaço facilitador do diálogo, quando confirmam a disposição em participar de programas de orientação sexual na escola.

Referem como justificativas, a possibilidade de seus filhos se sentirem mais à vontade, sem vergonha ao falar do assunto, destacando os benefícios do trabalho coletivo entre a escola e a família, uma vez que consideram que o conteúdo ensinado na escola é sempre correto.

Essas considerações apontadas pelos genitores são encontradas descritas na literatura por Conceição (1988), Zordan & Schmidt (1996) e Werebe (1998), quando os autores enfocam o papel da escola como capaz de promover a ampliação do conhecimento dos familiares em relação à diversidade de valores existentes na sociedade e apontam para o desenvolvimento de trabalhos que integrem pais e filhos adolescentes, identificando as dificuldades que os genitores tem em lidar com a sexualidade e suas necessidades em auxiliar, informar e trocar idéias e valores com os filhos.

O papel da escola – Discentes

Ao serem entrevistados sobre a possibilidade de tratar assuntos relacionados à sexualidade humana na escola, a totalidade dos discentes, apontou para a importância da escola na ampliação de seus conhecimento sobre sexualidade, sendo que mais da metade deles referiram que a abordagem dos temas ligados à sexualidade também, se destinasse à possibilidade de alertá-los para a prevenção das DSTs, drogas e gravidez precoce, ao expressarem: “a gente aluno tem de ter conhecimento e estar por dentro das doenças”, “ter conhecimento do mundo aí fora e tomar nossas próprias precauções”, ...”é uma forma de alertar”,

“importante para a prevenção da AIDS, DSTs e gravidez precoce”, ...”informação é tudo praticamente”, ...”estaria aprendendo mais”.

As preocupações expressadas pelos discentes revelam alguns pontos já referidos pelos docentes em relação ao papel da escola. Particularmente, os discentes vêem na escola a possibilidade de discutir a realidade sentida por eles em relação aos valores socioculturais da sexualidade. Enfocam a oportunidade de refletirem e dialogarem seus valores e crenças até chegarem a uma referência própria. Essas considerações são tratadas por Bruns (1995), Sayão (1997), Brasil (1997a) e Werebe (1998).

- O papel da família - Genitores

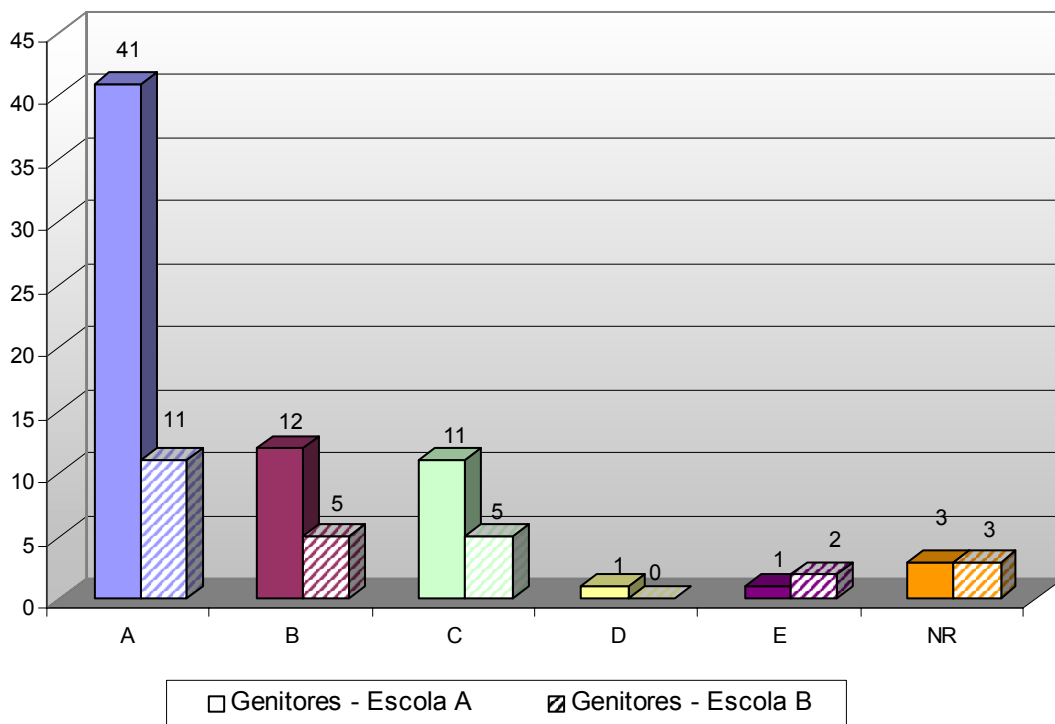


Figura 13 – Orientação sexual dos genitores

Nº DE RESPOSTAS (89) / GENITORES - 90 (67+23)

A -FALO CONSTANTEMENTE PARA INSTRUIR/ 52 (41 + 11). B - FALO APENAS QUANDO SOU PROCURADO / 17 (12+5) C -FALO ÀS VEZES, QUANDO O ASSUNTO ESTÁ NA MÍDIA / 16 (11+5) D -NUNCA FALO DE SEXUALIDADE EM MINHA CASA / 1 (1+0) E - NÃO HÁ DIÁLOGO COM MEU FILHO EM CASA, PORÉM GOSTARIA QUE OS PROFESSORES TRATASSEM A SEXUALIDADE NA ESCOLA / 3 (1+2) NR - NÃO RESPONDEU / 6 (3+3)
--

Os resultados apontados pela figura 13, evidenciam que quase a totalidade dos genitores pesquisados nas 2 escolas (64 em 66 na escola A e 21 em 33 na escola B), referem dialogar com seus filhos e filhas sobre sexualidade, sendo que a grande maioria (41 em 66 e 11 em 22), respectivamente, nas escolas A e B revelam falar constantemente com seus filhos e filhas para instruí-los sobre a sexualidade.

O estudo dos dados referentes ao diálogo dos genitores com seus filhos e filhas, resulta na informação de que as mães de ambas as escolas, falam espontaneamente, orientando sexualmente seus filhos e filhas enquanto, apesar dos valores próximos, na escola B são os pais que referiram falar espontaneamente sobre sexualidade com os seus filhos e filhas.

As mães das 2 escolas usam também, de outros caminhos para orientar a sexualidade de seus filhos e filhas, aproveitando sugestões da mídia e principalmente a partir da própria solicitação dos mesmos.

Um aspecto interessante diz respeito à participação dos genitores nas respostas aos questionários. A participação das mães se mostrou maior em relação à dos pais nas 2 escolas; sugerindo que as mães parecem ser mais atuantes na orientação sexual de seus filhos e filhas, quer espontaneamente ou porque são procuradas. Tais resultados parecem demonstrar que os pais se interessam menos pelas questões e assuntos ligados à sexualidade, uma vez que o questionário foi encaminhado aos genitores pelos filhos e filhas, sem que fosse feita qualquer recomendação em relação a quem deveria responder.

- Discentes

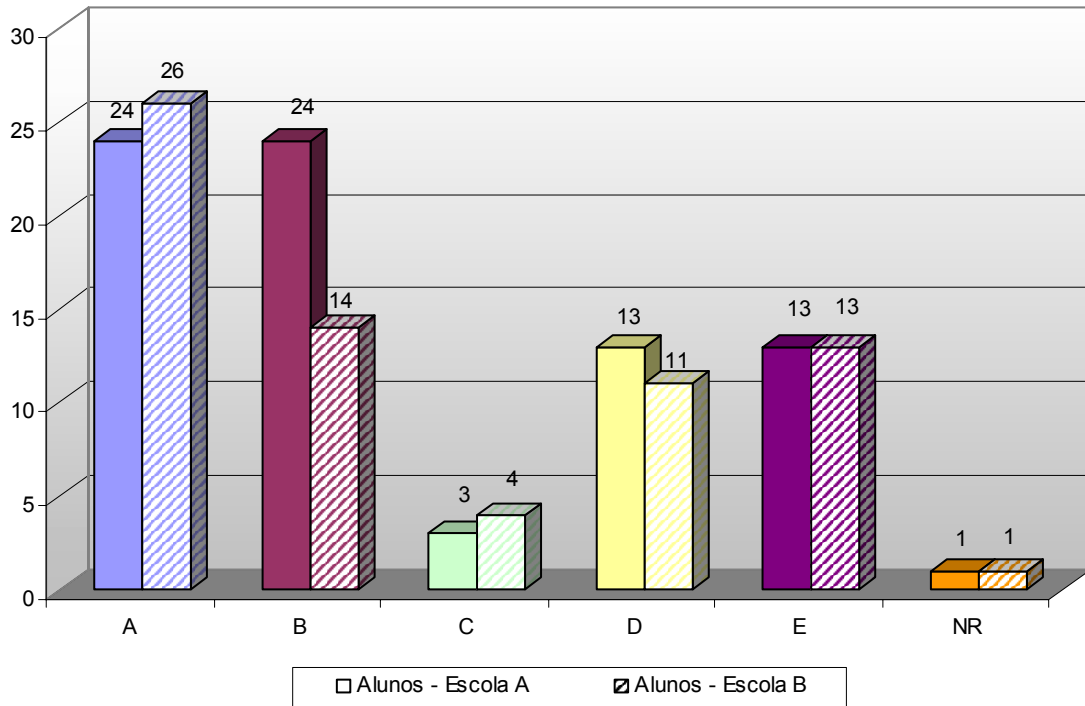


Figura 14 – Orientação sexual da família

Nº DE RESPOSTAS (145) /Nº DE DISCENTES (147) - (78+69)

A – CONVERSO A QUALQUER MOMENTO COM OS MEUS GENITORES/ 50 (24+26)
 B - CONVERSO SOMENTE QUANDO PRECISO COM OS MEUS GENITORES/ 38 (24+14)
 C – EM QUALQUER CIRCUSTÂNCIA, JAMAIS CONVERSO/ 7 (3+4)
 D - CONVERSO EM QUALQUER SITUAÇÃO COM OUTROS FAMILIARES/ 24 (13+11)
 E - NUNCA FALO SOBRE SEXUALIDADE/ 26 (13+13)
 NR – NÃO RESPONDEU / 2 (1+1)

A observação da figura 14 pode levar ao agrupamento dos dados em relação a dois aspectos: um no qual os discentes referem conversar com seus genitores e outro no qual negam qualquer conversa sobre sexualidade. Em ambas as escolas a proporção de discentes que referem o diálogo com seus genitores é equivalente a mais da metade da amostra (48 em 77 na escola A e 40 em 68 na escola B). Os discentes que responderam conversar com outros familiares, aparecem em minoria e representam uma fração menor que a dos discentes que responderam não conversar com os pais.

Parece interessante considerar alguns achados em relação aos alunos e alunas que responderam sobre o diálogo com seus genitores. As alunas de ambas as escolas falam mais sobre sexualidade humana com seus genitores do que os alunos, embora sejam as alunas da escola A as que mais conversam sobre sexualidade com os seus genitores. Outro dado relevante pode ser observado em relação aos alunos, tanto na escola A, quanto na B: quase metade desses alunos não falam seus pais sobre sexualidade.

Na escola B, encontra-se a maioria das alunas que não discute aspectos de sua sexualidade com os genitores e também aqueles que nunca falam sobre esse tema.

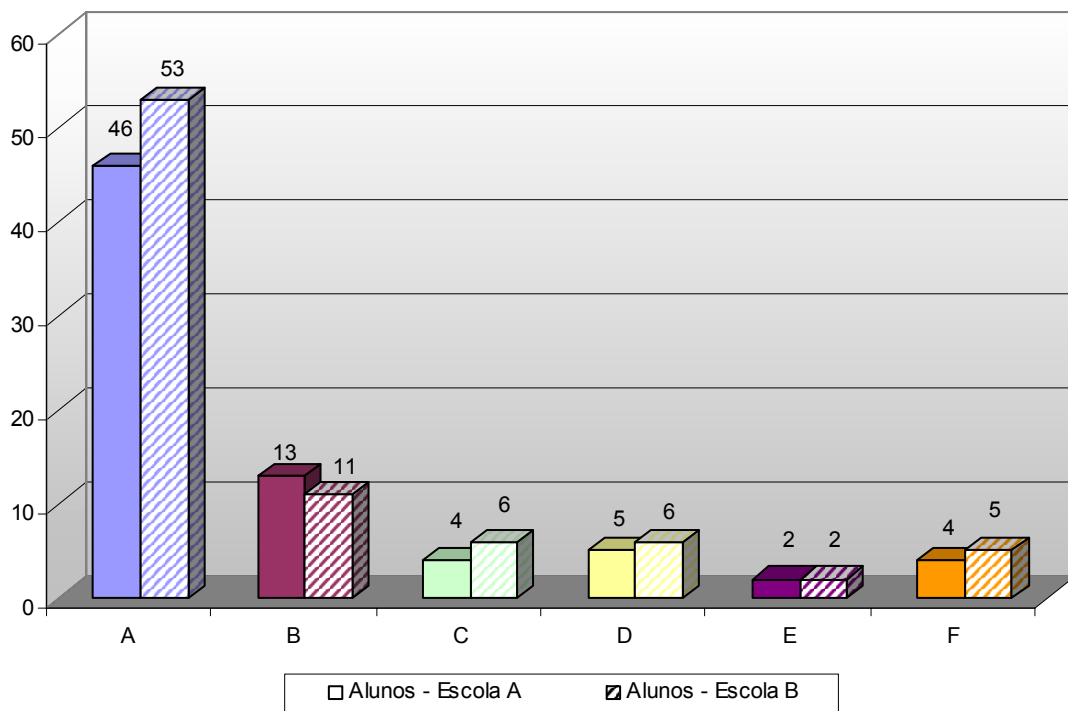


Figura 15 - Orientações recebidas pelos discentes sobre a sua sexualidade

Nº DE RESPOSTAS (157) / Nº DE ALUNOS 147- (78+69)

A - PAIS / 99 (46 +53)
 B - OUTRAS PESSOAS DA FAMÍLIA / 24 (13+11)
 C - COLEGAS DE CLASSE NOS INTERVALOS DE AULA / 10 (4+ 6)
 D - OUTROS COLEGAS , PORÉM NÃO DA ESCOLA / 11 (5+6)
 E OUTRAS PESSOAS (CLUBES, LANCHONETES E DISCOTECAS) / 4 (2+2)
 F - NÃO RESPONDERAM / 9 (4+5)
 OBSERVAÇÃO : ALGUNS ALUNOS DERAM MAIS QUE 1 RESPOSTA

Quando investigados sobre quem estava orientando os discentes em relação à sua sexualidade, novamente estes expressaram a preferência pelo diálogo com os genitores e ainda, embora não acentuadamente, por outras pessoas da família. Quando se avalia a participação dos genitores na orientação sexual dos seus filhos, na perspectiva dos alunos e alunas, verifica-se que são estas últimas que mais expressivamente, relacionam seus genitores como responsáveis pela orientação sexual na família.

No entanto, quando os alunos e alunas buscam orientação fora da família, ocorre a preferência dos alunos da escola B pelos colegas fora da escola e das alunas de ambas as escolas pela busca de informações na própria escola com as colegas de classe.

Vários são os autores que relacionam o papel da família na orientação sexual dos seus filhos (VITIELLO, 1995; BRUNO, 1997 e JESUS, 1997). Para esses autores a melhor educação sexual é aquela proporcionada pelos próprios pais, os quais ressaltam ainda a família como uma instituição destinada a educar seus novos membros para uma sexualidade sadia, devendo ocorrer a conversa dos pais com os seus filhos de forma coerente e honesta, informal, gradativa e em conjunto com a escola.

Outro aspecto relacionado ao papel da família na sexualidade, diz respeito à influência desta, de forma determinante nos papéis sexuais dos filhos, pois a sociedade ainda demarca de forma rígida, esses papéis dentro de um estereótipo. Nunes (1997) relaciona à ampliação do próprio conhecimento da sexualidade dos genitores, quando estes ao se dedicarem à orientação de seus filhos, acabam se preparando melhor para se tornarem também um elemento colaborador na escola.

No entanto, várias dificuldades são ressaltadas por Ferriani (1994), Martinez (1998) e Cano et al. (1995) como aquelas encontradas pelos genitores ao tratarem da sexualidade do seus filhos; dentre elas pode ser ressaltado o desconforto sentido por eles, ao lidarem abertamente, com a questão da sexualidade, acabando por transferir para a escola a educação sexual dos filhos. Para Cano et al. (1995), os pais que sentem tais dificuldades devem refletir sobre a sexualidade e outras questões próprias da adolescência, pois é responsabilidade destes a preparação de seus filhos, transmitindo-lhes o seu padrão cultural. Estes genitores, para Martinez (1998), não reúnem condições para empreender esta

discussão com seus filhos, acabando por repetir exatamente, o modelo que tiveram de seus genitores.

As considerações abordadas na literatura referentes ao papel da família na orientação sexual dos filhos destacam a necessidade, também apontada pelos genitores pesquisados, de que haja diálogo constante sobre temas relacionados à sexualidade dentro da família, apesar das dificuldades encontradas pelos pais na realização dessa tarefa. São encontrados também, referências na literatura sobre as barreiras que os genitores encontram em cada fase do trabalho de orientação sexual. No entanto, à semelhança dos genitores entrevistados, são apontadas saídas na tentativa de transpor estas barreiras, sugerindo que os genitores busquem apoio na escola e se dediquem, estudando e refletindo sobre o assunto, pois este procedimento proporcionaria o crescimento da sexualidade dos próprios genitores.

Os resultados que apontam para o diálogo constante dos genitores com seus filhos, na tentativa de instruí-los sobre a sexualidade, refletem a condução correta desse processo, uma vez que são inúmeras as referências da literatura que descrevem a influência poderosa da família sobre os efeitos psicosssexuais pós-natais, imediatos e a longo prazo, desde os 1^{os} até os 5 anos de vida, quer seja esta exercida ainda que de forma inconsciente, diretamente pelos genitores ou seus substitutos (OKAWARA, 1995 e JESUS, 1997).

Essas informações já haviam sido enunciadas por Conceição (1988), a qual refere que o preparo para o exercício da sexualidade deve começar na infância, a partir do largo envolvimento dos pais para com seus filhos.

Nesse sentido, Silva apud Mandu (2000) acrescenta que a construção da sexualidade, pode ser um processo assistemático, nos contatos das crianças com os pais, familiares e com outros, mas esta deve ocorrer ao longo da vida, quando valores e comportamentos sexuais, socialmente estabelecidos, podem ser definidos e se redefinirem. Dentro dessa perspectiva, o autor salienta a interação da criança com o meio, a partir dos contatos físicos e vínculos afetivos com seus pais e amigos, no processo de estruturação de suas relações com a sexualidade.

Esse último aspecto abordado por Silva apud Mandu (2000) que relaciona a interferência dos vínculos afetivos e dos contatos físicos, entre amigos, foi abordado, embora expressado pela minoria, pelas alunas que buscam essa

convivência, conversando com as próprias colegas de classe e também pelos alunos que preferem dialogar com colegas fora da escola.

3 – PROPOSTA DE ORIENTAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA ENVOLVENDO OS 3 SEGMENTOS

No 3º eixo são apresentados os aspectos a serem considerados em uma proposta de um programa de orientação sexual, de acordo com a opinião dos docentes, discentes e genitores dos discentes.

- Docentes

As figuras 16 e 17 apresentam dados obtidos em relação às escolas A e B, sobre a aptidão para tratar a orientação sexual, considerando a formação relativa ao conteúdo e ao ambiente pedagógico dos docentes.

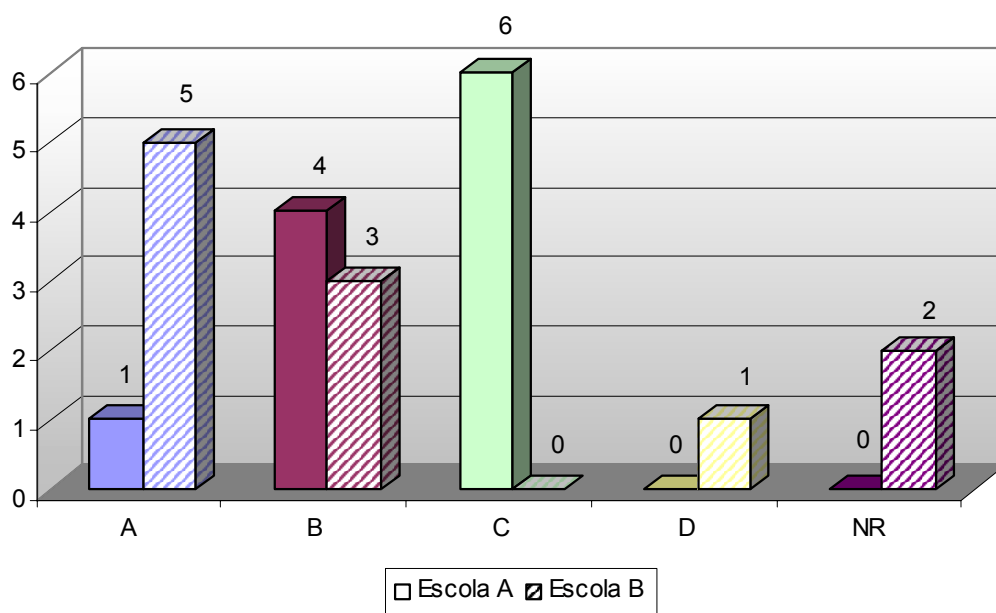


Figura 16 - Aptidão para ensinar considerando a sua formação

RESPOSTAS (20) /Nº DE PROFESSORES –22 – (11+11)

A - SIM - JUSTIFICOU / 6 (1 + 5)
B - SIM - NÃO JUSTIFICOU / 7 (4 + 3)
C - NÃO - JUSTIFICOU / 6 (6 + 0)
D - NÃO - NÃO JUSTIFICOU / 1 (0 + 1)
NR - NÃO RESPONDEU / 2 (0 + 2)

A maioria dos docentes revelou aptidão para ensinar (13 em 20) e na opinião deles, são os docentes da escola B que dizem estar aptos para o ensino da sexualidade humana (8 entre 13). Destes, 5 docentes justificam a aptidão em relação à sua formação. Por outro lado, na escola A, dos que referem aptidão (5 em 13), apenas 1 deles se justifica.

Esses resultados expressam que são os docentes da escola B, que se revelam na maioria com aptidão para o ensino da sexualidade, referido-se que esta qualidade, deve-se à sua formação. No entanto, quando perguntados sobre o que pensam e entendem da sexualidade humana, são os docentes da escola A que demonstram ter este conhecimento.

À medida que se caminha no sentido de se analisar as justificativas, observa-se que na escola A, na qual os docentes referem menos aptidão ao ensino da sexualidade humana, esta é referida como consequência do despreparo em relação ao conhecimento específico do tema e por não pertencerem à essa área. Já na escola B, as razões expostas pelos docentes na tentativa de explicar a aptidão para o ensino, referem a realização de cursos e a formação na área e apontam para o conhecimento de estratégias e meios de ensino.

Desse modo, as respostas parecem conduzir à idéia de que os docentes que se sentem preparados, revelam que este preparo se deve mais à sua formação do que à forma de ensinar.

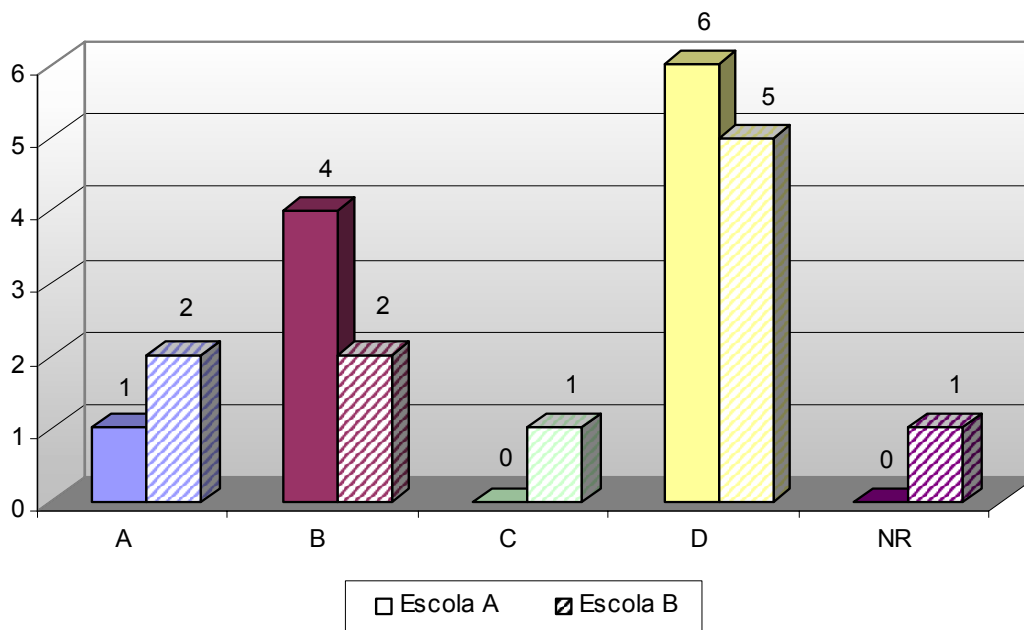


FIGURA 17 – Aptidão dos docentes para ensinar considerando o conhecimento pedagógico

RESPOSTAS (21)/Nº DE DOCENTES –22 (11+11)

A - SIM - JUSTIFICOU / 3 (1+2)
B - SIM - NÃO JUSTIFICOU / 6 (4+2)
C - NÃO - JUSTIFICOU / 1 (0+1)
D - NÃO - NÃO JUSTIFICOU / 11 (6+5)
NR - NÃO RESPONDEU / 1 (0+1)

A análise dos dados evidenciados na figura 17 indica que pouco mais da metade dos docentes de ambas as escolas (6 em 11 e 5 em 10), referem não ter conhecimento pedagógico para orientar a sexualidade de seus discentes. Dentre as justificativas, que apontam para a aptidão, predominam para a escola A as respostas afirmativas, a abordagem estatística e também aquela que se relaciona ao crescimento populacional, sugerindo que a formação acadêmica dos docentes que assim se expressaram, deve estar ligada à matemática e a geografia.

Porém, fica claro que grande parte da amostra expressa falta de conhecimento pedagógico para ensinar sexualidade na escola e destes, somente 1 docente, revela que sua facilidade em abordar esse tema se deve à oportunidade de ter surgido espontaneamente o assunto em conversa nas aulas de educação física.

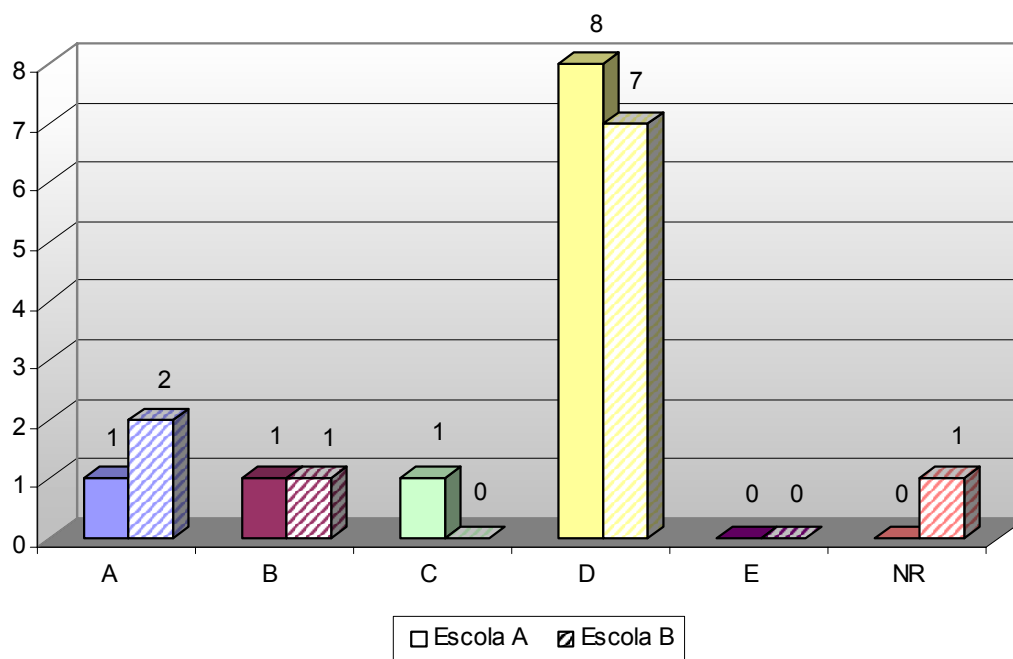


Figura 18 – Participação em curso de capacitação de docentes

RESPOSTAS (21)/Nº DE DOCENTES – 22 – (11+11)

A – PARTICIPEI E DEVO PARTICIPAR PERIODICAMENTE / 3 (1 + 2)
 B – PARTICIPEI E ESTOU PREPARADO / 2 (1 + 1)
 C _ PARTICIPEI E NÃO ESTOU PREPARADO / 1 (1 + 0)
 D _ NUNCA PARTICIPEI, MAS DESEJARIA / 15 (8 + 7)
 E _ NUNCA PARTICIPEI E ESTOU PREPARADO / 0 (0 + 0)
 NR – NÃO RESPONDEU / 1(0+1)

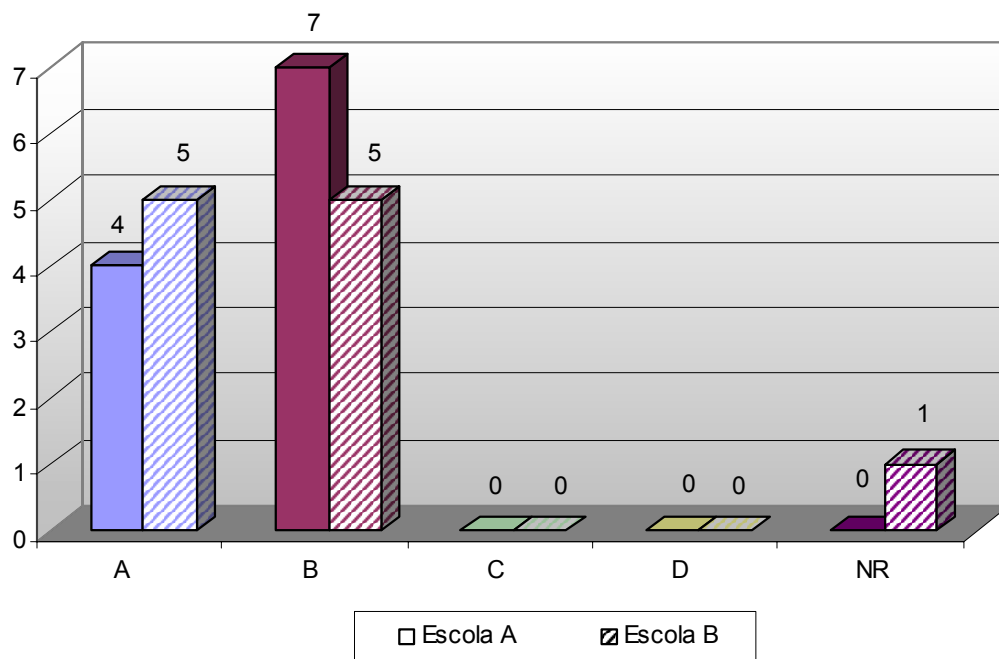


Figura 19 - Participação futura em cursos de capacitação de docentes

RESPOSTAS (21) / N.º DE DOCENTES – 22 – (11+11)

A - SIM - JUSTIFICOU / 9 – (4 + 5)
 B - SIM - NÃO JUSTIFICOU / 12 (7 + 5)
 C - NÃO - JUSTIFICOU / 0 (0 + 0)
 D - NÃO - NÃO JUSTIFICOU / 0 (0 + 0)
 NR - NÃO RESPONDEU / 1 (0 + 1)

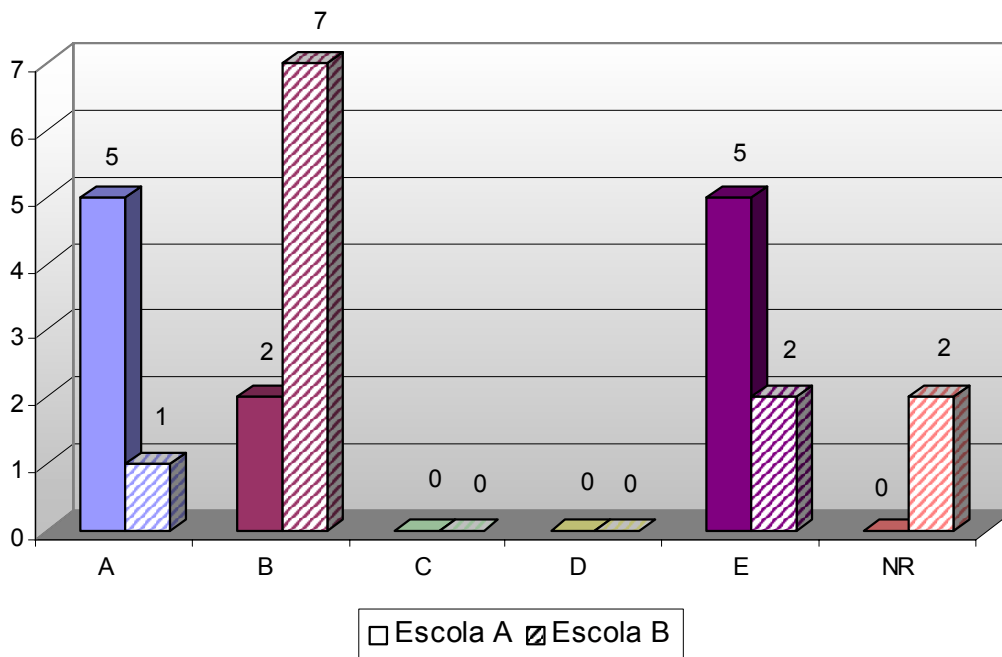


Figura 20 – Interferência da direção escolar na abordagem da sexualidade
RESPOSTAS (22)/N.º DE DOCENTE(S) – 22 (11+11)

A – NUNCA ABORDEI / 6 (5+1)
 B – ABORDEI COMO APOIO DA DIREÇÃO / 9 (2+7)
 C – ABORDEI E A ESCOLA FOI INDIFERENTE / 0 (0+0)
 D – ABORDEI, CONTRARIANDO A DIREÇÃO DA ESCOLA / 0 (0+0)
 E – ABORDEI POR INICIATIVA PRÓPRIA / 7 (5+2)
 NR – NÃO RESPONDEU / 2(0+2)

A grande maioria dos docentes revelou, em ambas as escolas, não ter participado em cursos específicos ao tema (8 em 15 e 7 em 15), embora desejasse que isto tivesse ocorrido ou viesse a ocorrer. Na escola B, a participação e o interesse em que ocorram periodicamente os cursos, revelou-se igual à escola A, embora tal ocorrência tenha sido ainda, baixa (3 em 10).

Dentre os docentes que desejam os cursos de capacitação (em ambas as escolas), surgem justificativas voltadas à importância e relevância do tema, sendo este referido como “atual e capaz de atrair os adolescentes”, ao “auxílio e segurança na abordagem da tema” e ainda, por ser considerado seu “conteúdo complexo em relação aos procedimentos pedagógicos”. Quando os docentes respondem negativamente ao oferecimento de cursos, revelam que restringem seu

interesse ao “horário de oferecimento dentro do período letivo” e ao tipo de abordagem relacionada à área de formação acadêmica. Somente, um dos docentes investigados ressaltou que dada a importância do tema, os cursos deveriam ser extensivos a todos os docentes.

Quando se investiga porque os docentes encontram dificuldades em tratar a sexualidade em suas aulas, verifica-se que a direção da escola B tem apoiado os docentes na abordagem da orientação sexual nas aulas (9 em 11), muito embora não o façam. Por outro lado, na escola A evidencia-se que mais da metade (7 em 11) dos docentes investigados, atuam orientando seus discentes na escola e que destes, a maioria o faz por iniciativa própria (5 em 11).

Esses dados apontam para o questionamento que surge destas informações em relação a outras, as quais evidenciam a referência dos docentes da escola B à aptidão para ensinar sexualidade na escola. Por que estes docentes não abordam a orientação sexual em suas aulas ou não se propõem a realizar programas de orientação sexual na escola, se os mesmos revelam o apoio da direção e a formação para ensinar?

E como os docentes da escola A, que dizem não ter formação suficiente ou não se sentem aptos para o ensino, já empreenderam intervenções sobre orientação sexual, por iniciativa própria?

A entrevista com os docentes propôs a investigação do conhecimento destes sobre a abordagem de temas relacionados à orientação sexual e à orientação dos PCNs (BRASIL,1997a) sobre como se deve tratar a sexualidade na escola. As respostas revelam que 3 dos 5 docentes apenas leram as orientações dos PCNs (BRASIL,1997a), enquanto os outros dois referiram desconhecer tais referências.

Dentre as expressões dos docentes sobre o que entenderam da orientação sexual proposta pelos PCNs (BRASIL,1977a), estão citações como: “formas de manifestação sexual”, “tudo está a flor da pele, em virtude dos hormônios” ou ainda, referências sobre os aspectos biológicos e atuação interdisciplinar.

A análise pormenorizada destes comentários, indica que os docentes da escola B ao referirem aptidão para orientar seus discentes sobre a sexualidade humana, e ao mesmo tempo, revelarem não ter conhecimento

pedagógico para tal orientação, devem relacionar essa aptidão para ensinar, ao conteúdo que dispõem sobre a sexualidade.

Para Fagundes (1992), os educadores devem estar atentos à adequação da programação, conteúdos e abordagens ao desenvolverem a orientação sexual, para que suas intervenções não se transformem em “aulas de sexo”, estimulando-se assim às práticas sexuais.

Para o autor, a metodologia deve permitir uma discussão aberta, ações educativas nas quais ocorram troca de informações e de idéias, sem que sejam geradas inibições e até repressões, as quais venham interferir na construção de seus próprios padrões pelos alunos.

As dificuldades referidas pelos docentes na abordagem da orientação sexual na escola, foram relacionadas por Werebe (1998), como cuidados que os educadores devem ter, tornando bem definidos e claros seus objetivos e proposta pedagógica.

Um aspecto importante relaciona-se às informações contraditórias sobre a participação em cursos, à necessidade de continuar participando, aliadas à referida aptidão para ensinar sexualidade e ainda, ao apoio da direção escolar no sentido da realização de programas pelos docentes. Tal análise parece encaminhar para a idéia de que falta motivação para os docentes.

Por outro lado, fica claro que a necessidade e a vontade dos docentes em participar e continuar participando periodicamente de cursos de capacitação. Essa percepção foi apontada por Neves (1997), ao se referir aos educadores como elementos que em contato com os adolescentes, acabam reavaliando suas condições e posturas para a orientação sexual, o que para o autor, deve implicar na capacitação e reciclagem desses educadores.

A figura 21 apresenta os temas e a ocorrência de diálogos dos genitores dos genitores com seus filhos e filhas.

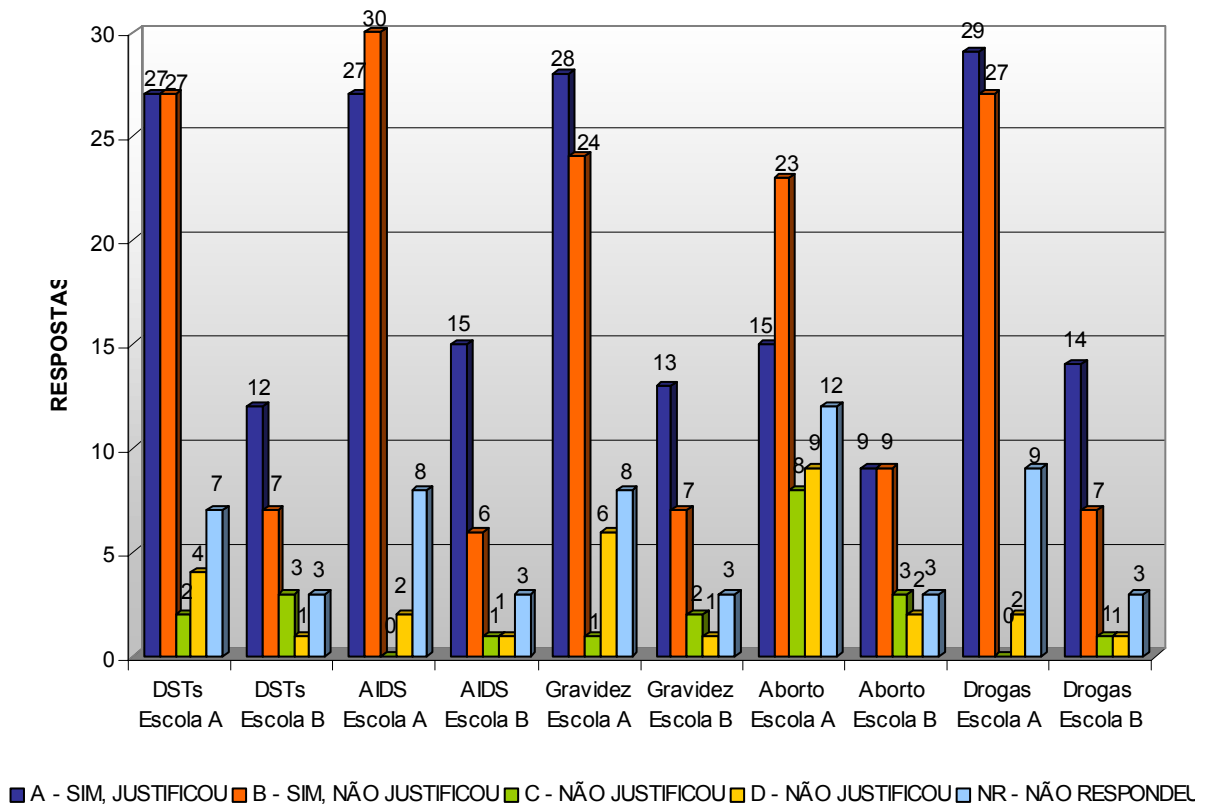


Figura 21 – Diálogos dos genitores com os filhos e filhas sobre temas ligados à sexualidade.

A observação dos dados mostrados pela figura 21 revela que os genitores da escola A, conversam mais com seus filhos e filhas, tratando de temas como DSTs, AIDS, gravidez precoce, aborto e drogas, além de vários assuntos relacionados com a sexualidade. Esse diálogo mostra-se mais amplo, no que diz respeito aos temas como drogas, DSTs, AIDS e ainda gravidez precoce, ressaltando-se como tema menos explorado, o aborto.

As justificativas foram mais constantes nas respostas dos genitores da escola A, mas em ambas as escolas prevaleceram considerações ligadas à orientação, conhecimento e prevenção referentes aos temas abordados.

Esses resultados que apontam para a possibilidade de diálogo entre pais, mãe e filhos (as) conduz à informação de que ao procurar pelos seus genitores, os filhos (as) obteriam respostas no sentido de serem esclarecidos quanto aos

temas apontados. Os valores obtidos para as respostas afirmativas sobre a orientação dos genitores, tanto na escola A (51 em 64), quanto na escola B (20 em 23), parecem expressar o interesse desses genitores na orientação sexual de seus filhos e filhas.

As justificativas das mães em relação aos temas mais abordados com seus filhos, destacam sempre a prevenção como eixo de diálogo, “prevenção e cuidado”, “ter um filho bem informado”, “criar consciência”, “criar responsabilidade” e “prevenção e cidadania”, sendo que em relação ao uso de drogas, é focado também a prevenção com a conotação orientada no sentido de vício e da destruição, “para não destruir sua vida e da família”, “se evitar loucuras”, “por ser um elemento destruidor”, “ pelas dificuldades em abandoná-las”, “por ver nas drogas 2 caminhos: prisão e morte”. Pode ser notado também, que as justificativas apresentadas pelas mães demonstram preocupação com os aspectos e sintomas das doenças, objetivando sua prevenção, enquanto os pais usam de suas consequências negativas da ocorrência dessas doenças para embasar seus diálogos.

Dentre as justificativas indicadas pelas mães da escola B, podem ser destacadas: a preocupação com a instrução sobre o aborto, alertando para “ uma atitude criminosa, covarde, que se constitui em pecado” , relação entre a falta de maturidade e da idade inadequada como aspectos negativos da gravidez precoce.

A figura 14, ao expressar o que os genitores pensam sobre o papel da escola na orientação sexual de seus filhos (as), possibilita também a percepção de que os genitores são favoráveis ao desenvolvimento de programas de orientação sexual na escola.

A figura 15 além de expressar a colaboração dos genitores com a orientação sexual na escola, também evidencia através de seus resultados, que os pais sentem a necessidade de serem incluídos, juntamente com os seus filhos nos programas de orientação sexual na escola.

Em relação ao diálogo, a literatura aponta que os próprios adolescentes referem como obstáculos, as informações insuficientes de seus pais, as reações negativas diante de cenas de sexo na TV e, como reflexos, a falta de abertura para se tratar da sexualidade (JESUS et al, 1997. e VITIELLO & CONCEIÇÃO, 1988). Esses jovens revelam também, constrangimento em iniciar conversas sobre sexualidade, além de perceberem o despreparo de seus pais (LISKIN et al.,1987; MARTINEZ, 1998 e DIAS, 1999).

Embora Santos (2000), tenha apontado a dificuldade dos pais em dialogar de forma clara com seus filhos, Ribeiro (1998) descreve que a ocorrência de diálogo entre pais e filhos, sobre problemas sexuais pode levar ao adiamento da atividade sexual, menor probabilidade de gravidez, maior facilidade na aquisição de comportamentos preventivos, como o controle da natalidade, além do surgimento de uma positiva auto-estima.

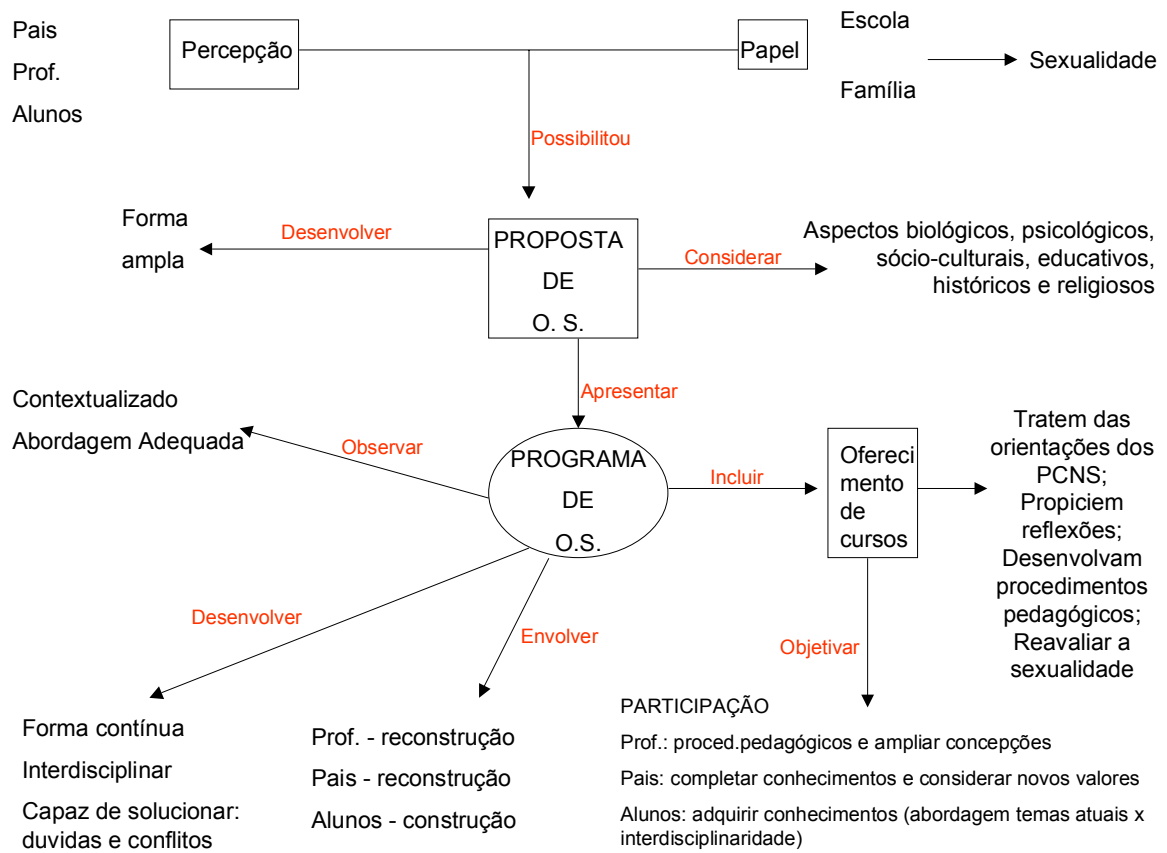
- Discentes

Ao serem entrevistados sobre a possibilidade de participação em um programa de Orientação Sexual na escola, os discentes responderam afirmativamente em sua totalidade, embora ressaltando que participariam sem os pais, apontando como dificuldades: “vergonha”, “falta de diálogo” e “pais separados”. Esses discentes expressaram ainda a impossibilidade de contar com a participação de seus pais e mães, sendo possível apenas uma pequena participação dessas últimas.

Por outro lado, quando referido se os discentes gostariam que fosse desenvolvido de forma contínua na escola um programa de orientação sexual, todos responderam afirmativamente, propondo que este programa se iniciasse a partir da 5ª série do ensino fundamental, justificando suas respostas com as seguintes expressões: “acho que seria bom, porque eles não são mais virgens”, “para poder ensinar os jovens” a se proteger contra certas doenças como AIDS e não engravidar”, “porque os jovens têm muitas dúvidas e o assunto desperta curiosidade”, “gostaria que tivesse um programa semanal, porque a gente iria aprender mais”.

Os discentes fizeram referência também sobre quem deveria desenvolver esse programa, sendo que metade da amostra indicou todos os docentes, enquanto outra metade privilegiou os docentes de Ciências e Biologia. Aproximadamente, metade dos discentes referiu também, a participação de psicólogos e médicos no programa, além de salientarem como temas a serem abordados os mesmos assuntos referidos por seus genitores e docentes.

Ao final do presente estudo, pode-se a partir dos resultados obtidos e considerando-se as discussões traçadas, apresentar uma proposta de orientação sexual a ser desenvolvida na escola com docentes, discentes e genitores, conforme quadro a seguir.



IV - CONCLUSÕES

Ao se investigar a percepção dos docentes, discentes e genitores sobre a sexualidade humana e o papel da escola na orientação sexual de seus alunos e alunas, foi possibilitada uma proposta de intervenção no ensino fundamental, que considera os aspectos abordados pelos 3 segmentos pesquisados e pela literatura especializada

Uma proposta de orientação sexual deve considerar todos os aspectos envolvidos na sexualidade humana: biológicos, psicológicos, sociológicos, culturais, educativos, históricos e religiosos.

Em um programa de orientação sexual deve-se levar em conta as características de seus integrantes, de forma a possibilitar a abordagem adequada e específica dos temas a serem desenvolvidos.

A elaboração de um programa de orientação sexual na escola precisa contemplar a reflexão dos 3 segmentos envolvidos, docentes, discentes e genitores no sentido de proporcionar aos docentes, a reconstrução de sua sexualidade, colaborando na sua atuação como elemento de formação; aos jovens, as concepções e informações necessárias ao desenvolvimento sociocultural de sua sexualidade, possibilitando que os mesmos sejam capazes de elaborar sua própria conduta e descobrir suas capacidades e ainda, permitir aos genitores, a ampliação dos conhecimentos em direção à diversidade de valores existentes na sociedade, constituindo-os elementos colaboradores com a escola.

A orientação sexual deve ser tratada de forma contínua e interdisciplinar, de modo a acompanhar todas as etapas do desenvolvimento da

sexualidade dos alunos e alunas em seu ambiente escolar, bem como tentar solucionar as dúvidas e conflitos apresentados por eles.

Apesar dos docentes, discentes e genitores reconhecerem a necessidade do oferecimento da orientação sexual na escola e ainda, ter sido referido pelos docentes, a intenção de participação em cursos, o desejo dos discentes para que seja realizado na escola um programa que trate de assuntos relacionados à sexualidade e a referência à escola por parte dos genitores, que a escola é um local adequado para tratar das questões relacionadas à sexualidade, ainda assim, o oferecimento desse tipo de programa não é realizado com frequência.

Dentre as dificuldades apontadas pelos docentes no desenvolvimento de uma proposta de orientação sexual encontram-se a ausência de conhecimento dos procedimentos pedagógicos e das orientações propostas pelos PCNs (BRASIL, 1997a).

Na orientação sexual deve ser considerada a abordagem de temas atuais que reflitam a realidade vivenciada pelo discente, a necessidade de complementação do conhecimento dos genitores e que propiciem a reflexão dos docentes, principalmente no que diz respeito aos procedimentos pedagógicos, de forma a colaborar no desenvolvimento e na redefinição da sexualidade dos envolvidos.

V - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS* (NOVAS) – mexido em 1/2/03

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação. Referências. Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2000.

ABERASTURY, A. **La adolescência normal**. Buenos Aires: Paidós, 1971.

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência normal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.

AQUINO, J. G. **Sexualidade na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997.

ARANHA, M. L. A; MARTINS, M. H. P. **Filosofando**: introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 1987.

ARRUDA, A. Sexualidade e informação: recado dos jovens paraibanos. In: PAIVA, V. (Org.). **Em tempos de AIDS**. São Paulo: Sumus, 1992. p. 139-144.

BEHLE, et al. Experiência do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas na assistência multidisciplinar integralizada ao trinômio mãe adolescente - filho - companheiro. **Revista Cient.**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 71-3, 1985.

BERGER, I. Adolescência, valorização da vida. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SEXUALIDADE HUMANA, 3, 1991, **Anais...** 1991.

BERNARDI, M. **A deseducação sexual**. São Paulo: Summus, 1985.

BRASIL ?. Ministério da Saúde. Secretaria de Projetos Especiais de Saúde. Coordenação Nacional de DST e Aids. **Manual do multiplicador**: adolescente. Brasília, 1997.

BRASIL.? Secretaria da Educação Fundamental . **Parâmetros curriculares nacionais**: apresentação dos temas transversais, ética. Brasília: MEC, SEF, 1997. 436 p.

BRASIL. ? Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: ciências naturais. Brasília: MEC, SEF, 1997.

BRUNO, Z.V. Por que é tão difícil implantar educação sexual nas escolas. **Rev. Bras. de Sex. Hum.**, São Paulo, v.5, n.1,1994.

BRUNS, M. A. T. Educação sexual numa visão mais abrangente. **Rev. Bras. Sex. Hum.**, São Paulo, v. 6, n. 1, 1995.

BUENO, S. M. V. Pesquisa - ação com delegados de ensino sobre sexualidade, DSTs, Aids e drogas. **J. Bras. Doenças Sex. Trans.** v. 9, n. 3, p. 16-28, 1997.

CABRAL, J. T. **A sexualidade no mundo ocidental**. Campinas: Papyrus, 1995.

CANO, M.A.T.; FERRIANI, M.G.C. , MUNARI, D. B. O trabalho das enfermeiras junto à pais de adolescentes através da atividade grupal. **Rev. Bras. Sex. Hum.**, São Paulo, v. 6, n. 1, 1995.

CANO, M. A. T.; FERRIANI, M. G. C. Sexualidade na adolescência: um estudo bibliográfico. **Rev. Latino Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 2, p.18-24, 2000.

CARIDADE, A. (Con)tato e diálogo na educação sexual. **Revista Sexus**, Rio de Janeiro, n.2, p. 12-13, 1990.

CAVALCANTI, R. D. C. Adolescência. In: COMISSÃO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A ADOLESCÊNCIA. **Adolescência hoje**. São Paulo: Roca, 1988. p. 5-27

CATONNÉ, J.P. **A sexualidade, ontem e hoje**. São Paulo: Cortez, 2001.

CHAUÍ, M. **Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CONCEIÇÃO, I. S. C. Educação Sexual. In: COMISSÃO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A ADOLESCÊNCIA. **Adolescência hoje**. São Paulo: Roca, 1988. p. 71-76.

COSTA, M. **Sexualidade na adolescência: dilemas e crescimento**. São Paulo: L&PM, 1986

DESAULNIERS, M. P. **Pedagogie de l'éducation sexuelle**. Montreal: Agence d'Arc, 1990.

DIAS, A. C. G. **Conversas sobre sexualidade no ambiente familiar: a perspectiva de gestante adolescente e seus pais**. Porto Alegre, 1998. Dissertação - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

DIAS, A. C. G. Conversas sobre sexualidade na família e gravidez na adolescência: a percepção dos pais. **Estud. Psicol.**, Natal, v. 4, n. 1, 1999.

DIAS, T. J. Prevenção em sexualidade na adolescência. **O mundo da saúde**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 75-80, 1997.

DORIN, L. O desenvolvimento sexual. **Psicologia da criança**. Rio de Janeiro: Ed. do Brasil, 1978.

EGYPTO, A.C. et al. Papéis sexuais. In: BARROSO, C. B. C. **Sexo e juventude: como discutir a sexualidade em casa e na escola**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

FAGUNDES, T. C. P. C. Educação sexual: prós e contras. **Rev. Bras. de Sex. Hum.**, São Paulo, v. 3, n. 2, 1992.

FERRIANI, M. G. C. et al. Opinião dos escolares sobre a realização de grupos de discussão. **Rev. Bras. Sex. Hum.**, São Paulo, v. 5, n. 2, 1994.

FIGUEIRÓ, M. **Educação sexual no Brasil. Estado de Arte de 1980 a 1993.** Dissertação (Mestrado) São Paulo, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995

FIGUEIRÓ, M.N.D. A produção teórica no Brasil sobre Educação Sexual. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.98, 1996

FLEURY, D. Gravidez na adolescência: difícil enfrentar essa barra. **Revista Crescer**, n.18, p. 18-22, 1995.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões.** Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. **História da sexualidade III: o cuidado de si.** Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREUD, S. **Cinco lições de psicanálise; A história do movimento psicanalítico; O futuro de uma ilusão; O mal estar na civilização; Esboço de psicanálise.** São Paulo: Abril Cultural, 1978.

GHERPELLI, M.H.B. Direito ou renúncia à sexualidade?. Uma experiência de orientação sexual com jovens limítrofes. **Rev. Bras. de Sex. Hum.**, São Paulo, v. 3, n. 2, 1992.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas.** 2. ed. São Paulo: UNESP, 1993.

GOUVEIA, M. H. A influência dos meios de comunicação no desenvolvimento da sexualidade. **Rev. Bras. Sex. Hum.**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 31-4, 1990.

JESUS, M. C. P. et al. A educação sexual realizada na família e na escola: opinião de escolares adolescentes. **Rev. Bras. Sex. Hum.**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 133, 1997.

LIBÂNIO, J.B. **A volta à grande disciplina.** São Paulo: Loyola, 1983.

LISKIN, L. et al. A juventude na década de 1980, problemas sociais e de saúde. **Population Reports Series M, Special Topics**, Baltimore, v. 9, p. 1-44, nov/dez. 1987.

LOPES, G.; MAIA, M. Desinformação sexual entre gestantes adolescentes de baixa renda. **Revista de Sexologia**, v. 2, n. 1, p. 30-3, 1993.

LUDKE, M.; MARLI, E. D. **A pesquisa em educação: abordagem qualitativa**. São Paulo: EPU, 1986.

KNOBEL, M. **Orientação familiar**. Campinas: Papyrus, 1992.

MAIA FILHO, N. L. et al. Gravidez entre adolescentes precoce. **J. Bras. Ginecol.**, v. 104, n. 10, p. 363-7, out. 1994.

MANDU, E.; NEI, T. C.; AUREA, C. P. Conhecimentos, valores e vivência de adolescentes acerca das doenças de transmissão sexual e AIDS. **Rev. Bras. Crescimento Desenvolv. Hum.**, v. 10, n. 11, p. 74-90, 2000.

MARTINEZ, M. C. W. **Adolescência - sexualidade – AIDS: na família e no espaço escolar contemporâneo**. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

MELO, M. O fio da navalha. In: KUPSTAS, M. et al. **Comportamento sexual em debate**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Rio de Janeiro: F. Bastos, 1971.

MOTA, M. V. S. A sexualidade silenciada na escola: implicações da orientação sexual subjacente no cotidiano escolar. **Rev. Bras. Sex. Hum.**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 187, 1996.

NASCIMENTO, M. J. C. ; ROMERA, M. L. C. Sexualidade, psiquismo e a educação sexual entre pais e filhos adolescentes. **Rev. Bras. Sex. Hum.**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 237, 1999

NEVES, F. R. A. L. Sexualidade humana, uma abordagem pedagógica. **Rev. Bras. Sex. Hum.**, São Paulo, v. 8, n. 1, 1997

NUNES, C. A. **Desvendando a sexualidade**. Campinas: Papyrus, 1997.

OKAWARA. H. Educação sexual. In: HALBE, H. W. **Tratado de ginecologia**. 2. ed. São Paulo: Roca, 1993. cap. 19, p. 112-26.

OKAWARA, H.; SAWAYA, R. B. **Amar: a realidade da vida sexual**. São Paulo: Abril Cultural, 1995.

PATRÍCIO, Z. M. et al. **Cuidando da saúde da criança-adolescente-família com a comunidade**. Projeto pesquisa-extensão do Departamento de Enfermagem e de Extensão da UFSC. Florianópolis, 1990.

PINTO, E. B. Orientação sexual na escola: a importância da psicopedagogia nessa nova realidade. São Paulo: Gente, 1999

POLI, M. Adolescência: aconselhamento anticonceptivo. **Reprod. Clim.**, Ribeirão Preto, v. 11, p. 21-24, 1996.

RIBEIRO, P.R. M. **Educação sexual além da informação**. São Paulo: EPU, 1990.

RIBEIRO, M. A comunicação familiar e prevenção DSTs/AIDS entre adolescentes. **J. Bras. Doenças Sex. Transm.**, v. 10, n.1, p. 5-9, 1998.

RIVITTI, E. A. Doenças sexualmente transmissíveis: prefácio. In: BELDA JÚNIOR, W. São Paulo: Atheneu, 1999. p. 11-13

SALES, J. M. Os pais dos adolescentes. In: VITIELLO, N. et al. **Adolescência hoje**. São Paulo: Roca, 1988. p. 29-34

SANTOS, C.; BRUNS, M.A.T. **A educação sexual pede espaço: novos horizontes para a praxis pedagógica**. São Paulo: Ômega, 2000.

SAVIANI, D. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. São Paulo: Cortez, 1989.

SAYÃO, R. Saber o sexo? Os problemas da informação sexual e o papel da escola. In: AQUINO, J.G. (Org.). **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1997.

SCHIAVO, M. et al. Erotismo, sexualidade e relações de gênero na programação infantil das emissoras de TV. **Scientia Sexualis**, Rio de Janeiro, n. 3, 1997.

SHALL, V. T.; STRUCHINER, M. Educação no contexto da epidemia de HIV/AIDS: teorias e tendências pedagógicas. In: CZERESNIA, D.; SANTOS, E. M. dos; BARBOSA, R.H.S; MONTEIRO, S. **AIDS: pesquisa social e educação**. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 84-105.

STRECK, V. S. **Sexualidade hoje**. São Paulo: Sidonal, 1989.

SUPLICY, M. **Conversando sobre sexo**. São Paulo: Petrópolis, 1991.

_____ Educação e orientação sexual. In: RIBEIRO, M. **Educação sexual: novas idéias, novas conquistas**. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1993.

SUPLICY, M. et al. **Guia de orientação sexual: diretrizes e metodologia da pré-escola ao 2º grau**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

_____ Sexo se aprende na escola. São Paulo: Olho D'Água, 1995

TELAROLLI, J. R. **Comportamento sexual em debate**. São Paulo: Moderna, 1997.

TIBA, I. **Puberdade e adolescência: desenvolvimento biopsico-emocional**. 3.ed. São Paulo: Agora, 1986.

_____ **Adolescência: o despertar do sexo**. São Paulo: Gente, 1994.

TOLOSA, M. Adolescência e ideologia. In: VITIELLO, N. et al. **Adolescência hoje**. São Paulo: Roca, 1988. p. 35-37.

TRINDADE, E.; BRUNS, M.A. T. **Adolescentes e paternidade**: um estudo fenomenológico. Ribeirão Preto: Holos, 1999.

VAZ, J.M. et al. **Educação sexual na escola**. Universidade Aberta, Lisboa, 1996

VITIELLO, N.; CONCEIÇÃO, I. S. C. Aceitação da vida sexual de filhas adolescentes solteiras : um estudo comparativo. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, Rio de Janeiro, v.10, n.7, 1988.

VITIELLO, n. Outra vez a Educação Sexual. **Boletim Informativo da Sociedade Brasileira de Sexualidade Humana**, São Paulo, 1992.

VITIELLO, N. et. al. Os meios de comunicação e a sexualidade. **Rev. Bras. Sex. Hum.**, São Paulo, v. 4, n. 1, p.15-23, 1993.

VITIELLO, N. **Reprodução e Sexualidade: um manual para educadores**. São Paulo: CEICH, 236 p.1994.

VITIELLO, N. Reprodução e sexualidade. **Rev. Bras. Sex. Hum.**, São Paulo, v.6, n.1, p. 15-28, 1995.

WEREBE, M. J. G. **Sexualidade, política e educação**. Campinas: Autores Associados, 1998.

ZORDAN; SCHMIDT. Percepção dos pais acerca da sexualidade dos filhos na adolescência. **Rev. Bras. Sex. Hum.**, São Paulo, v.7, n.2, p.196-212, 1996.

VI – ANEXOS

QUESTÕES SOBRE A SEXUALIDADE HUMANA APLICADAS AOS DOCENTES. - (ANEXO I)

PROFESSOR: ANTONIO MIGUEL GARCIA

NOME DO DOCENTE:.....

IDADE:..... **TEMPO DE MAGISTÉRIO:**.....

NOME DA U.E ONDE LECIONA:.....

SÉRIES QUE MINISTRA AULAS

DATA:/...../ 2001

1 – QUAL O SEU CONCEITO SOBRE A SEXUALIDADE HUMANA ?

2 - VOCÊ SE SENTE APTO PARA ENSINAR SEXUALIDADE ? RESPONDA EM RELAÇÃO :

1º - SUA FORMAÇÃO

2º - CONDIÇÕES DA ESCOLA

3º - MEIOS DE ENSINO

4º - MATERIAL DE APOIO

3 - VOCÊ TEM CONHECIMENTO PEDAGÓGICO DO CONTEÚDO (CONHECIMENTO DE COMO ENSINAR SEXUALIDADE)?

4 – VOCÊ ACHA IMPORTANTE ABORDAR O TEMA SEXUALIDADE HUMANA, EM SUAS AULAS ? POR QUÊ

A) () SIM, TRATO ABORDANDO ASPECTOS LIGADOS A MINHA FORMAÇÃO

B) () PORQUE É UM TEMA PRESCRITO PELOS PCNs PARA SER TRATADO TRANSVERSALMENTE

C) () NÃO TRATO DO TEMA SEXUALIDADE PORQUE ACHO COMPLEXO PARA SER ABORDADO EM TODOS OS SEUS ASPECTOS.

D) () NÃO TRATO PORQUE ACHO QUE ESSE ASSUNTO ENVOLVE TEMAS (GRAVIDEZ, DSTs, ABORTO, ETC) QUE DEVERIAM SER DISCUTIDOS POR PSICÓLOGAS

E) () ACHO TÃO IMPORTANTE QUE DEVERIA SER TRATADO POR PROFISSIONAIS QUE CONHEÇAM OS ASPECTOS FISIOLÓGICOS, AFETIVOS E SÓCIO-CULTURAIS DO TEMA

5 - ASSINALE TODAS AS ALTERNATIVAS NUMERICAMENTE, POR ORDEM CRESCENTE DE PREFERÊNCIA, DE SEUS ALUNOS, EM RELAÇÃO AOS SEGUINTE TEMAS:

- () GRAVIDEZ
- () DST.
- () AIDS
- () ABORTO
- () DROGAS
- () HOMOSSEXUALIDADE
- () MÉTODOS ANTICONCEPCIONAIS

6 - VOCÊ JÁ TEVE PROBLEMAS COM FAMILIARES DE SEUS ALUNOS, OS QUAIS QUESTIONARAM SUAS AULAS NA OPORTUNIDADE EM QUE VOCÊ ABORDOU ASSUNTOS RELACIONADOS COM A SEXUALIDADE HUMANA ?

POR FAVOR, RELATE.

7 - PARA VOCÊ A SEXUALIDADE HUMANA EXPRESSA:

- A) () O RELACIONAMENTO SEXUAL EXISTENTE ENTRE SERES HUMANOS
- B) () UM COMPORTAMENTO QUE INCLUE ATITUDES DO FÍSICO, EMOCIONAIS E SÓCIO-CULTURAIS.
- C) () O RELACIONAMENTO SEXUAL EXISTENTE ENTRE SERES HUMANOS DE SEXOS DIFERENTES
- D) () A NECESSIDADE DO INDIVÍDUO RELACIONADA ÀTRAÇÃO FÍSICA
- E) () UMA FASE DE NOSSA VIDA

8- A DIREÇÃO DE SUA ESCOLA INTERFERIU, FACILITOU, BLOQUEOU OU MANTEVE-SE INDIFERENTE, QUANDO VOCÊ ABORDEU O TEMA SEXUALIDADE HUMANA EM SALA DE AULA?

- A) NUNCA ABORDEI
- B) ABORDEI COM O APÓIO DA DIREÇÃO
- C) ABORDEI E A ESCOLA FOI INDIFERENTE
- D) ABORDEI, CONTRARIANDO A DIREÇÃO DA ESCOLA
- E) ABORDEI POR INICIATIVA PRÓPRIA

9 - VOCÊ JÁ PARTICIPOU DE ALGUM CURSO (DE DURAÇÃO VARIÁVEL) EM QUE TIVESSE SIDO DESENVOLVIDO O TEMA SEXUALIDADE HUMANA.

- A) PARTICIPEI E ACREDITO QUE DEVO PERIODICAMENTE PARTICIPAR
- B) PARTICIPEI DE CURSOS, E ME SINTO PREPARADO (A)
- C) PARTICIPEI E NÃO ME SINTO PREPARADO(A)
- D) NUNCA PARTICIPEI, MAS DESEJO PARTICIPAR
- E) NUNCA PARTICIPEI E ME SINTO PREPARADO(A)

10 - VOCÊ ACHA QUE SERIA DE INTERESSE GERAL (ALUNOS, ESCOLA, DIRETORIA DE ENSINO, SECRETARIA DA EDUCAÇÃO), A REALIZAÇÃO PERIÓDICA DE CURSOS QUE REALMENTE CONDUZAM A UM CONHECIMENTO DA SEXUALIDADE, PREPARANDO O PROFESSOR PARA A PRÁTICA SOCIAL ?

11 - DE ACORDO COM OS PCNs A ABORDAGEM DA SEXUALIDADE NO ENSINO MÉDIO, DEVE-SE AOS SEGUINTE FATOS:

1 - A ADOLESCÊNCIA É UMA FASE BASTANTE ADEQUADA, POR TRATAR-SE DE UMA ÉPOCA DE MUDANÇAS FÍSICAS, AFETIVAS E PSICOLÓGICAS;

2 - NESTA ÉPOCA DE NOVAS DESCOBERTAS, O CONHECIMENTO DE IMPORTANTES MEDIDAS PREVENTIVAS FAZ-SE NECESSÁRIO;

3 - E MUDANÇAS DE COMPORTAMENTO PODEM, PORTANTO, ACONTECER.

QUAL A SUA OPINIÃO A RESPEITO DO QUE FOI PROPOSTO PELOS PCNs:

VOCÊ CONCORDA, DISCORDA, PROPÕE ALGO MAIS. JUSTIFIQUE, POR FAVOR.

QUESTÕES SOBRE A SEXUALIDADE HUMANA APLICADAS**AOS DISCENTES DA 8ª SÉRIE. – (ANEXO II)****DOCENTE: ANTONIO MIGUEL GARCIA****NOME DO DISCENTE:****SÉRIE:IDADE: SEXO: RELIGIÃO:****UNIDADE ESCOLAR (UE):..... BAIRRO:****DATA:...../...../..2001****1 - COMO VOCÊ ENTENDE A SEXUALIDADE HUMANA:**

- A) () O RELACIONAMENTO SEXUAL EXISTENTE ENTRE SERES HUMANOS.
- B) () O RELACIONAMENTO SEXUAL EXISTENTE ENTRE SERES HUMANOS DE SEXOS DIFERENTES.
- C) () AS CARACTERÍSTICAS SEXUAIS DO FÍSICO MANIFESTADAS PELOS HOMENS E MULHERES.
- D) () AS CARACTERÍSTICAS SEXUAIS DO FÍSICO ACOMPANHADAS DE MANIFESTAÇÕES AFETIVO-EMOCIONAIS.
- E) () COMPORTAMENTO SEXUAL EXPRESSO PELAS CARACTERÍSTICAS DO FÍSICO, EMOCIONAIS E DO MEIO SOCIAL.

2 - VOCÊ DISCUTE SOBRE A SEXUALIDADE COM OS SEUS GENITORES E FAMILIARES:

- A) () CONVERSO A QUALQUER MOMENTO COM OS MEUS PAIS
- B) () CONVERSO SOMENTE QUANDO PRECISO COM OS MEUS PAIS
- C) () EM QUALQUER SITUAÇÃO OU CIRCUNSTÂNCIA, JAMAIS CONVERSO COM OS MEUS PAIS
- D) () CONVERSO EM QUALQUER SITUAÇÃO COM OUTROS FAMILIARES (IRMÃOS, IRMÃS, TIOS, TIAS, PRIMOS, PRIMAS, ETC)
- E) () NUNCA FALO SOBRE SEXUALIDADE.

3 - VOCÊ DISCUTE A SEXUALIDADE HUMANA COM OS SEUS AMIGOS ?

- A) () CONSTANTEMENTE TENHO DIÁLOGO COM OS MEUS AMIGOS.
- B) () MANTENHO DIÁLOGO SOBRE O ASSUNTO, SOMENTE QUANDO PRECISO
- C) () RARAMENTE TENHO CONVERSADO SOBRE O ASSUNTO
- D) () É O ASSUNTO PREFERIDO TRATADO POR NÓS
- E) () JAMAIS CONVERSO EM RODAS DE AMIGOS SOBRE A SEXUALIDADE HUMANA.

4 - PARA VOCÊ, DSTs SÃO:

- A) NÃO SEI, POIS JAMAIS OUVI FALAR
- B) NOVOS MÉTODOS ANTICONCEPCIONAIS
- C) DOENÇAS LIGADAS AO RELACIONAMENTO SEXUAL..
- D) TRATAMENTOS PARA DOENÇAS ADQUIRIDAS NO RELACIONAMENTO SEXUAL.
- E) NOVOS MÉTODOS DE TRATAMENTO PARA AIDS.

5 - VOCÊ SABE O QUE É AIDS (OU SIDA)?

- A) UM DESVIO DA SEXUALIDADE HUMANA
- B) JÁ OUVI FALAR DE AIDS, PORÉM NÃO SEI DO QUE SE TRATA
- C) EU SEI, MAS NÃO SABERIA EXPLICAR O QUE É.
- D) É UM TIPO DE DOENÇA TRANSMISSÍVEL, MAS NÃO SEI COMO ME PREVENIR.
- E) TRATA-SE DE UMA DOENÇA SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEL, CAPAZ DE LEVAR À MORTE.

6 - VOCÊ TEM CONSCIÊNCIA DOS PROBLEMAS SURTIDOS DE UMA GRAVIDEZ PRECOCE ? JUSTIFIQUE A SUA RESPOSTA.

**7 - VOCÊ DISCUTE ABERTAMENTE EM FAMÍLIA (COM OS SEUS GENITORES PRINCIPALMENTE), TEMAS COMO: AIDS, DSTs, SEXUALIDADE, VIRGINDADE, GRAVIDEZ PRECOCE, ABORTO, DROGAS , etc ? QUAL(IS) DELES ?
POR FAVOR, JUSTIFIQUE A SUA RESPOSTA**

**8 - VOCÊ DISCUTE ABERTAMENTE COM PESSOAS FORA DE SUA FAMÍLIA, TEMAS COMO: AIDS, DSTs, SEXUALIDADE, VIRGINDADE, GRAVIDEZ PRECOCE, ABORTO, DROGAS, ETC? QUAL(IS) DELES ?
POR FAVOR, JUSTIFIQUE A SUA RESPOSTA**

9- SE O SEU PROFESSOR , FIZESSE A PROPOSTA: CONVIDAR E TRAZER OS SEUS GENITORES PARA UMA AULA ESPECIAL NA ESCOLA, QUE TRATASSE, ABERTAMENTE, DOS ASSUNTOS ACIMA CITADOS (PERGUNTA nº 7), VOCÊ PARTICIPARIA DESTA AULA, JUNTAMENTE COM OS SEUS GENITORES ?

- A) SIM
- B) NÃO
- C) CONVIDARIA, PORÉM NÃO PARTICIPARIA JUNTO COM OS MEUS PAIS.
- D) CONVIDARIA, PORÉM ACHO QUE APENAS A MINHA MÃE VIRIA
- E) CONVIDARIA, PORÉM ACHO QUE JAMAIS VIRIAM

10 - NA SUA OPINIÃO, DISCUTIR A SEXUALIDADE HUMANA, ENVOLVE ASPECTOS BIOLÓGICOS (ANATOMIA E FISIOLOGIA DO APARELHO REPRODUTOR HUMANO), PSÍQUICOS(EMOCIONAIS E COMPORTAMENTAIS) E SOCIO-CULTURAIS (RELACIONADOS AO MEIO SOCIAL)? JUSTIFIQUE.

11 - QUEM TEM ORIENTADO VOCÊ DE FORMA CORRETA EM RELAÇÃO À SUA SEXUALIDADE?

- A) () SEUS GENITORES
- B) () ALGUÉM DE SUA FAMÍLIA (MENOS OS GENITORES)
- C) () OS SEUS COLEGAS DE CLASSE DURANTE OS INTERVALOS DAS AULAS
- D) () OUTROS COLEGAS, FORA DA ESCOLA.
- E) () OUTRAS PESSOAS NAS ESQUINAS, CLUBES, LANCHONETES, DISCOTECAS, RODAS DE AMIGOS.

QUESTÕES SOBRE A SEXUALIDADE HUMANA APLICADAS AOS GENITORES DOS DISCENTES DAS 8^{as} SÉRIES. – (ANEXO III)**DOCENTE: ANTONIO MIGUEL GARCIA****NOME DO RESPONSÁVEL (PAI OU MÃE):****IDADE : SEXO: RELIGIÃO:****NATURALIDADE :..... ESTADO:..... PROFISSÃO:****DATA:/...../...2001****1 - PARA O(A) SENHOR(A) SEXUALIDADE HUMANA É:**

- A) () O RELACIONAMENTO SEXUAL QUE OCORRE ENTRE DOIS SERES HUMANOS INDEPENDENTE DO SEXO
- B) () O RELACIONAMENTO SEXUAL QUE OCORRE ENTRE UM HOMEM E UMA MULHER
- C) () O COMPORTAMENTO BASEADO NA ATRAÇÃO FÍSICA E NO RELACIONAMENTO SOCIAL
- D) () APENAS AS MANIFESTAÇÕES AFETIVAS-PSICOLÓGICAS E AS DO RELACIONAMENTO SOCIAL DE NOSSA SEXUALIDADE.
- E) () AS NOSSAS MANIFESTAÇÕES SEXUAIS BASEADAS NA ATRAÇÃO FÍSICA, NOS GESTOS AFETIVOS E NO RELACIONAMENTO SOCIAL.

2 – O(A) SENHOR (A) FALA CLARAMENTE SOBRE A SEXUALIDADE HUMANA OU ORIENTAÇÃO SEXUAL COM O SEU FILHO(A) (NOSSO ALUNO) EM SEU LAR?

- A) () FALO CONSTANTEMENTE COM O OBJETIVO DE INSTRUÍ-LO
- B) () FALO APENAS QUANDO SOU PROCURADO PELO MEU FILHO
- C) () FALO ÀS VEZES, QUANDO ALGUM ASSUNTO É EXPLORADO PELO RÁDIO, JORNAIS OU TELEVISÃO.
- D) () NUNCA FALO SOBRE SEXUALIDADE EM MINHA CASA
- E) () NÃO TENHO DIÁLOGO COM OS MEUS FILHOS SOBRE ESTE ASSUNTO, PORÉM GOSTARIA QUE O MESMO FOSSE TRATADO NAS SALA DE AULA, PELOS PROFESSORES.

3 - EM SUA RESIDÊNCIA EXISTE DIÁLOGO, ENTRE O(A) SENHOR (A) E O SEU FILHO(A) (NOSSO ALUNO) A RESPEITO DOS ASSUNTOS ABAIXO ENUMERADOS?**A) DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS (DST):**

SIM () NÃO () Por que?

B) AIDS (OU SIDA)

SIM () NÃO () Por que?

C) GRAVIDEZ PRECOCE NA DOLESCÊNCIA

SIM () NÃO () Por que ?

D) ABORTO

SIM () NÃO () Por que ?

E) PREVENÇÃO QUANTO AO USO DE DROGAS

SIM () NÃO () Por que ?

4 - SE O SEU FILHO (A) PROPUZER UM DIÁLOGO OU UMA DISCUSSÃO SOBRE GRAVIDEZ, ABORTO, AIDS, DSTs, MÉTODOS ANTICONCEPCIONAIS, O(A) SENHOR(A) IRIA:

A) () DIALOGAR COM ELE, PROCURANDO INSTRUÍ-LO

B) () IGNORAR O ASSUNTO, FAZENDO-SE DE " SURDO "

C) () MUDAR IMEDIATAMENTE DE ASSUNTO

D) () REPRIMÍ-LO PEDINDO A ELE (A) QUE NÃO TOCASSE MAIS NESTE ASSUNTO

E) () TER UMA OUTRA REAÇÃO DIFERENTE DAS CITADAS ACIMA

5 – O(A) SENHOR (A) CONCORDA OU DISCORDA QUE A ESCOLA VENHA A DISCUTIR NA SALA DE AULA COM O SEU FILHO(A), SOBRE A SEXUALIDADE HUMANA.

A) () SIM B) () NÃO

JUSTIFIQUE, POR FAVOR, A SUA RESPOSTA

6 – O(A) SENHOR(A), QUANDO ESTAVA NA ESCOLA (FAZENDO O ANTIGO PRIMÁRIO OU GINÁSIO), TEVE ALGUM TIPO DE AULA QUE FALASSE ABERTAMENTE SOBRE ORIENTAÇÃO SEXUAL, OU APENAS ESTE ASSUNTO FOI ESTUDADO PELO PROFESSOR DE CIÊNCIAS, QUANDO DEU AULA SOBRE O CORPO HUMANO ?

A) () SIM B) () NÃO

JUSTIFIQUE, POR FAVOR, A SUA RESPOSTA

7 – O(A) SENHOR(A) ESTARIA DISPOSTO(A) A COLABORAR COM A ESCOLA, E PARTICIPAR COM O PROFESSOR DE CIÊNCIAS DE UMA REUNIÃO COM OUTROS PAIS DE ALUNOS, ALUNOS E PROFESSORES, DESENVOLVENDO ATIVIDADES RELACIONADAS COM O TEMA SEXUALIDADE ?

A) () SIM B) () NÃO

JUSTIFIQUE A SUA RESPOSTA, POR FAVOR !

ENTREVISTA REALIZADA COM OS DOCENTES– (ANEXO IV)

DATA: 18, 19 E 20/11 /2002

LOCAL: EE “ ADA CARIANI AVALONE”

1 – O QUE VOCÊ ENTENDE POR SEXUALIDADE HUMANA?

2 – QUANDO VOCÊ FOI ALUNO (ANTIGO GINÁSIO), TEVE ALGUM TIPO DE ORIENTAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA?

QUAL ?

3 – VOCÊ CONHECE A PROPOSTA DOS PCNS EM RELAÇÃO À ORIENTAÇÃO SEXUAL? O QUE ELA DIZ?

4 – CONSIDERANDO O CONTEÚDO E A PRÁTICA PEDAGÓGICA (COMO ABORDAR OS ASSUNTOS ESTUDADOS), VOCÊ SE SENTE PREPARADO PARA TRATAR NA SUA ESCOLA DE ATIVIDADES QUE ABORDEM A ORIENTAÇÃO SEXUAL COM OS SEUS ALUNOS?

5 – VOCÊ ACHA NECESSÁRIO O OFERECIMENTO DE CURSOS QUE PREPAREM O PROFESSOR EM RELAÇÃO AO CONTEÚDO E A ABORDAGEM DA ORIENTAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA?

VOCÊ PARTICIPARIA DESSES CURSOS? POR QUE?

6 – VOCÊ CONSIDERA O PAPEL DA ESCOLA, ORIENTAR SEXUALMENTE OS SEUS ALUNOS? ATÉ ONDE VAI O COMPROMISSO DA ESCOLA COM A SEXUALIDADE DE SEUS ALUNOS?

7 – COMO VOCÊ ACHA QUE OS SEUS ALUNOS ENTENDEM ESSE PAPEL?

ACHAM NECESSÁRIO?

BUSCAM ESSA ORIENTAÇÃO?

EM QUE SENTIDO?

8 – QUAL É PARA VOCÊ O PAPEL DA FAMÍLIA NA CONSTRUÇÃO DA SEXUALIDADE DOS FILHOS?

E OS PAIS?

ESPERAM DA ESCOLA O QUE EM RELAÇÃO À ORIENTAÇÃO SEXUAL?

9 – COMO VOCÊ E SUA DISCIPLINA PODEM COLABORAR COM A ABORDAGEM DA ORIENTAÇÃO SEXUAL NA SUA ESCOLA?

10 – A PARTIR DE QUE SÉRIE A ESCOLA DEVE COMEÇAR A ORIENTAÇÃO SEXUAL? POR QUE?

ENTREVISTA REALIZADA COM OS DISCENTES – (ANEXO V)

DATA DA REALIZAÇÃO :16-E 18/11/-2002

**LOCAIS: EE “ADA CARIANI AVALONE
EE “JÚLIO MARINGONI”**

1 – PARA VOCÊ O QUE É SEXUALIDADE HUMANA?

2 – VOCÊ ACHA IMPORTANTE TRATAR (ESTUDAR) DE ASSUNTOS RELACIONADOS À SEXUALIDADE (AIDS, DSTS, FICAR, NAMORO, VIRGINDADE, GRAVIDEZ PRECOCE, ABORTO, ETC) NA ESCOLA?

A)VOCÊ TRATARIA?

B)ACHA BOM?

C)POR QUE?

3 – SE TIVESSE UM PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO SEXUAL NA SUA ESCOLA QUE ABORDASSE TEMAS QUE TEM A VER COM A SEXUALIDADE, VOCÊ PARTICIPARIA?

A) E JUNTAMENTE COM OS SEUS PAIS

B) COM OS DOIS AO MESMO TEMPO?

C) OU APENAS UM?

D) POR QUE?

4 – VOCÊ GOSTARIA QUE TIVESSE NA SUA ESCOLA ALGUM PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO SEXUAL, QUE FOI DESENVOLVIDO CONTINUADAMENTE? POR QUE?

a) QUANDO VOCÊ ACHA QUE ELE DEVERIA COMEÇAR (QUAL SÉRIE)?

b) QUEM DEVERIA DESENVOLVER ESSE PROGRAMA: SEUS PROFESSORES OU OUTROS PROFISSIONAIS?

c) SE FOSSE OS PROFESSORES, VOCÊ ACHA QUE DEVERIAM SER TODOS (TODAS AS DISCIPLINAS)?

d) QUAIS?

e) POR QUE?

f) SE FOSSEM OUTROS PROFISSIONAIS, VOCÊ ACHA QUE ESSE PROGRAMA DEVERIA SER CONTÍNUO (ANO TODO) OU NA FORMA DE PALESTRAS OU DISCUSSÕES ESPORÁDICAS (MENSAIS, BIMESTRAIS, ETC)

g) QUAIS OS TEMAS QUE NÃO PODERIAM FALTAR NESSE PROGRAMA?

h) ALÉM DESSES QUE VOCÊ CONSIDERA INDISPENSÁVEIS, QUAIS OS OUTROS TEMAS QUE VOCÊ DISCUTIRIA?

5 – VOCÊ ACHA IMPORTANTE A PARTICIPAÇÃO DE SUA FAMÍLIA NA FORMAÇÃO DE SUA SEXUALIDADE?

- a) **POR QUE?**
- b) **ELA AJUDA?**
- c) **DE QUE FORMA?**
- d) **ESSA FORMAÇÃO É SUFICIENTE PARA SEU ESCLARECIMENTO?**
- e) **JUSTIFIQUE.**

6 – VOCÊ TEM RECEBIDO ORIENTAÇÃO DE SEUS PAIS SOBRE SEXUALIDADE?

- a) **QUEM CONVERSA MAIS SOBRE SEXUALIDADE COM VOCÊ: SEU PAI OU SUA MÃE?
POR QUE?**
- b) **SE NÃO, ENTÃO QUEM CONVERSA COM VOCÊ?**
- c) **SEUS AMIGOS?**
- d) **COM QUEM VOCÊ CONVERSA MAIS SOBRE SEXUALIDADE: SEUS PAIS OU SEUS
AMIGOS?**

**7 – SE A ESCOLA OFERECESSE UM PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO SEXUAL QUE
TRATASSE DE TEMAS LIGADOS À SEXUALIDADE HUMANA, JUNTAMENTE COM SEUS
PAIS E PROFESSORES:**

- a) **QUEM DA SUA FAMÍLIA PODERIA VIR?**
- b) **QUEM GOSTARIA MAIS DE VIR?**
- c) **QUEM VOCÊ GOSTARIA MAIS QUE VIESSE?**